



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CÁSSIA MARQUES DA ROCHA

**TRANSFERÊNCIAS DE UNIDADES PRODUTIVAS E A
INTENSIFICAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMBÉ -
PR**

CÁSSIA MARQUES DA ROCHA

**TRANSFERÊNCIAS DE UNIDADES PRODUTIVAS E A
INTENSIFICAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMBÉ -
PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Roberto Bragueto.

Londrina
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Marques da Rocha, Cássia.

Transferências de unidades produtivas e a intensificação da industrialização de Cambé - PR / Cássia Marques da Rocha. - Londrina, 2017.

166 f.

Orientador: Cláudio Roberto Bragueto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, 2017. Inclui bibliografia.

1. Cambé - Tese. 2. Industrialização - Tese. 3. Transferências Industriais - Tese. I. Roberto Bragueto, Cláudio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. III. Título.

CÁSSIA MARQUES DA ROCHA

**TRANSFERÊNCIAS DE UNIDADES PRODUTIVAS E A
INTENSIFICAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMBÉ - PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Bragueto
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Maria Fresca
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^ª. Dr^ª. Olga Lúcia Castreghini de Freitas
Firkowski
Universidade Federal do Paraná– UFPR

Londrina, 18 de setembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela vida, força e alegria nessa trajetória dentro da Geografia;

A meus pais, que foram meus primeiros professores, me ensinando a importância e o valor da educação;

A minha família, pelo amor e por sempre me apoiar na carreira acadêmica;

Ao professor, orientador Cláudio Roberto Bragueto, pelos anos de orientação que precederam o Mestrado, por me incentivar nessa jornada, pela paciência, dedicação e bom humor;

Ao corpo docente de graduação do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, que me prepararam para que eu conseguisse chegar até aqui;

Ao corpo docente da pós-graduação do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, pelo ótimo trabalho que desempenham;

A Professora Doutora Tânia Maria Fresca, por me inspirar durante suas aulas, desde o tempo de graduação, o que me motivou a seguir nos estudos acerca do espaço urbano;

Aos amigos, companheiros de Geografia, em especial, o Thiago Bueno Saab e Ricardo Lopes Fonseca, pelo incentivo e discussões geográficas.

A Prefeitura municipal de Cambé e as empresas que contribuíram para a realização da pesquisa.

ROCHA, Cássia Marques da. **Transferências de unidades produtivas e a intensificação da industrialização de Cambé** – Pr. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RESUMO

A pesquisa realizada teve como objetivo analisar e compreender o contexto em que ocorreram as transferências de unidades produtivas e a intensificação da industrialização de Cambé no período de 1990 a 2014. Para tanto, foi necessário o levantamento bibliográfico acerca da organização do espaço urbano a partir da atividade industrial, a divisão territorial do trabalho, a industrialização do Brasil e do estado do Paraná, para então se dedicar a explanação sobre a industrialização do município de Cambé. Realizou-se a coleta de dados primários acerca do cadastro imobiliário de Cambé, de 1990 a 2014, aplicação de questionários em quatro indústrias que se transferiram para o município durante esse período e com o atual prefeito. Os dados secundários decorrem do MTE/ RAIS, do número de estabelecimentos e de pessoal ocupado de Cambé e dos municípios da Região Metropolitana de Londrina e o Valor Adicionado Fiscal de Cambé de 1997 a 2014, para análise do crescimento industrial do município. Por meio desse processo, foi possível compreender a intensificação industrial de Cambé, que se deu em um contexto de abertura econômica e de desconcentração industrial. Dessa forma, o município recebeu indústrias transferidas de outras partes do Brasil e do mundo, além de ter o número de indústrias de capital local e regional ampliadas. O que justifica o destaque do setor industrial de Cambé, são as condições gerais de produção que esse apresenta, como a ampla malha viária e ferroviária, mão de obra disponível, Parques e Distrito Industriais, incentivos fiscais, econômicos e estruturais previstos por lei municipal e o mais importante, a proximidade com o município de Londrina, que concentra diversos serviços do setor terciário e secundário. Todos esses fatores contribuem para que Cambé obtenha destaque no setor secundário, promovendo maior participação na nova divisão territorial do trabalho.

Palavras-chave: Cambé. Industrialização. Transferências Industriais.

ROCHA, Cássia Marques da. **Transfers of productive units and the intensification of the industrialization of Cambé** – Pr. 2017. 166 p. Dissertation (Master's degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ABSTRACT

The research realized had the goal to analyze and understand the context in which the transfers of productive units occurred and the intensification of the industrialization of Cambé in the period from 1990 to 2014. Therefore, it was necessary the bibliographic survey about the organization of the urban space from the Industrial activity, the territorial division of labor, the industrialization of Brazil and the state of Paraná, to then devote itself to explaining the industrialization of the municipality of Cambé. The collection of primary data about Cambé's furniture registry from 1990 to 2014 was carried out, and questionnaires were applied to four industries that were transferred to the municipality during this period and with the current mayor. The secondary data are derived from the MTE / RAIS, the number of establishments and personnel employed in Cambé and the municipalities of the Metropolitan Region of Londrina and the Cambé Added Tax Value from 1997 to 2014, to analyze the industrial growth of the municipality. Through this process, it was possible to understand the industrial intensification of Cambé, which occurred in a context of economic openness and industrial deconcentration. In this way, the municipality received industries transferred from other parts of Brazil and the world, in addition to having the number of local and regional capital industries expanded. What justifies the prominence of the industrial sector of Cambé are the general conditions of production that it presents, such as the wide road and railway network, available labor, Parks and Industrial Districts, fiscal, economic and structural incentives foreseen by municipal law and the most important thing is the proximity to the municipality of Londrina, which concentrates several services in the tertiary and secondary sectors. All these factors contribute to Cambé gaining prominence in the secondary sector, promoting greater participation in the new territorial division of labor.

Key words: Cambé. Industrialization. Industrial Transfers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa de localização do município de Cambé- PR	15
Figura 2 -	Mapa de Aglomerado Poligonal	52
Figura 3 -	Mesorregiões Geográficas do Estado do Paraná.....	71
Figura 4 -	Mapa da Região Metropolitana de Londrina, com destaque o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina	77
Figura 5 -	Mapa de uso do solo urbano de Cambé (1980).....	80
Figura 6 -	Evolução do número de estabelecimentos industriais na RML em números absolutos e relativos (1990-2014)	89
Figura 7 -	Evolução do número de pessoal ocupado nas indústrias na RML em números absolutos e relativos (1990-2014)	92
Figura 8 -	Mapa de localização das Zonas Industriais de Cambé (2014).....	97
Figura 9 -	Gráfico: estabelecimentos por subsetor industrial de Cambé (1990-2014)	102
Figura 10 -	Gráfico: pessoal ocupado por subsetor industrial de Cambé (1990-2014)	104
Figura 11 -	Cambé: pessoal ocupado por setor (2007-2013).....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos subsetores industriais de Cambé (1985-1990)	83
Tabela 2 –	Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos subsetores industriais de Cambé (1990-2014)	101
Tabela 3-	Principais subsetores industriais, por número total de estabelecimentos e pessoal ocupado – valor absoluto e relativo (2010-2014).....	106
Tabela 4 -	Valor Adicionado Fiscal por setor da economia de Cambé – valor relativo (1997-2014)	109
Tabela 5 –	Número de indústrias instaladas, desligadas e em funcionamento (1990-2014).....	111

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Unidades industriais transferidas para Cambé (1997-2013).....	115
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIC -	Associação Comercial e Empresarial de Cambé
AINTEC -	Agência de Inovação Tecnológica da Universidade Estadual de Londrina
BADEP -	Banco de Desenvolvimento
BRDE -	Banco Nacional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CIAR -	Centro Industrial de Araucária
CIC -	Cidade Industrial de Curitiba
CNAE -	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODEPAR -	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COPEL -	Companhia Paranaense de Eletricidade
DI -	Distritos Industriais
EaD -	Educação à Distância
FIEP -	Federação Industrial e Empresarial de Cambé
FUCEPAR -	Junta Comercial do Paraná
GSP -	Grande São Paulo
IAPAR -	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS -	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPARDES -	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU -	Imposto Predial e Territorial Urbano
MTE -	Ministério do Trabalho e Emprego
NCR\$ -	Cruzeiro Novo
PND -	Plano Nacional de Desenvolvimento
RAIS -	Relação Anual de Informações Sociais
RM -	Região Metropolitana
RMC -	Região Metropolitana de Curitiba
RML -	Região Metropolitana de Londrina
SEBRAE-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI -	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDAM-	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE -	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TELEPAR -	Companhia de Telecomunicações do Paraná
USP -	Universidade de São Paulo
VAF -	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A INDÚSTRIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	20
2.1	FATORES DE ATRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL NOS CENTROS URBANOS	23
2.2	A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NA DINÂMICA INDUSTRIAL.....	32
2.3.	CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL	38
2.3.1	A Desconcentração Industrial Brasileira.....	44
3	O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ	55
3.1	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO PARANÁ	57
3.2	ALGUMAS TENDÊNCIAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	68
3.3	O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMBÉ	76
3.4	A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA E A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ	84
4	A INTENSIFICAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMBÉ PÓS 1990	96
4.1	AS NOVAS UNIDADES PRODUTIVAS	110
4.1.1	Transferências Industriais para Cambé	114
4.1.2	Fatores de Atração.....	117
4.2	AS PERSPECTIVAS PARA O SETOR SECUNDÁRIO DE CAMBÉ	122
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	129

APÊNDICES	135
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS INDÚSTRIAS.....	136
ANEXO	139
ANEXO A – UNIDADES INDUSTRIAIS TRANSFERIDAS PARA CAMBÉ, EM FUNCIONAMENTO (1990-2014)	140
ANEXO B – LEI Nº. 2.326, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.....	155
ANEXO C – LEI Nº. 2.398, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.....	160

1 INTRODUÇÃO

A atividade produtiva é intrínseca à organização do espaço geográfico, em especial do espaço urbano, o qual é *locus* da indústria, oferecendo os suportes tidos como economias de aglomeração, necessários para a produção e reprodução dessa atividade econômica. Sendo assim, mesmo com o expoente crescimento da importância do setor terciário, é a indústria que gera riqueza (mais valia) social, por isso seu estudo se mantém necessário, em especial na ciência geográfica.

Serão apresentadas as condições gerais de produção que dão suporte à instalação das unidades produtivas, com os incentivos fiscais, as vias de acesso e a infraestrutura, ou seja, as condições que promovam a localização das indústrias em territórios selecionados, visto que, os industriais sempre buscam meios de maximizar seus lucros e reduzir seus custos de produção.

Nessa perspectiva, os custos com transporte, matéria-prima e mão de obra são sempre levados em consideração, porém com o avanço das técnicas, da ciência e das informações, tornou-se possível maior fluidez de capital, pessoal, ideias, o que refletiu na maior dinamização e dispersão das indústrias no espaço geográfico, fazendo com que essas tenham a possibilidade de escolher as melhores localidades para se instalarem.

Desse modo, as cidades passaram a buscar cada vez mais estratégias de atrair as atividades produtivas, em especial apoiadas pelos incentivos advindos do Estado (federal, estadual, municipal) que intensificaram a chamada “Guerra dos Lugares”, também conhecida como guerra fiscal. Isso faz com que algumas cidades passem a se destacar mais que outras no setor secundário. Essa realidade foi ainda mais acirrada a partir de 1970, quando a divisão territorial do trabalho se intensificou no Brasil, passando a ser mais evidente a especialização produtiva dos territórios.

Considerando o processo de industrialização do Brasil como recente, se comparado a de outros países, esse passou por diferentes momentos desde o final do século XIX até o período atual. O período decisivo para a industrialização do país, foi o pós 1930, quando esse processo já apresentava uma concentração espacial e econômica no Sudeste, em especial no estado de São Paulo, fato que passou a sofrer transformações mais intensas durante a década de 1970, e até meados dos anos de 80. Período esse marcado pelas transferências industriais de São Paulo para cidades de seu interior e para outras regiões do país, como por exemplo, o Paraná, que passou a auferir

novos investimentos industriais, em especial com os incentivos fiscais de origem estadual.

Vários autores buscaram interpretar essa realidade, como foi o caso de Cano (1997), Azzoni (1986) e Diniz (1993), cada um traçando perspectivas distintas sobre o fenômeno, que, no entanto, se complementam. Dessa forma, entende-se esse fenômeno como processo de desconcentração concentrada que promoveu benefícios para a dinamização do setor secundário nacional ao dispersar as unidades de produção pelo território, mesmo que em estados e cidades específicas que apresentassem maiores economias de aglomeração e interação com São Paulo.

Se de 1970 a 1985 a industrialização no Brasil passou pelo processo de desconcentração industrial (CANO, 1997), os anos que sucederam esse cenário, foram marcados pela crise econômica no país, essa que adjetivou a década de 1980 como a “década perdida”, marcada pela recessão econômica no Brasil e inflexão do processo de desconcentração industrial, o que perdurou até os primeiros anos da década seguinte.

A partir de 1994 com as intervenções do governo federal para estabilizar a economia do país, o cenário industrial brasileiro passou a se recuperar. No novo contexto de abertura econômica e política nacional, o Paraná, que já havia consolidado sua base industrial no período de 1970 a 1985, passou a obter novos investimentos industriais, em especial por meio de políticas públicas que beneficiaram a Região Metropolitana de Curitiba, como por exemplo, a instalação de unidades produtivas de capital estrangeiro do subsetor metal mecânico, destacando as indústrias automobilísticas, ou seja, indústrias de maior intensidade tecnológica (BRAGUETO, 2007).

Essa concentração industrial tornou mais visível as disparidades entre a RMC e o interior do estado, que conta essencialmente com indústrias de setores de menor intensidade tecnologia, sendo algumas ainda fortemente vinculadas ao processo de transformação de matéria-prima agrícola.

Com um setor industrial que corresponde ao segundo lugar de importância para o estado, a Mesorregião do Norte Central Paranaense teve seu processo de industrialização iniciada nos anos de 1950, com o beneficiamento de produtos agrícolas, principalmente o café, que possibilitou o acúmulo de capital e investimentos no setor industrial. A principal cidade dessa Mesorregião é Londrina, que tem um setor secundário consolidado e diversificado, e um setor terciário que lhe confere destaque por abrigar atividades financeiras, tecnológicas e de ensino, sendo referência nacional.

Atualmente a Mesorregião do Norte Central apresenta uma produção industrial dinâmica, em especial no que se remete ao crescimento expressivo do pessoal ocupado, além de contar com centros urbanos com produção especializada, como é o exemplo, de Arapongas, com seu polo moveleiro e Apucarana, pela confecção de bonés (FRESCA, 2006).

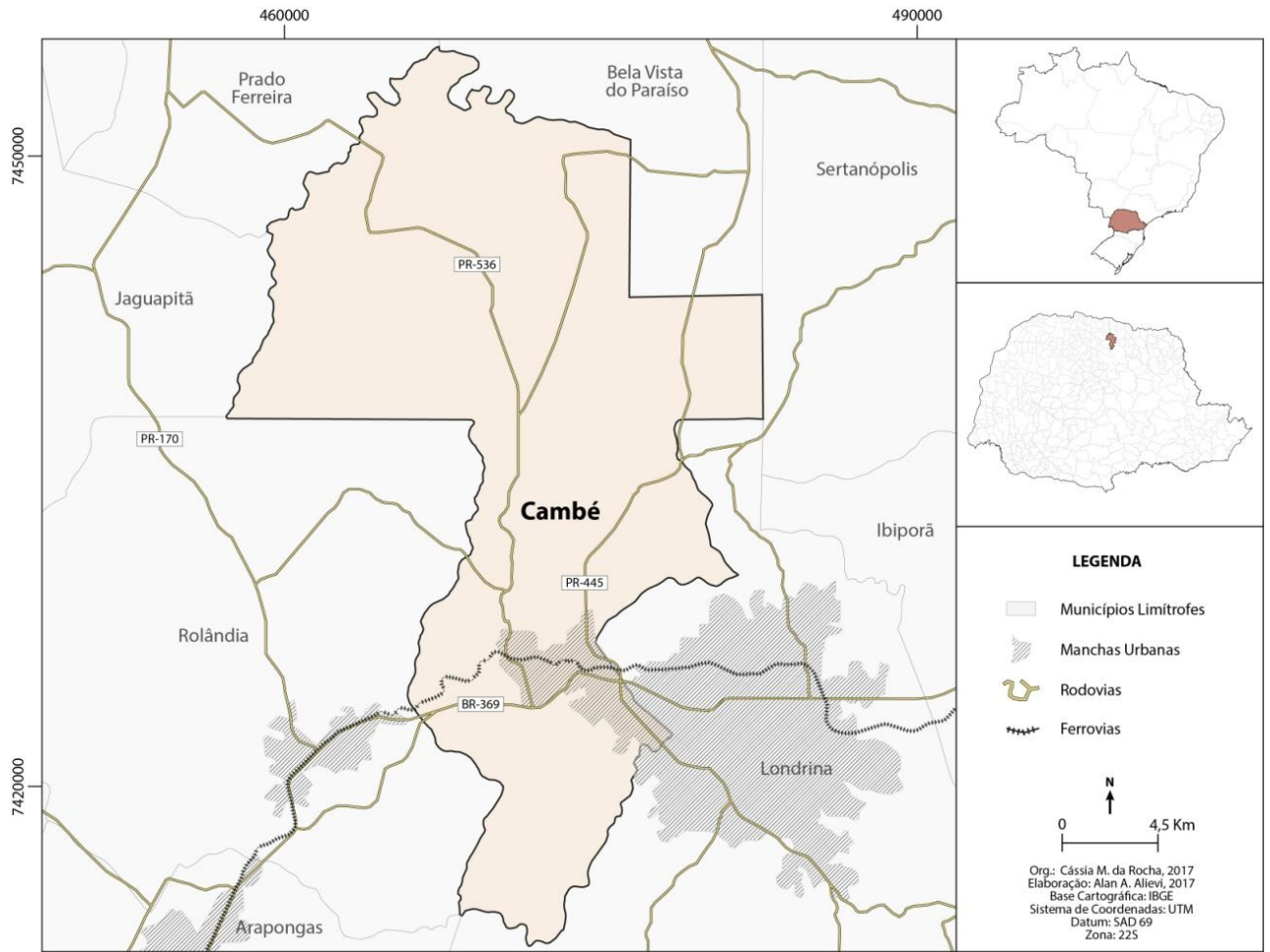
Embora a escala das Mesorregiões seja importante, as relações de Cambé se situam no seu entorno mais próximo. Nessa perspectiva, o município está inserido na Região Metropolitana de Londrina. Instituída em 1998, atualmente, conta com vinte e cinco municípios que apresentam diferentes níveis de interação socioeconômica e política entre si. Cambé apresenta maior interação espacial com os municípios do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina, proposto por Braguetto (2007), que regionalizou as cidades da RML que mais se destacam no setor secundário. Esse cenário faz com que Cambé beneficie-se diretamente da proximidade com Londrina para seu desenvolvimento socioeconômico (Figura 1).

Historicamente, o município de Cambé tem como principal atividade econômica o setor secundário, devido ao processo de industrialização que teve início na década de 1960, com destaque para a indústria de bens não duráveis, vinculadas ao beneficiamento da produção agrícola. A intensificação da indústria de Cambé, ocorreu a partir da década de 1990, com a importância do cenário econômico nacional e regional, incentivos fiscais, em especial os municipais, como é o caso da organização do espaço urbano, com áreas destinadas à atividade industrial.

De 1990 até 2014, recorte temporal da pesquisa, Cambé apresentou um crescimento de 245,59% no número de estabelecimentos industriais e de 268,45% na geração de novos postos de trabalho no setor secundário, além de um acréscimo de 550% no Valor Adicionado Fiscal¹ Total, no período de 1997 a 2014 (IPARDES). Esses dados mostram o desenvolvimento promissor do subsetor industrial nesse município, que tem como fator fundamental para a intensificação de sua industrialização, as transferências indústrias, principalmente pós 1994.

¹ Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto de produção do ano (t), e o consumo intermediário do ano (t), ambos a preços do ano anterior (t-1), em relação ao valor corrente do valor bruto da produção do ano (t-1) e do valor corrente do consumo intermediário do ano (t-1), absorvido por essas atividades.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Cambé- PR



Org: Cássia Marques da Rocha (2017).

A intensificação da industrialização de Cambé, ocorreu tanto com a ampliação e instalação de empresas de capital local e regional assim como as de capital internacional, como a Sandoz do Brasil, Amcor Flexibles e Yara Brasil, que instalaram suas fábricas no município. Isso demonstra a importância que as condições gerais de produção ofertadas por Cambé têm, tornando-a altamente competitiva para a instalação de novas indústrias. Fato esse que promove a maior inserção do município na nova dinâmica territorial e internacional do trabalho.

Em razão da importância que o setor industrial assume para o município de Cambé, vislumbrou-se a realização da presente dissertação. Essa tem como finalidade, explicar as transferências de unidades produtivas e a intensificação da industrialização Cambé no período de 1990 a 2014. Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa, foi analisar e compreender o contexto em que ocorreram as transferências de unidades produtivas e a intensificação da industrialização de Cambé no período de 1990 a 2014.

Buscou-se atingir esse objetivo por meio de indagações que consideram: qual a intensidade do crescimento industrial de Cambé no período analisado? Quais foram os impactos que as novas indústrias instaladas em Cambé, promoveram no espaço geográfico do município? Quais os subsetores industriais que mais cresceram no município durante esse período? Quais os incentivos e atrações que fizeram com que Cambé atraísse novas indústrias transferidas de outros municípios? Como foi a evolução industrial de Cambé diante da Região Metropolitana de Londrina? As transferências originárias da Região Metropolitana de Londrina, em especial do município de Londrina para Cambé, podem caracterizar o início de um processo de desconcentração industrial semelhante ao ocorrido nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Curitiba?

Para a realização da investigação, utilizou-se como procedimentos metodológicos o levantamento e revisão do referencial teórico, a coleta de dados secundários anuais na plataforma de Ministério do Trabalho e Emprego e Relação Anual de Informações Sociais (MTE/RAIS) sobre pessoal ocupado, número de estabelecimentos no período de 1985 a 2014, de Cambé e dos municípios da Região Metropolitana de Londrina, dados oriundos da plataforma BDEWeb do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), sobre Valor Adicionado Fiscal, no intervalo de 1997 a 2014, considerando que os dados de 1997 e 2014 passaram pela correção de valor por índices de preço no site do Banco Central do Brasil – calculadora do cidadão. Posteriormente os dados foram organizados em tabelas gráficos e mapas, e mais tarde, analisados. Os dados coletados foram

fundamentais para a compreensão dos principais subsetores e a evolução da indústria de Cambé e da RML ao longo de 25 anos.

Para a elaboração de tabelas e gráficos, foram considerados os subsetores industriais com mais de 5% de representatividade no número de estabelecimentos, no ano de 1985. O conjunto de subsetores que não atingiram esse valor, foi classificado como “outros”, grupo que contempla os seguintes subsetores: indústria de produtos minerais não metálicos; de material elétrico e de comunicações; de material de transporte; de borracha, fumo, couros, peles, similares, diversas e a indústria calçados.

Para a classificação dos principais subsetores industriais de Cambé, utilizou-se a classificação proposta por Braguto (2007) em sua tese de doutorado, resultado de uma compatibilização e classificação do autor de acordo a indicação dos subsetores pelo IPARDES, que se baseia na classificação do CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e o MTE/RAIS, com base nos subsetores do IBGE.

O autor estruturou os setores industriais em dois grupos, os de maior e os de menor intensidade tecnológica, e a partir disso, tem-se a seguinte classificação:

- **Setores da indústria de maior intensidade tecnológica:** Mecânica; Material elétrico e de comunicações; Material de transporte; Química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões e velas.
- **Setores da indústria de menor intensidade tecnológica:** Têxtil, Vestuário, artefatos de tecidos e calçados; Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; Produtos minerais não metálicos; Metalúrgica; Madeira e mobiliário; Papel e papelão, editorial e gráfica; Borracha, fumo, couros, peles, similares e diversas; Produtos de matérias plásticas e Extrativa mineral.

Realizou-se também o levantamento do cadastro imobiliário de Cambé, junto a Secretaria da Fazenda, a qual possibilitou quantificar o número de indústrias que se instalaram no município entre 1990 a 2014, assim como as que fecharam e as que se mantiveram em funcionamento.

É válido relatar que se esperava que uma das secretarias municipais contasse com o cadastro da origem das unidades produtivas instaladas no município nesse período, no entanto, esse documento não foi disponibilizado, o que dificultou os rumos da pesquisa. Assim, para o envio de questionário às indústrias advindas de transferências, reportaram-se ao conhecimento empírico, ligações nas indústrias contidas no cadastro imobiliário, busca eletrônica sobre a história e informações das empresas e conversa informal com um o atual prefeito do município.

De início, o objetivo da metodologia era a realização de uma entrevista junto a um gestor ou funcionário de cada indústria transferida para Cambé, a fim de conhecer a realidade da unidade, em especial os incentivos que foram decisivos para a instalação e manutenção da empresa em Cambé. No entanto, diante da dificuldade em obtenção de dados, contatos com as empresas e aceitação das mesmas em colaborarem com a pesquisa, optou-se pelo envio via e-mail do questionário, acerca das informações da indústria. Mesmo assim, com a realização do contato por telefone e posteriormente por e-mail, a adesão em participar da pesquisa foi muito menor do que o esperado.

Foi realizado o contato com quinze indústrias para a aplicação do questionário, no entanto apenas quatro aceitaram participar. No caso da Pado S.A, foi realizada a entrevista na empresa, junto a assessora de imprensa, e as demais indústrias o questionário foi enviado e respondido, via e-mail. Esse questionário contou com questões fechadas e abertas, a fim de dar maior flexibilidade nas respostas.

A entrevista com o atual prefeito de Cambé, José do Carmo Garcia, ocorreu de modo informal e posteriormente foi encaminhado a ele um questionário com questões abertas. Teve que se optar pelo questionário, pois ele não dispunha no momento de tempo vago em sua agenda para a realização da entrevista. Todavia, a participação de cada um dos envolvidos nesse processo, foi de suma importância para a realização da investigação do objeto de análise. Diante disso, a pesquisa assumiu um caráter muito mais qualitativo do que quantitativo, tendo em vista que, os dados quantitativos, tanto primários quanto secundários, deram a base para as análises e reflexões qualitativas.

A dissertação encontra-se organizada em três capítulos, sendo o primeiro destinado às reflexões teóricas acerca da importância da atividade industrial para a organização do espaço geográfico, o qual contempla considerações sobre as condições gerais de produção, atrelada as economias de aglomeração, a organização do espaço industrial nos centros urbanos, a divisão territorial do trabalho e a produção do espaço urbano. Depois, se debruçou em investigar o processo de desconcentração industrial ocorrido no Brasil a partir de 1970 e seus reflexos durante a década de 1990. Com esse primeiro capítulo, buscou-se tecer o cenário teórico e conceitual, assim como o panorama nacional que permitiu compreender em qual contexto a intensificação da industrialização de Cambé ocorreu.

No segundo capítulo a atenção voltou-se para o Paraná, a fim de entender sua participação no processo de desconcentração industrial brasileira, assim como as novas tendências vêm sendo construídas para o setor industrial do estado. Destaca-se aqui a atual concentração de unidades de produção, em especial de maior intensidade tecnológica

localizadas em Curitiba e em alguns municípios de sua Região Metropolitana, e também, a dinâmica que as demais regiões, como a Mesorregião Norte Central Paranaense vem desempenhando na industrialização do estado.

Também foi abordado o início do processo da industrialização de Cambé, para assim, contextualizar a intensificação que ocorreu a partir da década de 1990, dando ênfase as condições gerais de produção existentes. Nessa perspectiva, apresentou-se uma discussão sobre a evolução industrial da Região Metropolitana de Londrina e o papel de Cambé nesse cenário, que permite ter uma dimensão mais ampla sobre relevância do setor secundário para essa região.

Os dados sistematizados da indústria de Cambé, entre 1990 e 2014, considerando o número de estabelecimentos, pessoal ocupado e Valor Adicionado Fiscal, assim como suas análises que justificam e a intensificação da industrialização de Cambé, estão presentes no terceiro capítulo. Destaca-se também nesse, os dados das novas unidades produtivas instaladas no município, em especial as transferências de unidades e os fatores de atração de Cambé, com base no cadastro imobiliário. Em seguida, é apresenta a evolução do setor industrial nos municípios da RML, com base nos dados do MTE/RAIS, de número de estabelecimentos e pessoal ocupado e por fim, as perspectivas futuras do setor secundário de Cambé.

A finalização da pesquisa além de contribuir para o desenvolvimento da ciência geográfica, promover o interesse em pesquisas na área da Geografia Industrial, colaborar para o desenvolvimento econômico e social do município de Cambé, busca também, auxiliar futuros planejamentos de órgãos públicos e empresas privadas na perspectiva da dinâmica industrial, bem como colaborar com a produção acadêmica acerca da compreensão da organização do espaço industrial de Cambé.

Distante do esgotamento do tema da presente pesquisa espera-se que os estudos sobre o setor secundário se mantenham e tenham destaque nas análises científicas, visto que, a atividade industrial é fundamental para a compreensão do espaço urbano, em suas relações sociais, econômicas e políticas, nele estabelecidas.

2 A INDÚSTRIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Tendo como objeto de estudo a dinâmica industrial, materializada no espaço geográfico, faz-se necessário reportar-se ao cerne desta atividade e sua importância para as mudanças na vida social, na produção e organização do espaço. Desse modo, parte-se do princípio de que,

Ainda que a indústria seja a forma através da qual a sociedade apropria-se da natureza e a transforma, a industrialização é um processo mais amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas. Dado o caráter urbano da produção industrial (produção essa totalmente diferenciada das atividades produtivas que se desenvolvem de forma extensiva no campo, como a agricultura e a pecuária) as cidades se tornaram sua base territorial, já que nelas se concentram capital e força de trabalho (SPOSITO, 1988, p.43).

As alterações nas relações sociais de produção, com o aumento da produção industrial com relação à rural, que passou a vigorar no mundo a partir da Revolução Industrial, na Inglaterra, da segunda metade do século XVIII e que se mantém até os dias de hoje, expressa a importância da atividade industrial que promoveu a consolidação e a reprodução do sistema capitalista de produção.

A transição da fase do capitalismo comercial para o industrial confirmou a cidade como cenário profícuo para o desenvolvimento dessa atividade, em especial por esse espaço disponibilizar transporte, infraestrutura, matéria-prima, mão de obra e mercado consumidor (fortalecido com o assalariamento), em suma, as condições básicas para a existência das indústrias.

Ainda por meio da afirmação da autora supracitada, pode-se inferir que a passagem do *locus* econômico e social, do campo para a cidade, isto é, do sistema de produção agrícola para o industrial, que se reproduziu ao longo dos séculos e se estabeleceu efetivamente. Esse processo transitório, longe de ocorrer de forma espontânea e natural, teve como mentores o Estado e a elite burguesa, essa como detentora do capital se dispôs a efetivar o início do processo de industrialização. Salvo algumas particularidades, a grande parte dos países capitalistas passou por esse período de transição do rural para o urbano-industrial, como a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos e o Brasil, no entanto, em cenários temporais distintos.

Considerando o contexto histórico e a evolução, na forma de organização espacial acerca do uso do território para a realização produtiva, Santos (2006, p.181) expõe a importância que as atividades ligadas ao setor terciário assumem, ao passo de que no,

[...] processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação. O próprio padrão geográfico é definido pela circulação, já que esta, mais numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço.

No entanto, mesmo com expressiva atividade da esfera de gestão, circulação e de consumo, a atividade produtiva ainda se mantém fundamental para a produção do espaço geográfico, gera riqueza e trabalho. Com isso, o espaço industrial vem a ser mais do que uma porção fracionada do espaço geográfico, o que torna possível identificar os reflexos do desenvolvimento industrial no arranjo espacial urbano, pois

O espaço da indústria continuaria tendo uma contribuição importante para a confirmação do espaço, e a sua análise ainda é necessária, pois na indústria contemporânea se produz grande parte da riqueza (mais-valia) social. Assim, é necessário sempre levar em conta as mudanças que ocorrem na indústria e que afetam a localização desta no território [...] (BOTELHO, 2008, p. 20).

Nessa perspectiva, fica evidente a pertinência do setor secundário para a compreensão da organização do território, produção do espaço geográfico e, conseqüentemente, sua validade em ser objeto de estudo da Geografia, contemplando as questões urbanas e econômicas que envolvem a dinâmica industrial.

De modo a contribuir com a discussão, apoia-se em Lencioni (2007) que retomou a teoria das condições gerais de produção, a qual tem origem com o pensamento de Marx, com o intuito de demonstrar a sua aplicabilidade no contexto atual. A autora enfatiza o consumo produtivo, ou seja, o consumo realizado de forma coletiva, sendo uma necessidade social, como por exemplo: o uso de estradas, o fornecimento de água, além do consumo de escolas, hospitais, entre outros equipamentos urbanos fundamentais para a reprodução da força de trabalho.

No cerne do conceito de condições gerais de produção, destaca-se o consumo produtivo como sinônimo de consumo coletivo, relacionado à reprodução dos meios de produção, como o consumo de máquinas, matérias-primas, energia, ligados ao processo de produção e circulação do capital. Logo, o consumo produtivo e o processo de produção e circulação do capital ocorrem por mediação das condições gerais de produção. Essas condições podem ser classificadas em dois grupos: as que possuem conexão direta com os

meios de produção e circulação como, por exemplo: os bancos, redes rodoviárias, oleodutos, redes imateriais (telecomunicação, transmissão); as relativas às condições em que as conexões com o processo de produção e circulação são indiretas, como as escolas, hospitais, centros de lazer (LENCIONI, 2007). Destarte, os meios de circulação em conexão direta e os meios de consumo coletivos em conexão indireta formam os equipamentos coletivos de consumo, ou seja, seu consumo propaga-se de forma coletiva pela sociedade.

Segundo a referida autora, os equipamentos de consumo coletivo, relacionados diretamente com o processo de produção, desenvolvem-se de forma mais rápida do que os indiretamente relacionados a esse processo. Isso acontece porque os equipamentos com conexão direta ao processo produtivo, permitindo a circulação da mercadoria viabilizam a sua realização no mercado e agregam valor à mercadoria.

Posto isso, tem-se uma desigualdade entre os meios de consumo produtivos, pois as condições gerais de produção, de conexão direta aos meios de produção e circulação, são executadas pelo Estado e poder executivo municipal, podendo haver parceria com instituições privadas, o que contribui para a sua maior disseminação espacial, afinal esses são meios facilitadores da produção e circulação, cujos custos são inclusos aos preços dos produtos (LENCIONI, 2007).

De modo distinto, as condições gerais de produção, de conexão indireta com os meios de produção, têm importância secundária, pois não agregam valor ao produto, são equipamentos que assumem um cunho mais social do que econômico e são, em grande maioria, investimentos oriundos, exclusivamente, do poder público (LENCIONI, 2007).

Isso demonstra que as condições gerais de produção, ligadas diretamente à produção e à circulação, ganham maior importância por estarem vinculadas à reprodução do capital e ampliação do seu acúmulo, por isso são alvos de maiores e constantes investimentos. Diferente das condições em que as conexões com o processo de produção e circulação são indiretas, que atendem às necessidades primárias da população, como saúde e educação, mas nem por isso são tratadas com a devida importância, são postas em plano secundário, por não gerarem diretamente riqueza (mais-valia), visto que, os benefícios gerados limitam-se à reprodução da força de trabalho (LENCIONI, 2007).

Os equipamentos coletivos de consumo em conexão direta com a produção do capital, nos dias atuais, necessitam da urbanização, tanto quanto antes, já que a urbanização, enquanto aglomeração, é que permitiu avançar na diminuição do tempo de produção e do tempo de circulação. (LENCIONI, 2007).

Corroborando com a autora, a razão pela qual o processo produtivo industrial se realiza no espaço urbano são as condições específicas que as cidades apresentam, essas que serão tratadas detalhadamente mais adiante juntamente aos fatores que atraem as indústrias, isto é, as economias de aglomeração e a organização que essas promovem nas cidades, visto que, alguns centros urbanos se especializam mais do que outros no desenvolvimento da atividade industrial.

Essa realidade dinamiza o território, ao ser condicionado pela divisão territorial do trabalho, que se intensificou a partir de meados do século passado, em escala global, ao promover alterações na organização do espaço geográfico, com a nova distribuição das atividades produtivas pelo mundo.

2.1 FATORES DE ATRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL NOS CENTROS URBANOS

Desde o início da atividade industrial, as empresas buscam condições favoráveis à instalação e reprodução do capital, visando sempre à maximização dos lucros e minimização dos gastos. Assim, o anseio pelas economias de aglomeração é intrínseco aos industriais, pois visam reproduzir-se economicamente, mantendo sua hegemonia no mercado.

Para tanto, por meio dos estudos voltados à dinâmica industrial, pode-se compreender como essas empresas se apropriam do território, considerando a atmosfera de interesses acerca da seletividade e uso territorial. Com isso, as economias de aglomeração tornaram-se fundamentais para a fixação, manutenção e ampliação das indústrias.

[...] “economias de aglomeração”, isto é, infraestrutura, mão de obra, proximidade de outras indústrias complementares, mercado diversificado e economia dos gastos de produção. A indústria se aproveita, ao máximo, dessas vantagens enquanto socializa as desvantagens (poluição, congestionamentos, etc.) (CARLOS, 1988, p.36).

Observa-se a concentração das vantagens destinadas às indústrias em determinadas áreas, o que favorece a ampliação dos lucros dos empresários, enquanto o ônus promovido por essa atividade é socializado no espaço onde ela se instala, afetando direta ou indiretamente àqueles que residem, trabalham e trafegam próximo ao local. Os prejuízos como ruídos, poluição, trânsito de veículos pesados, entre outros, que afetam a população urbana, compõe uma parcela dos motivos que levam as indústrias a se instalarem às margens da malha urbana.

Tem-se como precursora dos estudos sobre localização industrial, a obra *Uber den Standort der Industrien*, de Alfred Weber (1909), economista alemão que buscou entender e formular uma teoria geral sobre esse fenômeno. Weber criou hipóteses para a distribuição e oferta da matéria-prima, mercado consumidor e disponibilidade de mão de obra, considerando um panorama perfeito, ilimitado e estático, desconsiderando a dinâmica econômica e política. Sua teoria, conhecida como *teoria locacional*, destaca no âmbito dos fatores regionais, a importância dos transportes para a dinâmica industrial, a partir dos custos de transporte, de mão de obra, além do fator local das forças aglomerativas ou desaglomerativas.

O custo de transporte seria determinado em função do peso a ser transportado e a distância a ser percorrida, a fim de encontrar o ponto de mínimo custo do transporte, o que determinaria a melhor localização da unidade produtiva, ou seja, a localização ótima, que se reflete no menor custo de produção. Com esse intuito, utilizou o método do “triângulo locacional”, que além dos custos de transporte, considerava o ponto de consumo (C) e as mais lucrativas fontes de duas matérias-primas necessárias (M1 e M2).

Sobre a mão de obra e as tendências de aglomeração (indústrias que se dividem em processos produtivos separados ou que exista conexão entre elas), seriam fatores determinantes para a fixação da fábrica, se fossem mais baratas a ponto de superar o menor custo com o transporte.

Em suma,

A abordagem weberiana é adequada para explicar a localização de atividades baseadas em recursos naturais, que são localizadas fundamentalmente em função dos custos de transporte. Após o início da exploração de um recurso natural o custo de transporte tende a favorecer a localização das indústrias processadoras desses materiais perto da base de recursos, podendo gerar um processo de aglomeração (DINIZ, 1993, p. 42).

Entende-se que a teoria geral de Weber possibilitou a base para os estudos locacionais de produção, porém no contexto atual apresenta algumas limitações, principalmente acerca da abstração diante do mundo real. Por isso, exige dos teóricos contemporâneos a superação em alguns aspectos, em especial no que se refere à dinâmica da instalação das unidades produtivas, em virtude de fatores como os incentivos fiscais, taxas tributárias, isto é, mecanismos que passaram a intervir diretamente na seleção da localização industrial.

Para reforçar essa pretensão, apresentam-se as ideias de Fischer (2008), ao explicar que no decorrer dos anos e com o desenvolvimento das técnicas, o transporte e os conjuntos

de fatores de caráter técnico perderam para outros fatores de localização, parte da sua veemência, porém ainda permanecem indispensáveis para proporcionar o sucesso do processo industrial. Isto é, o transporte perdeu seu caráter de máxima importância, mas se mantém como uma das condições essenciais dos fatores de atrações das indústrias nas cidades.

Articulando a atual função dos transportes com a aquisição de matérias-primas e com o escoamento da produção, entende-se que esse mantém sua importância no processo de produção: distribuição, circulação e consumo dos produtos, visto que a mercadoria só atinge sua função quando chega ao seu lugar de consumo. Frente a esta realidade, o conjunto desses fatores é fundamental para a localização das unidades produtivas no território. Como já visto, a dinâmica industrial contemporânea não se limita apenas a esses fatores de atração, mas extrapola-os e exige novos atrativos. Segundo Santos (2014, p.57), “[...] com a difusão dos transportes e das comunicações cria-se a possibilidade da especialização produtiva [...]”. A evolução da agilidade e eficiência dos transportes permitiram a intensificação da fluidez das matérias-primas, mercadorias, ideias, capital e pessoas, no espaço geográfico, de modo a dinamizar e fracionar o processo produtivo.

Atentando com esse pensamento, Smith (1988) reafirma que os obstáculos para a produção são reduzidos a partir do desenvolvimento dos meios de transportes, que põe fim ao obstáculo natural (distância) e que com a ampliação das forças produtivas, o acesso às matérias-primas também é superado, ao passo que essas resultam cada vez mais de um processo de trabalhos anteriores. Tem-se como exemplo:

[...] no caso do plástico, uma matéria-prima base em ampla gama de processos de produção. Em última análise, ela se origina na forma de petróleo, mas passa por um certo número de diferentes processos de trabalho antes de aparecer como mercadorias de canalizações, móveis, roupas ou astro-turf. Para todos esses processos de trabalho, exceto para o primeiro, a matéria-prima é um produto industrial cuja localização é determinada pela localização das forças produtivas e de forma alguma pela natureza. Assim, embora a indústria de extração do petróleo mundial permaneça totalmente ligada aos lugares onde o petróleo aparece naturalmente, a indústria petroquímica do mundo não obedece a tal restrição, e não se concentra em torno das áreas petrolíferas [...] (SMITH, 1988, p. 157).

Desse modo, as transformações no espaço geográfico são condicionadas ao avanço das técnicas, da ciência e da informação, possibilitou um “salto” na dispersão espacial das indústrias, favorecendo “[...] melhor acessibilidade a todas as fontes e a todos os mercados, tornando o espaço mais flexível. Graças à evolução dos transportes, a indústria adquiriu uma liberdade muito maior na escolha das implantações geográficas de suas unidades.” (FISCHER, 2008, p. 122).

Corroborando com essas ideias, Azzoni (1986, p. 47) expõe que,

[...] Os setores mais enraizados, no sentido de utilizarem matérias-primas localizadas e de baixo valor específico, têm menores graus de liberdade na sua localização. A evolução tecnológica, ao nível de criação de novos processos e novos materiais, todavia tem caminhado no sentido de reduzir a importância dos custos de transporte e no custo do produto final. Assim sendo, tornou-se um grande número de setores cada vez mais “sem raízes”.

Essa liberdade de escolha dos territórios, adquirida pelas unidades de produção, por meio dos avanços técnicos, beneficiou a instalação de indústrias em áreas onde até então não contava com a produção industrial, assim como para a maior aglomeração dessas em áreas tradicionalmente industriais. O espraiamento dessa atividade possibilita a inserção de novos territórios em um cenário de desenvolvimento econômico e social, geração de mais-valia (social), a partir da geração de empregos e diversificação da produção nas cidades.

É válido considerar a relação que há entre o tamanho dos centros urbanos e os custos locais, visto que, esses custos crescem na proporção do tamanho da cidade, como os gastos com mão de obra e preço fundiário. Dessa forma, as empresas que se mantêm instaladas ou que se instalam nos grandes centros urbanos, são aquelas que dependem, essencialmente, dos benefícios da aglomeração, oferecidas para manterem sua rentabilidade (AZZONI, 1986).

Sobre a diferenciação, especialização dos lugares e suas condições de atrações infere-se que

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral) [...] (SANTOS, 2006, p.166).

São esses aspectos que passaram a influir direta e indiretamente na escolha da localização das unidades produtivas, a partir de meados do século XX. Esse conjunto de atrativos, na perspectiva da seleção dos lugares, promove a concorrência intencional, ou seja, uma disputa entre os lugares, que ficou popularmente conhecida como “Guerra Fiscal” entre os municípios e pode ser interpretada a partir dos estudos de Santos (2006) como a “Guerra dos Lugares”. As cidades apresentam as vantagens existentes e as em potencial, para atrair atividades que geram empregos e tributos, com isso os recursos materiais (infraestrutura) e imateriais (serviços) são colocados à exposição para atraírem novos estabelecimentos industriais.

Essa expressão exemplifica a busca em atingir os interesses das empresas e do poder público, as primeiras sempre à procura dos melhores lugares, que apresentam benefícios estruturais e fiscais, garantindo maiores lucros, enquanto que o poder público visa atrair e manter as empresas já instaladas em seu território, a fim de auferir mais empregos e divisas para o município, o que se resume a uma disputa interlocal (SANTOS, 2006).

Na medida em que as possibilidades dos lugares são hoje mais facilmente conhecidas à escala do mundo, sua escolha para o exercício dessa ou daquela atividade torna-se mais precisa. Disso, aliás, depende o sucesso dos empresários. É desse modo que os lugares se tornam competitivos. O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também, à geografia (SANTOS, 2006, p.167).

Essa disputa que dinamiza a divisão territorial do trabalho, com a escolha de territórios específicos pelo capital é justificada pelas políticas públicas com base no discurso do desenvolvimento econômico. Essa tendência se intensificou nos países capitalistas, a partir da década de 1990, com a disseminação do modelo político e econômico conhecido como Neoliberalismo.

Para Oliveira (2015, p.230),

O Neoliberalismo tem sido uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas. Trata-se, pois de uma determinada visão social do capitalismo a partir da ótica dos capitalistas, portanto, da burguesia. Assim, tornou-se um conjunto de ideias capitalistas de políticas e economia fundadas principalmente na não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial. Enfim, defende a livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais, etc. (OLIVEIRA, 2015, p.230).

Essas medidas foram adotadas no Brasil, o que reforçou a Guerra dos Lugares, juntamente com a vigência da Constituição de 1988, que previu a autonomia política e fiscal dos estados brasileiros, acirrando a concorrência entre eles na busca de cooptar recursos. Assim passaram a oferecer vantagens como redução de impostos, vantagens fiscais e financeiras, em especial para as empresas estrangeiras (ARAÚJO, 2009).

Isso retrata uma descentralização tributária a partir da vigência da nova Constituição. Ao dar mais autonomia aos estados, instigou a concorrência entre eles e entre os municípios, fazendo com que cada um determinasse suas regras para captarem mais indústrias.

Em suma, essa Guerra Fiscal ocorreu em um cenário de ampliação da hegemonia do capital internacional, em escala mundial, que passou a escolher o lugar do mundo ou do país

em que deseja instalar-se, a partir de que essa escolha seja vantajosa para a expansão de seus mercados, refletindo na reprodução e ampliação de seu capital.

A concorrência entre locais ocorre em escala global, nacional e local, afinal, a instalação de unidades produtivas é sinônimo de geração de emprego e renda, o que dinamiza a economia dos centros urbanos com avanços na industrialização regional ou local, além de poder inseri-los na dinâmica da economia mundial, por meio da instalação de unidades das multinacionais. Já as divisas, auferidas pelos tributos oriundos da instalação das indústrias, nem sempre são rentáveis, em especial nos primeiros anos de implantação, pois, há a diminuição da arrecadação dos impostos, distribuição desigual das indústrias no território nacional e estadual.

No entanto, não basta que os estados e municípios busquem atrair maiores investimentos empresariais, por meio de políticas públicas, faz-se necessário mantê-los, pois,

Mais tarde, a cidade descobre que essa produtividade espacial, esforçadamente criada, não é duradoura e, quando envelhece, o lugar é chamado a criar novos atrativos para o capital [...] O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento (SANTOS, 2014, p.116).

Com a fluidez de espaço e tempo, não se pode excluir a ocorrência de passivos no processo de industrialização, visto que nas normativas das empresas, em especial as de capital internacional, não impera a fidelidade ao território, sendo assim, quando as áreas de instalação das unidades produtivas perdem seu atrativo, ou outras áreas passam a conceder maiores benesses, essas empresas partem para novos destinos deixando para o setor público e para a sociedade local ou regional, os passivos dessa transferência industrial, como o desemprego, a degradação ambiental e a perda na arrecadação tributária.

Com relação à produção do espaço urbano, Corrêa (1995) explana que um dos agentes sociais que possibilita essa organização são os proprietários dos meios de produção, sobretudo, os grandes industriais. Esses são os grandes consumidores do espaço, pois “[...] necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais, pertinentes às atividades de suas empresas – junto a portos, a vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população” (CORRÊA, 1995, p.13).

Esses fatores contribuem com o surgimento de aglomerações industriais, isto é, a concentração de unidades produtivas em uma área específica, tornando-se importantes para a atração e manutenção das empresas. Nessa conjuntura, o arranjo espacial é dinamizado e

distintas classificações de aglomerados industriais passam a existir. Em tela, apresenta-se o conceito de Distritos Industriais.

O conceito apresentado por Becattini (1994), tem origem nas formulações de Marshall, por isso também é denominado de Distrito Marshalliano. É definido como unidade socioterritorial, caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de indivíduos e empresas industriais, em um determinado espaço geográfico e histórico. Cada indústria é especializada em uma etapa do processo produtivo, assim “[...] o distrito é um caso concreto de divisão do trabalho localizado, não diluído num mercado geral, nem concentrado no seio de uma ou várias empresas.” (BECATTINI, 1994, p. 21). Com isso, cada distrito possui características distintas, assim como suas especializações nos subsetores industriais, podendo haver as indústrias principais e as auxiliares.

O autor supracitado apresenta uma abordagem que vai além das perspectivas econômicas, tratando também de aspectos sociais que competem ao seu objeto de estudo. No entanto, são observadas algumas alterações no sentido dos distritos presentes nas cidades atualmente, pois nem sempre as unidades produtivas instaladas se limitam a um subsetor industrial homogêneo e a comunidade de trabalhadores possui apenas o vínculo trabalhista com o local de trabalho, como esperava o autor.

Na atual realidade é comum os casos em que os trabalhadores não participam diretamente das tomadas de decisões da empresa, não é via de regra que esses residam próximo ao trabalho e tão pouco, possuam vínculos exclusivos com o local de trabalho. Essas alterações, no sentido estrito do conceito, já eram previstas por Becattini (1994), visto que, o mesmo já previa alterações na esfera socioeconômica, técnicas e produtivas, o que chamou de sintomas desintegradores.

Mesmo com algumas adaptações, esse modelo de organização da aglomeração industrial mantém-se e teve sua maior ocorrência no século XX, com a política de descentralização industrial dos núcleos urbanos. A formação e a concentração ocorrem, preferencialmente, nas zonas periféricas das cidades, podendo se beneficiar de terrenos mais amplos e baratos, resultantes da atuação do Estado, além de vantagens como a preparação do terreno para a instalação da fábrica, acessibilidade à água, energia, rodovias, incentivos fiscais, entre outros, ou seja, as economias de aglomeração (CORRÊA, 1995).

Azzoni (1986) apresenta argumentos favoráveis aos industriais que se instalam nas áreas de aglomeração industrial, como por exemplo: a redução de chances de uma má escolha de localização, redução nos gastos com estudos prévios para a instalação da unidade fabril e a tida capacidade de sobrevivência. Dessa forma, escolher um ponto no território, já ocupado

por outras unidades de produção, passa segurança aos empresários, e atende aos seus anseios de redução de gastos, seja na hora de imobilizar seu capital para depois reproduzi-lo, pois economizam em consultorias para a instalação da unidade, seja na preparação do terreno e infraestrutura.

Apresentadas com uma nomenclatura distinta, mas com função e forma semelhantes, Fischer (2008) citou algumas estratégias do Estado, vigentes na zona industrial, como a criação de parte dos equipamentos e serviços na zona, que são financiados pelo governo, a fim de garantir seu funcionamento.

Esse exemplo ajuda a compreender o porquê de áreas industriais específicas, como os Distritos e Parques Industriais (DI), serem destinados às grandes empresas, seja de capital nacional ou estrangeiro, visto que essas áreas já são planejadas para esse segmento industrial, que ganha ao reduzir seus gastos com custos fundiários e imobilização do capital com os investimentos iniciais, enquanto a cidade tem seu benefício com a geração de renda, a partir da criação de empregos e maior dinamização da economia.

As descrições dos DI expressam o que ocorre na cidade de Cambé, a qual possui um Distrito Industrial e dois Parques Industriais implantados pelo poder executivo municipal, junto ao Governo Estadual, a partir da década de 1960 e que se beneficiam de todas as vantagens descritas anteriormente, com destaque para a malha rodoviária, a infraestrutura e os incentivos fiscais, ou seja, as condições de ordem técnica e organizacional.

Diante dessa realidade, a localização da unidade produtiva irá influenciar o preço do solo urbano, na distribuição de saneamento, na distribuição dos conjuntos habitacionais, na organização das vias de acesso e dos equipamentos coletivos, como transporte coletivo urbano e intermunicipal e na questão ambiental, como emissão de poluentes na atmosfera e poluição sonora.

Em contrapartida, Corrêa (1995) deixa claro que há unidades produtivas que irão permanecer na área central dos centros urbanos e distribuídas em quase toda cidade, como é o caso das pequenas e médias indústrias, que produzem bens de consumo para o mercado consumidor próximo. Um exemplo são as fábricas de baixa intensidade tecnológica, como as pequenas indústrias metalúrgicas, as de papel e gráficas, as de madeira e mobília, de vestuário e de alimentos e bebidas.

Especificidades como essas são encontradas em Cambé, onde é possível deparar-se com metalúrgicas; fábricas de móveis planejados em madeira e móveis em alumínio e fibras; gráficas especializadas em artigos que vão desde a impressão em papel até em materiais de acrílico; pequenas e médias unidades de confecção de roupas e estofados; padarias e

microempresas de fabricação de alimentos e processamento de frutas, no centro da cidade, nas principais avenidas, nos bairros residenciais e comerciais, em especial nas localidades mais antigas.

Isso demonstra a dinâmica das pequenas indústrias, de baixa intensidade tecnológica, dedicadas à fabricação e venda de mercadorias para o atacado ou varejo, que visam atender ao mercado local e regional, promovendo a autossuficiência dos lugares e a reprodução social. Porém, é válido expor que observações empíricas permitem pontuar que a atividade industrial, na área central, apresentou uma redução durante as duas últimas décadas, enquanto houve uma ampliação nas atividades de comércio e prestação de serviços.

Assiste-se assim, à organização do espaço industrial, por meio dos incentivos e leis municipais que determinam a distribuição das unidades na malha urbana, de acordo com o tamanho da planta industrial, número de postos de trabalho e nível de desenvolvimento tecnológico das unidades. Desse modo, as indústrias de pequeno porte, distribuídas na cidade, podem ampliar sua importância e passar por uma transferência centro-periferia com o passar do tempo, isto é, sair da área central, onde os espaços de expansão são limitados, para se dirigir a um DI ou Parque Industrial, localizados nas áreas periféricas dos centros urbanos. Fato esse que já vem ocorrendo em Cambé e será apresentado adiante.

Por conseguinte, com os apontamentos acerca das atrações e organização dos espaços destinados às indústrias, verifica-se a importância que essa atividade econômica tem na perspectiva espacial e social das cidades, a ponto de passar por transformações junto à dinâmica temporal. Isso corre em virtude dos avanços técnicos, científicos e informacionais que dinamizam a seletividade espacial promovendo maior especialização do território.

Contudo, a dinâmica do espaço e tempo é inerente aos aspectos aqui apresentados, pois, alguns fatores de atração, por exemplo, reduzem seu grau de importância, enquanto outros são ampliados, como é o caso das normativas organizacionais, leis, impostos, tradição e relações trabalhistas. Nesse sentido, os subsetores industriais de maior rigidez, ou seja, aqueles que dependem de matéria-prima específica, como as indústrias de base, ainda têm sua escolha de localização restrita, enquanto que a grande gama das demais indústrias de transformação se beneficia da fluidez promovida pelos sistemas de ações, o que intensifica cada vez mais a divisão territorial do trabalho no período atual, sendo fundamental à organização do espaço geográfico sob a lógica industrial, em virtude da especialização dos territórios e suas funções específicas.

2.2 A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NA DINÂMICA INDUSTRIAL

A organização humana em sociedade teve como base a divisão social do trabalho, a partir da fixação sedentária, domesticação agrícola e dos animais, aumento da população e a produção do excedente, que resultou na organização em estratos sociais (MUMFORD, 1998). A sociedade, assim constituída, passou a almejar um constante desenvolvimento em busca de suprir suas necessidades primárias e também criar novas necessidades juntamente às transformações espaciais.

Distinta da ação da natureza que é repetitiva, a divisão territorial do trabalho surge graças à diferenciação dos espaços, determinada pelos conjuntos de elementos naturais, ainda no tempo em que a força da natureza imperava (MUMFORD, 1998). Desse modo, fica claro que “A diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho [...]” (SMITH, 1988, p. 159).

Junto a isso, tem-se a “divisão geral do trabalho” que a partir do surgimento do capitalismo pauta-se na máxima: divisão entre indústria e agricultura, como descreve Smith (1988, p. 164).

[...] A separação da cidade e do campo é tanto o *fundamento* lógico quanto o histórico da divisão social do trabalho contemporâneo no seguinte sentido: somente quando o proletariado estivesse livre da necessidade e da responsabilidade de produzir seus próprios meios de subsistência é que essa divisão do trabalho poderia progredir como o fez. A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo, mas é, ao contrário, herdada pelo capitalismo em sua origem [...]

Assim, a separação entre as funções executadas no campo e na cidade deu base para a divisão territorial do trabalho no modo de produção capitalista, essa divisão é o princípio da divisão territorial nesse sistema, pois diferencia os “espaços” a partir de sua produção, aprofundando as distinções e ao mesmo tempo acirrando a sua interdependência.

Com o passar do tempo, a divisão territorial do trabalho passou por expressivas transformações, em virtude dos avanços do sistema de produção capitalista, em especial a partir do século XX, consolidando a diferenciação espacial como expressão geográfica da divisão do trabalho, que é o processo progressivo realizado pela sociedade (MUMFORD, 1998).

Na dimensão temporal da divisão do trabalho, o modo de produção é intrínseco, pois são consideradas suas alterações ao longo do tempo, sendo materializada no espaço geográfico, por meio da formação socioespacial, reunindo os diferentes tempos de forma conjunta, dando aos territórios novas formas e conteúdos (SANTOS, 2006). Isso faz com que

o espaço geográfico seja condicionado e condicione a especialização do trabalho que é imposta pelo modo de produção capitalista e suas relações de produção.

Sendo assim,

Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo [...] (SANTOS, 2006, p.90).

A relação dos tempos aqui apresentada passou a ter maior dinamicidade com o fim da Segunda Guerra Mundial, que marcou uma nova fase do percurso do capitalismo, na perspectiva da revolução técnico-científica que lançou as bases para a capacitação dos espaços mundiais, para a dominação das empresas multinacionais, o que se consolidou três décadas mais tarde, intensificando a divisão territorial do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2014).

Diante dessa realidade, os “[...] lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social [...]” (SANTOS, 2006, p.167), o que na perspectiva da atividade industrial foi intensificada com o avanço das técnicas que operam e estão disponíveis em cada porção do espaço, promovendo uma maior desigualdade entre esses, visto que o capital se apropria dos territórios à medida que esses podem oferecer melhores condições de produção. Dessa forma “[...] Diferentes setores da economia nacional e internacional estão concentrados e centralizados em certas regiões.” (SMITH, 1988, p. 207), resultando no desenvolvimento desigual das forças produtivas.

Ao se ater à escolha do capital e ao uso do território para a instalação de unidades produtivas, compreende-se que

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento na mobilidade do capital dentro e fora da produção e a contínua emancipação da indústria dos obstáculos naturais, as taxas diferenciais de salário e, em menor proporção, o padrão existente de especialização da mão de obra são fatores que determinam o local exato para o qual o capital converge e onde se concentra (SMITH, 1988, p. 209).

Considerando a distinção e a hierarquização do espaço geográfico, promovidas por essa especialização, conforme Santos (2006, p.88) de que “[...] essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.” Por conseguinte, é nítido que divisão

social e territorial do trabalho são inseparáveis, pois é nesse espaço que as pessoas realizam o trabalho.

Essa divisão pode ser dentro do Estado-nação, ou ainda em escala global, que é denominada divisão internacional do trabalho. No que concerne ao país é designada como: “[...] A diferenciação interna dos territórios nacionais em regiões identificáveis, é a expressão geográfica da divisão do trabalho, tanto no nível de capitais individuais, quanto no da divisão particular de trabalho (entre setores) [...]” (SMITH, 1988, p.207). Dessa forma, há

[...] a cristalização de regiões geográficas distintas na escala nacional tem a mesma função que a divisão global entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido. Ambos constituem fontes geograficamente fixas (relativamente) de trabalho assalariado, um na escala internacional e o outro sob o controle mais direto do capital nacional (SMITH, 1988, p.207).

Entende-se assim, que áreas específicas do território nacional ou global desenvolvem atividades econômicas distintas, de acordo com suas características específicas, naturais, econômicas e culturais. Esse legado é o que as diferem e as integram, baseados no poder do capital que impera em cada uma das áreas.

As economias locais são integradas nas economias nacionais e internacionais, como parte de uma nova configuração espacial. Marx observa este processo em relação ao desenvolvimento de novos meios de transporte que, diz ele, são responsáveis pela "deterioração dos antigos centros de produção e pelo surgimento de novos centros". O resultado é um deslocamento e uma realocação dos locais de produção e dos mercados como resultado das variações em suas posições relativas causadas pelas transformações nos meios de transporte (SMITH, 1988, p.207).

Novamente os meios de transportes são elencados como fator fundamental para a localização e importância dos centros de produção. Considerando a dinâmica temporal e espacial da distribuição desses, fica claro que os centros de produção podem perder ou ampliar o seu raio de atuação e importância, o que modifica a função do território na divisão do trabalho. Dessa forma, as funções e relevância dos centros não são estáticas, mas estão sujeitas a alterações, afinal resultam da organização social no espaço geográfico.

Sobre a veemência da temporalidade para a especialização das funções exercidas no território, Santos (2006, p.90) considera que “[...] o tempo do mundo seria o tempo mais externo, abrangente de todos os espaços, independentemente de escala. Haveria, nessa hierarquia e nessa ordem, tempos do Estado-Nação e tempos dos lugares.” Essa hierarquia dos tempos expõe que o Estado-Nação aplique os tempos de ordem mais ampla, em termos globais, em que impera o exercício da política do poder público e das empresas que

interferem na divisão territorial do trabalho, enquanto que os tempos dos lugares são mais restritos, específicos das escalas locais, menos abrangentes.

Essa realidade pode ser representada com relação à unidade de produção e com a sua sede empresarial, de modo que é na esfera local que há o controle da estrutura técnica da produção, enquanto que na sede financeira das empresas (seja em outro país ou em outra cidade, preferencialmente, uma metrópole) é que se realiza as tomadas de decisões, como o planejamento e a gestão, o que resulta em uma desconcentração da produção. Assim como afirma Smith (1988, p.209)

[...] a divisão organizacional de um capital único em diferentes divisões corporativas pode acentuar mais ainda a divisão territorial, pois a separação organizacional de diferentes processos de trabalho com condições de trabalho muito diferentes facilita essa separação geográfica [...]

Além disso, quanto maior for a centralização do capital, em determinadas áreas, mais relevante é o nível de diferenciação geográfica, pois os maiores capitais nacionais e internacionais estarão operando ali, sendo mais importantes do que os investimentos de capital local (SMITH, 1988).

Sendo assim, quando se trata da organização do território, em sua divisão territorial do trabalho, que exerce uma função e intensifica a especialização territorial por meio de novas divisões do trabalho, maior intensidade de capital, circulação de mercadorias, pessoas e mensagens, a sociedade local executa os aspectos técnicos do trabalho, isto é, a produção, e exerce pouco ou incompleto comando político, pois são as instâncias superiores e distantes que exercem essa função, podendo até mesmo estar em outro país. Contudo, se realiza a hierarquia no sistema urbano acerca das funções a serem realizadas, visto que as cidades distantes (como as cidades globais) são as que realizam o comando político, por meio de ordens, disposição da mais-valia, controle da circulação, entre outras funções (SANTOS, 2006).

Atualmente, a sede da empresa não se encontra, necessariamente, em uma metrópole, mas pode localizar-se em uma cidade que exerça um amplo grau de influência sobre as demais cidades, em seu entorno, e apresente atrativos que supram as necessidades dos centros de comando das empresas, como serviços de telecomunicação de qualidade, redes de transmissão, mão de obra especializada, baixo custo de produção, entre outros.

Considerando o espaço geográfico como reticulado, isto é, composto por diferentes redes materiais e imateriais que se realizam a partir das atividades sociais formando “linhas e pontos” (fixos e fluxos) nos territórios, têm-se os fluxos como uma condição primordial para a

existência das redes geográficas, no período atual, ou seja, a circulação de objetos, pessoas, mercadorias, ideias e capital. E, em virtude do contexto mundial, faz-se necessária a intensificação da fluidez desse, que se baseia nas redes técnicas, como objetos e lugares como aeroportos, gasodutos, oleodutos, entre outros. No entanto, esse ritmo de fluidez não é igual e nem constante em todo espaço e no tempo, é distinto entre os lugares e pode sofrer alterações com o passar dos anos (SANTOS, 2006).

Assim, é preciso ter clareza que,

A produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado. Cabe ao Estado, diretamente ou por concessões, e aos organismos supranacionais prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam: Já as empresas, isoladamente ou associadas, estabelecem redes privadas, cuja geografia e funcionalização correspondem ao seu próprio interesse mercantil. É por onde circulam - não raro de forma exclusiva - as informações, os dados especializados e as ordens que estruturam a produção. Quando se fala em fluidez, deve-se, pois, levar em conta essa natureza mista (e ambígua) das redes e do que eles veiculam (SANTOS, 2006, 187).

Dessa forma, entende-se que a fluidez não ocorre de modo espontâneo, mas em se tratando de uma das características das redes decorre da ação dos agentes hegemônicos que, aliados ou não aos Estados, organizam o território a favor de suas necessidades, visando à produção e reprodução do capital. Assim, são construídos os objetos necessários à produção, circulação, distribuição e consumo de suas mercadorias ou serviços, porém, na maioria das vezes a construção desses objetos não atende aos anseios da população que vive e trabalha em determinado local. Essa realidade reforça o poder que os empresários, agentes imobiliários e industriais exercem sobre a seletividade e função do território, enquanto aliena e subtrai a vontade da população local.

Como exemplo desse tipo de divisão, temos a rede urbana que expressa a articulação funcional entre os conjuntos de centros urbanos (CORRÊA, 1994). Essa rede caracteriza-se por ser um produto social, resultante do processo histórico, com a função de interações espaciais, articulando toda a sociedade em uma porção do espaço e garantindo sua existência e reprodução (CORRÊA, 1997).

O mesmo autor expõe que a rede urbana é um reflexo da divisão territorial do trabalho, ao passo que “[...] em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos.” (CORRÊA, 1994, p.48).

Na expressão da realidade da sociedade capitalista, os donos dos meios de produção buscam sempre minimizar os custos e ampliar seus lucros, o que resulta em escolhas voltadas

à produção e circulação de mercadorias de modo rentável. Com isso, verifica-se a valorização de algumas áreas em detrimento de outras, ou seja, “[...] há padrões locacionais específicos que melhor atendem à lógica capitalista.” (CORRÊA, 1994, p.49).

Articulando o conceito de rede urbana com a ação do capital sobre a atividade industrial, entende-se que

Na verdade, na medida em que o capital organiza o espaço, a cidade é produto e condição dessa organização. Não há apenas precedência da cidade “tradicional”, mas de todo um espaço social que condiciona a implantação da indústria e que, pelas novas necessidades da acumulação, o transforma, redefinindo, qualitativamente também a rede urbana (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p.44).

Essa relação expõe como a ênfase para a atividade industrial, em uma determinada cidade da rede urbana, pode intervir na região, ao passo que as economias de aglomeração, em determinados pontos do território, se sobressaem mais que outros, e promovem uma especialização da produção em pontos específicos dessa região. Nesse caso tem-se o exemplo da Rede Urbana Norte do Paraná, na qual se encontram as cidades especializadas em ramos industriais específicos, como Cianorte que se destaca pela produção de confecções; Arapongas enquanto polo moveleiro e Apucarana na confecção de bonés (FRESCA, 2006).

Ao analisar que a importância das características naturais no setor secundário é menos restrita que para o setor primário, estas virtudes limitam-se à disponibilidade de matéria-prima próxima à fábrica condições topográficas e climáticas. Porém, há casos de produções de artigos muito específicos, como as indústrias de base, que ainda hoje apresentam uma restrição locacional em virtude da disponibilidade de matéria-prima e impactos ambientais, promovidos no entorno de sua instalação.

Salvo essas especificidades, os demais subsetores industriais beneficiam-se dos avanços dos meios de transportes, maior fluidez dos espaços, por vias terrestres, subterrâneas, aéreas ou hídricas. Sem maior necessidade de a base para a produção estar disponível na região da fábrica, o que se tornou essencial é a matéria-prima ter como chegar à unidade de produção. Assim, pode-se afirmar que a relevância dos fatores naturais na determinação das indústrias foi superada, majoritariamente, pelo aporte técnico-científico-informacional.

Destarte, se sobressai a função das técnicas e de ordem social, como a disponibilidade de infraestrutura, redes de comunicação e informação, mão de obra especializada, redução de custos com salários, sendo esses fatores imprescindíveis na escolha do território para a instalação das unidades produtivas.

A esse exemplo, têm-se as áreas especializadas em produção industrial de alta tecnologia e inovadoras, que necessitam de condições gerais de produção mais específicas, como o adensamento nas áreas metropolitanas, que configura um novo modelo de desigualdade territorial, graças à aglomeração territorial das condições gerais de produção que exigem equipamento e serviços, como a concentração de trabalho intelectual, serviços de gestão do capital, enquanto outras parcelas do território mantêm-se com as condições destinadas às atividades tradicionais (LENCIONI, 2007). Como é o caso de metrópoles como São Paulo, Curitiba e também a cidade de Londrina, as quais se destacam pela prestação de serviços voltados à P&D (pesquisa e desenvolvimento), gestão e atividades financeiras.

Infere-se que as condições gerais de produção permitem compreender o processo de produção e a circulação do capital, o qual dinamiza as funções exercidas no espaço geográfico, deixando em evidência a desigualdade territorial, em decorrência da hierarquização dos centros urbanos, promovida pela mediação do capital privado e do Estado, que favorece formas de subsídios legais para a reprodução do capital industrial.

Nesse contexto, a divisão territorial do trabalho é um conceito essencial para entender a especialização dos espaços, em particular o espaço urbano, onde se realiza a atividade industrial. Materializada e intensificada no Brasil, a partir do século XX, essa realidade repercute e condiciona as formas e funções dos espaços nacionais, promovidos por alianças entre o Estado e o capital privado nacional ou internacional. Nessa perspectiva, a dinâmica da atividade produtiva no Brasil a partir do século passado, deve ser retomada de forma breve a fim de contextualizar os momentos da industrialização nacional que dão suporte ao entendimento do objeto de análise da pesquisa.

É pertinente expor que dentro da divisão territorial do trabalho, a concentração do grande capital nacional ou internacional, em áreas específicas no globo, tornou-se muito importante, pois, promove maior arrecadação tributária, na maioria das vezes, geração de empregos e papel de destaque na divisão internacional do trabalho, como é o caso de Cambé, que teve seu processo de industrialização intensificado nos últimos anos, graças ao aumento dessa categoria de capital em seu território.

2.3 CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

A industrialização do Brasil desenvolveu-se intensamente após a Segunda Guerra Mundial, vinculada à integração do território nacional, à consolidação do capitalismo e à intensificação da divisão territorial do trabalho. No entanto, a gênese das indústrias brasileiras

data das últimas décadas do século XIX, como propõe a periodização de Moreira (2004) que considera ciclos econômicos de vinte e/ou trinta anos:

Até os anos 1920 podemos falar de um espaço industrialmente disperso e indiferenciado. Entre os anos 1920 e 1950 temos um espaço progressivamente concentrado e ainda indiferenciado industrialmente. Dos anos 1950 aos anos 1970, o espaço é industrialmente concentrado e diferenciado. Nos anos 1970 a centralização toma conta da organização do espaço brasileiro, liberando para a desconcentração e diferenciação regional das indústrias. Por fim, hoje tende-se a uma configuração que designaremos por globalizada e nacionalmente desintegrada [...] (MOREIRA, 2004, p.124).

Essa proposta expressa fatos importantes que ocorreram no Brasil por conta de atores políticos, sociais, externos e também internos que atuaram e atuam nesse processo. Entre os anos de 1880 e 1920, com a abolição da escravidão, o início expressivo das imigrações e a instituição do estado republicano, revelaram-se como pressupostos para o início da industrialização, caracterizada pelo beneficiamento de cereais e unidades produtivas domésticas (MOREIRA, 2004).

O capital e a infraestrutura, oriundos da cafeicultura, assumem junto com os fatores já descritos, o cenário propício para a industrialização brasileira:

Aparelhada comercial e financeiramente, a lavoura de café se constituiu num complexo agroexportador, gerando uma burguesia cafeeira. O mercado interno ampliou-se com a emergência da classe média urbana e com a substituição dos escravos por trabalhadores livres, solucionando o problema de mão-de-obra e liberando capitais para outros investimentos. Em suma, criaram-se as condições para o surgimento da indústria (BECKER; EGLER, 1993, p.68).

Isso reforça a relação que havia entre a economia e os aspectos sociais, presentes nesse período, pois a classe média brasileira, que surgiu atrelada às economias rurais, passa a reproduzir seu capital nas cidades, por meio das indústrias. O fim da escravidão e, conseqüentemente, o aumento do trabalho livre assalariado, junto às imigrações europeias, ampliaram o poder de consumo da população, criaram novas necessidades, absorveram a mão de obra, possibilitaram a ampliação do consumo, ou seja, fortaleceram o setor secundário. Desse modo, é imprescindível pensar o processo de industrialização junto à urbanização do país.

Destaca-se que no início do século XX, o território nacional encontrava-se desarticulado, dando a ideia de um arquipélago econômico, em virtude das economias regionais que refletiam a divisão regional interna do trabalho, em escala nacional. Nesse período, em que predominava a economia agroexportadora, essas regiões se ligavam de forma

direta com os centros capitalistas mundiais, o que refletia como um resquício do passado colonial do país (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982).

A segunda fase, de 1920 a 1950, caracterizou-se pelo avanço da concentração industrial e o início da divisão regional da atividade, essa concentração deu-se na região Sudeste que reunia cerca de 80% do total de indústrias no país, com ênfase ao estado de São Paulo. O fator importante para as alterações nessa fase foi o processo de substituição de importações, em virtude da Primeira e da Segunda Guerra Mundial e a crise econômica de 1929, pois provocaram quedas bruscas nas exportações e importações, exigindo uma expansão da produção industrial nacional, para suprir as necessidades de consumo dos manufaturados importados (MOREIRA, 2004).

Cardoso de Mello (1982) chama a atenção ao expor que nesse período a industrialização se encontrava restrita, pois as bases técnicas e financeiras da acumulação eram insuficientes para uma expressiva transformação imediata do núcleo das indústrias de bens de produção. Esse período ficou marcado pela formação da burguesia industrial, que aliada aos interesses do Estado, impulsionou o processo industrial adiante.

Esse período foi profundamente marcado pela atuação do Estado na economia, pois a intervenção protecionista que ocorria no período da cafeicultura deu lugar ao papel de investidor. O Governo Federal passou a valorizar as empresas nacionais, a fim de reduzir as importações e fez altos investimentos no setor de bens de produção, como será visto adiante.

Além disso, Becker e Egler (1993) também expõem que após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a exercer expressiva influência sobre os países da América Latina, inclusive o Brasil, o que incluiu nosso país na economia mundial, por meio da industrialização, que teve como tripé o capital monopolista internacional, o capital estatal e o capital privado nacional. Assim, é possível perceber que é a partir desse momento que o Brasil assume um papel distinto do que tinha até então na divisão internacional do trabalho, pois se desde o período colonial sua função restringia-se a de produzir e exportar produtos do setor primário, agora passaria a ser conhecido por sua produção industrial (BECKER; EGLER, 1993).

Outro fato que favoreceu a indústria do Sudeste nesse período, foi a construção de estradas de rodagem e a expansão das ferrovias, possibilitando uma expansão dos mercados e concorrência de produtos, ao levar as mercadorias oriundas dessa região para as demais regiões do país (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982). Contudo, tem-se a importância que o território assumiu a partir de então, visto que passou a ser fundamental para legitimar o Estado e sua política, sendo responsáveis por dinamizar as tendências socioespaciais do Brasil

(BECKER; EGLER, 1993).

Na fase seguinte, na qual foi enfatizada a indústria pesada, os investimentos em infraestrutura e no setor energético, os quais favoreciam a industrialização do país foram intensificados, como Singer (1987, p.76) apresenta:

[...] foi na década dos 50 que o capitalismo monopolista entra em plena expansão, no Brasil, dominando a acumulação do capital e modificando profundamente a fisionomia econômica e social do país. Inicialmente, ainda foi com capital estatal que se criaram a Petrobrás, a Cosipa, a Usiminas e diversas companhias de eletricidade (Chesf, Furnas etc.). Mas, no quadro de uma industrialização acelerada pela execução do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), capitais multinacionais foram atraídos em grande escala ao país, tornando a hegemonia do capital monopólico definitiva no Brasil.

Becker e Egler (1993, p. 83) corroboram e complementam essa discussão ao afirmarem que

As alterações na divisão internacional do trabalho com a recuperação da Europa, graças a maciços investimentos dos Estados Unidos, em sua indústria manufatureira, foram vitais para a industrialização brasileira e de outros países periféricos. A partir de 1957, o investimento direto e os financiamentos de fornecedores estrangeiros para importação de máquinas e equipamentos foram mais fáceis devido à competição entre indústrias europeias e norte-americanas, com o surgimento da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Estabeleceram-se, então, as bases do modo “tripé”: capital privado nacional produzindo bens duráveis, e o capital estatal operando na esfera dos bens de produção.

Isso mostra a inserção do Brasil na dinâmica da divisão internacional do trabalho na etapa do capitalismo monopolista, que passou a esboçar no mundo um novo circuito produtivo e financeiro mundial, penetrando nas fronteiras nacionais e instalando suas unidades produtivas, principalmente na região Sudeste, a qual oferecia melhores condições estruturais para comportar as multinacionais e as grandes indústrias nacionais, o que aprofundou a desigualdade inter-regional. Pode-se verificar esse fato por meio dos aspectos econômicos e sociais que o país vivenciou, destacando-se a importância e a consolidação da atividade industrial no Sudeste para a economia nacional:

O Sudeste, em 1949, já gerava 65,5% da renda nacional. A concentração da renda nacional nesta região, até fins da década de 50, se prende à atividade industrial e, também, à manutenção da participação de sua agricultura no conjunto do país. Significando essa manutenção um impacto direto e indireto da industrialização sobre a atividade agrária comercial, mesmo quando na pequena produção mercantil predomina o trabalho familiar (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p.32).

Desse modo, mesmo com a instalação das multinacionais nos principais centros urbanos dessa região, as empresas de capital nacional e de caráter familiar se mantiveram nos subsetores tradicionais da indústria. Assim, o Sudeste destacava-se por seu dinamismo econômico, o qual passava a ter o setor secundário como carro-chefe de sua economia, mas mantendo o setor primário em expansão e atrelado às outras regiões agrícolas do país, que nesse período passaram a dedicar-se mais a produção agrícola para a exportação do que para a industrialização.

Nesse contexto, intensificou-se a desigualdade entre as regiões do Brasil, pois enquanto a industrialização concentrava-se no Sudeste, em especial nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que contavam com maior concentração de capital e infraestrutura, as demais regiões pouco participaram desse processo, sendo a realização desse ainda mais tardio nessas áreas. Destaca-se então o fator de concentração e centralização de capital e das condições gerais de produção em determinadas áreas, como explica Smith (1988, p.158)

A concentração e a centralização do capital no ambiente construído dá-se de acordo com a lógica *social* inerente ao processo de acumulação de capital, e isto, como vimos anteriormente, leva a um nivelamento das diferenças naturais, pelo menos até onde elas determinam a localização da atividade econômica.

De acordo com Goldenstein e Seabra (1982), essa realidade se manteve, ao passo que, em 1970, o Sudeste concentrou 80,3% da renda do setor industrial do Brasil e transferiu as atividades agrícolas para as demais regiões do país. Moreira (2004) denominou esse fato de “agrarização por desindustrialização” das demais regiões brasileiras.

A concentração ou polarização territorial da indústria foi a peculiaridade do Sudeste, durante as décadas de 1950 a 1970, em especial no estado de São Paulo que em 1970 chegou a deter 71% da produção industrial da região, fazendo dessa, o epicentro da industrialização nacional, em que se destacou o desenvolvimento de bens intermediários, de transportes, comunicações e transmissão de energia, indústrias de bens de capital e bens de consumo durável (MOREIRA, 2004). Esse desenvolvimento teve como impulso o aumento da população e da classe média, consumo diversificado e dos sistemas de crédito (SANTOS, 2008).

Esse contexto foi fundamental para o processo de urbanização brasileira, que a partir da década de 1970 tem sua estrutura socioeconômica modificada, isto é, deixa de ser um país essencialmente rural-agrário para tornar-se urbano-industrial. Essa nova configuração atingiu a cidade de Cambé, que no período de 1970 a 1980 teve um acréscimo superior a 50% (IBGE, 1970/2010) em sua população urbana, sendo o reflexo da modernização do campo, do êxodo

rural por conta da “Geada Negra” que atingiu os cafezais do Paraná em 1975, e da inserção da industrialização na cidade e na região do norte do Paraná.

Em decorrência disso, o antigo trabalhador rural passou a assumir na cidade o papel de operário industrial, trabalhador na construção civil ou quando mantinha o estreito vínculo com a área rural, mantendo-se como o trabalhador volante nos períodos de safra. Já os pequenos e médios agricultores, que se mantiveram no campo, tiveram que se render às imposições do capital, como a inserção de novas técnicas do “pacote” tecnológico e venda da produção para as agroindústrias.

Em resumo desse período, Cano (1997) expõe que entre 1930 e 1970, o país apresentou elevadas taxas de crescimento econômico e São Paulo contava com taxas anuais de crescimento superiores à média nacional, concentrando expressivas parcelas do PIB do país. Com isso, as demais porções do território nacional apresentavam taxas de crescimento devido às articulações econômicas com São Paulo e com outras regiões, assim sendo, São Paulo, enquanto o núcleo da acumulação produtiva do Brasil, crescia e estimulava o crescimento de outras regiões, sendo esses seus complementos espaciais.

Nos anos de 1970 a 2000, sucedeu-se a dispersão industrial pelo território. O elevado grau de diferenciação-concentração no Sudeste chegou a uma situação insustentável, passando a afetar os custos e a produtividade. Para tanto, os PNDs (Plano Nacional de Desenvolvimento), durante os governos militares, foram criados para atuarem como mediação, visando à reestruturação da indústria no espaço brasileiro. Nessa perspectiva, muitas fábricas saíram de São Paulo rumo à interiorização para outras cidades paulistas e em outros estados (MOREIRA, 2004).

O objetivo é redistribuir a indústria excessivamente concentrada na região metropolitana de São Paulo, corrigir seus efeitos, de modo a provocar maior repartição da infraestrutura e interações espaciais por todo território do Brasil em vista de projetos de integração nacional – o projeto *Brasil Grande* [...] (MOREIRA, 2004, p.134).

Essa interpretação da redistribuição das unidades produtivas no território brasileiro, abriu as portas para uma discussão mais abrangente e com distintas interpretações de autores nacionais, que se dedicaram a compreender o processo de desconcentração industrial no Brasil, que ocorreu no intervalo das décadas de 1970 e 1990. O detalhamento que será contemplado por meio da perspectiva da periodização de 1975 a 1985, como o auge da desconcentração industrial, enquanto que de 1985 a 1995 como o período de inflexão desse processo (CANO, 1997).

Essa nova configuração da organização territorial industrial brasileira ficou

caracterizada como “desconcentração concentrada”, ou seja, as unidades de produção de São Paulo, de sua região metropolitana e do interior paulista, passaram por uma desconcentração industrial que privilegiou estados específicos, como o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Dessa forma, não foi todo o território nacional, ou até mesmo, grande parcela desse, que se beneficiou com essa dispersão industrial, pelo contrário, poucos foram os estados e regiões metropolitanas que participaram desse processo.

Essa discussão será abordada a seguir de forma detalhada, pois está atrelada à inserção da região Sul do Brasil na nova dinâmica industrial. Essa reflexão subsidiará a compreensão do processo de industrialização do Paraná, assim como, o da cidade de Cambé, a qual passou por uma intensificação de sua industrialização, a partir da década de 1990, sendo um reflexo do cenário nacional.

2.3.1 A Desconcentração Industrial Brasileira

Vindo de um cenário promissor, o setor secundário brasileiro consolidou-se entre os anos de 1970 e 1985, o período em que houve a implantação da nova matriz industrial do país, o que exigiu maior articulação intrarregional, em virtude da utilização dos recursos naturais para a ampliação da matriz energética, assim como os investimentos em novas infraestruturas, o que promoveu uma aceleração no crescimento das periferias. Esses fatores, vinculados aos investimentos oriundos da década de 1960, em indústrias leves e em insumos, possibilitaram o processo de desconcentração industrial regional (CANO, 1997).

A desconcentração industrial é aqui expressa como a transferência de unidades produtivas, em especial da cidade de São Paulo, em direção às outras cidades do mesmo estado ou para outras regiões do país. Sobre esse fenômeno, Cano (1997) apresenta em sua análise, que no auge da desconcentração, São Paulo que no ano de 1970 ocupava o primeiro lugar na produção da indústria de transformação com 58%, em 1985 apresentou uma perda, totalizando 51,9% da participação total nacional.

Como fatores desse processo, tem-se a atração de novas localidades para as indústrias na periferia nacional, como é o caso do deslocamento de indústrias de bens de consumo durável e de capital para a Zona Franca de Manaus, a instalação da FIAT e de plantas industriais de autopeças em Minas Gerais e a região Sul contou com a instalação de indústrias de material de transporte e do subsetor da mecânica, com as montadoras de veículos e máquinas agrícolas. Houve também a desconcentração industrial de São Paulo para duas

“regiões”, a Grande São Paulo² (GSP) e o interior, considerando que esse fenômeno da desconcentração teve como epicentro a GSP. Em 1970, sua produção industrial foi de 43,5%, enquanto o interior contava com 14,7%. Quinze anos depois, em 1985, a GSP caiu para 29,4% e o interior apresentou um aumento, com 22,5% (CANO, 1997).

Neste cenário de mudanças na dinâmica locacional das indústrias, Lencioni (2003) esclarece que o que houve não foi uma interiorização da indústria paulista, visto que, desde a gênese dessa atividade, ela esteve presente no interior do estado de São Paulo. Para a autora, a expressão correta seria “recente interiorização da indústria paulista”, pois essa ocorreu a partir da década de 1970, período em que a importância industrial assume destaque no interior do estado.

De acordo com Santos e Silveira (2014), nesse período, o Brasil contou com maior intensificação da industrialização e a implantação de complexos e polos industriais, como complexos petroquímicos, siderúrgicos, em diferentes regiões do país, além do Programa Nacional de Álcool (Proálcool) e equipamentos de circulação que alteram a dinâmica geográfica do estado de São Paulo. Essa realidade ocorreu, pois,

Ampliam-se as redes de transporte, que se tornam mais densas e mais modernas; e graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do território, uma fluidez potencial, representada pela presença das infraestruturas, e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso [...] (SANTOS; SILVEIRA, 2014, p.49).

Nessa perspectiva, o território continuou se modernizando para atender às demandas, cada vez mais crescentes das empresas capitalistas, com suportes técnicos, a expansão das indústrias de base e do setor energético, a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico e tornar o país competitivo em termos mundiais, na atração de investimentos das empresas multinacionais, e assim, participar de modo efetivo da divisão internacional do trabalho. Para isso, a fluidez de capital, pessoas, informações, mercadorias, é imprescindível.

Nessa fase observou-se a redistribuição de unidades produtivas para outros estados do Sudeste, como Minas Gerais e Espírito Santo, visando um equilíbrio entre a disparidade que ocorria em virtude da concentração industrial em São Paulo.

Com relação à distribuição industrial nas regiões do Brasil, a que mais apresentou crescimento entre os anos de 1970 e 1999, foi o Sul, que de 12% passou para 20,2%, no valor da produção industrial brasileira (MOREIRA, 2004). A região intensificou suas relações de complementaridade com o Sudeste, na produção agropecuária, com relação aos ramos

² Está se referindo à atual Região Metropolitana de São Paulo.

tradicionais da indústria e a instalação de algumas unidades de ponta, a partir da década de 1970, porém de modo concentrado espacialmente (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982). Referente à participação da indústria nas demais regiões do país, essas apresentaram pouca expressividade nesse processo de desconcentração industrial.

Passado o período áureo da dispersão das unidades produtivas, pelo território brasileiro, no período de 1970 a 1984, os anos posteriores, de 1985 a 1995, marcaram uma nova fase da industrialização brasileira, que ficou conhecida pela inflexão da desconcentração, termo proposto por Cano (1997, p.107) que expõe que,

Entre os anos de 1985 e 1995, quando convivemos, primeiro, com a “crise da dívida” e agora, também como políticas neoliberais, o crescimento econômico de São Paulo (e do Brasil) tornou-se, na média, medíocre e, com isso, o arrefecimento da dinâmica de acumulação inibiu também o crescimento periférico. Isso causou uma inflexão no processo de desconcentração econômica que, em muitos casos, apresentou resultados mais “estatísticos” do que efetivos.

Segundo o mesmo autor, por contar com uma estrutura industrial mais complexa e completa, São Paulo foi o estado mais afetado com a profunda crise econômica nacional, vivida entre 1985 e 1995, que significou o fim de vários programas oficiais federais de desenvolvimento, a contenção do programa de produção do álcool de cana, a redução do ritmo de crescimento das exportações e a contenção do investimento público e privado, reduziram de modo expressivo as possibilidades de avanço da desconcentração industrial GSP/ interior.

A redução dos investimentos, a partir de 1985, refletiu de forma clara na desconcentração industrial, freando esse processo e limitando os investimentos no setor secundário. A redução na produção paulista marcou essa fase, sendo percebida em todo o Brasil, porém em menores proporções.

Becker e Egler (1993, p. 236-237) explicam que essa crise,

[...] É sobretudo a crise de um Estado que avançou à frente da economia tornando-se não apenas empresário, mas também seu principal agente financiador. A crise financeira do Estado manifesta-se na velocidade do endividamento interno e externo, em sua incapacidade de bancar os riscos inerentes ao sistema capitalista e em sua fragilidade para enfrentar os dilemas das novas formas de integração na economia-mundo.

Sobre esse suplício econômico, Luedemann (2003, p. 131) acrescenta que “a política econômica, de caráter monetarista, promoveu o aprofundamento da crise interna, provocou a

desnacionalização de empresas competitivas, a ampliação de falências e concordatas, além do desemprego de milhares de trabalhadores [...].”

Dessa forma, o que se assistiu a partir de 1985, com o “fim do milagre econômico” dos anos anteriores, foi apenas o início do cenário de transformações políticas, econômicas e sociais que estariam por vir, a dívida interna e externa associada à inflação “galopante”, que repercutiu na instabilidade econômica, a qual afetou o país como um todo.

Por conseguinte, evidencia-se que “[...] computando todo o período 1980/95, a produção industrial do Brasil aumentou 8,6% e a de São Paulo teve crescimento nulo. Vale dizer: a “locomotiva” parou e, assim, os “vagões” pouco andaram...”(CANO, 1997, p. 121). Dessa forma, mesmo no contexto de recessão, no que diz respeito ao país, São Paulo continuou tendo sua supremacia no setor industrial, sofrendo mais que as demais regiões, no tocante à produção nesse período. As outras regiões que apresentaram um singelo aumento, no setor secundário deste período, se beneficiaram dos avanços que marcaram o período anterior. Esse fato permite inferir que São Paulo era a mola precursora do desenvolvimento industrial nacional e que a periferia dependia, sensivelmente, do seu crescimento para também se projetar em um cenário promissor.

A crise econômica, instalada no Brasil durante os anos de 1985 e 1995, deu margem para a denominação da década de 1980 como a década perdida. Para uma melhor compreensão da conjuntura econômica que o país vivenciou nesse período, Fresca (2009), caracteriza esse decênio como uma fase de recessão, de baixos investimentos, em que o Governo Federal, na ânsia de reverter as altas inflações, buscou adotar planos econômicos que não obtiveram o sucesso esperado. Junto a isso, a cobrança de juros da dívida externa pelos Estados Unidos, comprometeu ainda mais a economia nacional durante o processo de abertura política, além da imposição da ideologia da globalização e neoliberalismo disseminados pelos governos norte-americano e inglês.

Estes elementos gerais acabaram por afetar a economia brasileira que viu seus índices de crescimento muito rebaixados comparativos àqueles dos anos de 1970. No entanto, o setor industrial apresentou relativa expansão entre 1985-1990 (BRASIL, 1985-1990) muito vinculado aos efeitos dos diversos planos econômicos (Verão, Bresser, Cruzados, etc.) no que tange ao congelamento e tabelamento dos preços, salários, com reajustes pré-fixados compatíveis aos índices oficiais da inflação, permitindo aumento do consumo de bens de consumo não duráveis e alguns itens de bens duráveis (FRESCA, 2009, p.5).

Diante da imponente expansão do capital das grandes corporações pelo território mundial, houve a retomada da política liberal, ou seja, o neoliberalismo, como uma reestruturação do Estado capitalista, que pôs em vigência a redução fiscal, as privatizações, a

desregulamentação e despatrimonialização (BRAGUETO; SILVA, 2016). Sendo assim, o Estado que até então havia assumido o papel de interventor da economia, investidor e regulador, abre mão de parte de suas ações para transferir às grandes corporações capitalistas, que ganham força e espaço a partir da década de 1990.

Com isso, a fase mais crítica para a indústria nacional estaria por vir. Foi no Governo Collor, que as forças do neoliberalismo se instalaram efetivamente no país, dando início a uma fase de estagnação no setor industrial nacional, venda das empresas estatais e intensa concorrência de mercadorias importadas, em especial por não estarem tecnicamente preparadas para competir com produtos advindos de menores custos de produção e de maior incorporação de inovações (FRESCA, 2009). Esse fato revela também a carência de inovações que o setor secundário brasileiro vivenciava, o que reflete a incompetência da industrialização tardia (efetivada a partir de 1930), com investimentos insuficientes e que não detinha tecnologia, máquinas e técnicas para competir com as indústrias de países como os Estados Unidos e o Japão.

Araujo (2009, p.77) complementa essa discussão ao expor que:

O fluxo de capitais estrangeiros aumentou muito a partir da década de 1980 e no Brasil desde meados dos anos 90, devido à maior abertura econômica promovida pelo Governo Collor e a conjuntura mundial sob a égide da globalização. Sua distribuição em território nacional vem rompendo a tendência histórica de concentração industrial na região sudeste, sobretudo em São Paulo, dando margem à intensificação das disputas pelos investimentos externos.

A partir de 1994, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao poder, intensificou-se o processo de desnacionalização da indústria brasileira, em virtude da aplicação ferrenha de medidas neoliberais e globalizantes, como as privatizações das estatais ou fusões e perda do controle acionário, instalação de bancos internacionais, flexibilização das leis trabalhistas e incentivos à “guerra fiscal”, para a instalação de novas plantas industriais estrangeira ou fruto da desconcentração industrial (FRESCA, 2009).

Observa-se que o Investimento Externo Direto (IED), aplicado no Brasil a partir de meados dos anos 90, foi destinado à aquisição de empresas estatais privatizadas, especialmente nos setores de telecomunicações, siderúrgicos, petroquímicos e energia elétrica. Esses investimentos ocorreram a partir de estudos prévios, assim como a instalação das plantas industriais das multinacionais, que sempre levam em conta as vantagens competitivas e as desvantagens (ARAUJO, 2009).

A retomada da desconcentração industrial pós 1995, ocorreu de modo gradual, tendo como principal agente as políticas estaduais, que mantiveram a “guerra fiscal”, com o apoio

da iniciativa privada para a instalação de novas plantas industriais, como foi o caso da região Sul, essa que auferiu mais pontos percentuais nos dois períodos (passou de 12%, em 1970 para 18,1%, em 1995), beneficiando-se pela decisão política federal de ali instalar o terceiro polo petroquímico do país. Em virtude do bom desempenho agroindustrial, produção de máquinas agrícolas e tratores, material elétrico, de transporte e de condições propícias como mão de obra, urbanização, proximidade ao mercado paulista, agricultura moderna, ou seja, meio que favorece um nível mais avançado de desconcentração dos investimentos industriais (CANO, 1997).

Com base na descrição realizada em referência à obra de Cano, observa-se a importância econômica que São Paulo exerce sobre todo o país e considera-se que essa também é a primeira a sentir os efeitos dos períodos de crescimento econômico, assim como os estágios de crises e desconcentração.

Frente às mudanças na organização espacial, que o processo de desconcentração industrial promoveu no território brasileiro, corrobora-se com Smith (1988, p. 209) em que “[...] a diferenciação do espaço nacional de acordo com a divisão territorial do trabalho é profundamente sensível ao ritmo da expansão e da crise”.

Ainda sobre a dispersão das unidades produtivas no estado paulista, no período entre 1970 e 1985, a obra de Azzoni (1986) apresenta outra interpretação, que buscou averiguar por meio de dados relativos e considerando as economias de aglomeração, se São Paulo estaria passando pelo processo de reversão da polarização, isto é, “[...] o ponto no qual o processo de polarização espacial em um país terminaria passando, a partir desse ponto, a um processo de desconcentração espacial das atividades econômicas e população” (AZZONI, 1986, p.46).

Azzoni (1986) afirma que inferir a reversão de polarização pela simples análise de dados numéricos é errôneo, pois se deve considerar a realidade. Ele apresenta que São Paulo conta com elevados custos para os empresários e com congestionamentos, porém isso não é suficiente para afirmar que haja a desconcentração industrial para áreas longínquas do país, o que há de fato é o deslocamento das unidades produtivas para as áreas vizinhas da metrópole, em um raio de 150 quilômetros, a partir da cidade de São Paulo, portanto, usufruindo do “campo aglomerativo”, o que supera as vantagens urbanas e enfatiza a pertinência dos benefícios regionais.

Essa análise considera o fator da urbanização como de extrema relevância para a concentração das indústrias na proximidade de São Paulo e de sua Região Metropolitana, o que evidencia a dependência desse setor econômico com o centro urbano e reforça a supremacia do estado paulista no setor industrial nacional.

Contudo, o autor refuta a ocorrência da reversão de polarização na metrópole de São Paulo e considera a “desconcentração concentrada” que se caracteriza pelo “[...] espraiamento da produção na sua área periférica, o que possibilita custos menores ou sem perdas substanciais de vantagens aglomerativas [...]” (AZZONI, 1986, p.66). Isso ocorre em virtude do vínculo entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e a capital, essa que mantém seu poder de comando do processo produtivo (AZZONI, 1986).

Dessa forma, a averiguação da “desconcentração concentrada” expõe a importância máxima da Região Metropolitana de São Paulo para o cenário nacional, que mesmo em momentos de crise continuaria a concentrar, de modo singular, a produção industrial nacional.

De postura conceitual distinta e de análise mais ampla, Diniz (1993) analisou o período de 1970 a 1990 e defendeu o início da reversão da polarização no Brasil, apresentando como resultado o conceito de polígono industrial. Segundo esse autor, as economias de aglomeração que ora beneficiaram a instalação das unidades produtivas na Região Metropolitana de São Paulo, contraditoriamente, em determinado momento, com a elevada concentração urbana, passaram a promover as deseconomias de aglomeração, em detrimento do aumento da renda urbana, fixada nos preços dos terrenos e aluguéis, custo com controle ambiental, altos salários, congestionamentos, além de fatores de custo socioeconômico, como a pressão sindical, controle de poluição e ameaças de greve, que soaram como impasses para os empresários industriais.

Essa realidade abriu as portas para a desconcentração e resultou na polarização reversa, isto é, na criação de “[...] novas economias de aglomeração em outras regiões, e é o resultado da difusão do conhecimento, crescimento da população e renda, expansão do mercado, disponibilidade de recursos e expansão da infraestrutura, recriando novas formas de concentração [...]” (DINIZ, 1993, p.40).

O autor, supracitado, permite a reflexão de que com o passar do tempo, as economias de aglomeração podem promover uma hipertrofia da concentração das unidades produtivas, em conjunto com o setor terciário e os fatores de urbanização. O que favoreceu, no caso de São Paulo, a busca por novas áreas que apresentassem fatores atrativos para a instalação das indústrias. É válido expressar que essa desconcentração industrial ocorreu principalmente de forma vertical, ou seja, as unidades de produção se instalaram em outras áreas de São Paulo e em outras regiões, enquanto os processos administrativos, de gestão e planejamento das empresas, mantiveram-se na capital paulista. Isso colaborou para que São Paulo se tornasse o maior centro financeiro e de decisões do país, destacando-se pelo desenvolvimento de serviços especializados (NEGRI, 1994).

Nessa perspectiva, as indústrias passaram a usufruir de maior liberdade na escolha de sua localização, passando a ter a produção separada espacialmente dos escritórios de decisões da empresa, o que resultou em vantagem para as empresas, em especial as de grande porte e que exigem maior complexidade em aparatos técnicos e informacionais.

Esse processo foi fortemente impulsionado pelo Governo Federal e Estadual, não tendo início na década de 1970, mas sim a partir de 1930 com a busca pela integração do território nacional. A partir do final dos anos de 1990, no intenso complemento da gama dos incentivos veio os estaduais, que partiam da doação de terrenos, isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e até mesmo a participação acionária (DINIZ, 1993).

Acerca desses benefícios e a arrecadação dos impostos, Araujo apresenta que

A Constituição de 1988 trouxe novas perspectivas ao gerenciamento de recursos tributários às unidades subnacionais, pois foram beneficiadas pelo aumento dos percentuais de repasses vindos da União, aumento na arrecadação do Imposto de Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) [...] Ao Governo Federal coube a arrecadação da renda, aos Estados o consumo e aos municípios a propriedade com mecanismos de transferências entre um nível de governo e outro para complementação de renda. A principal mudança pode ser vista no aumento dos percentuais de repasse dos Fundos de Participação de Estados e Municípios (FPE e FPM) de 10% para 21,5% da arrecadação do IR e IPI (ARAUJO, 2009, p. 69-70).

Essa realidade foi vivenciada na Região Sul do Brasil, com destaque para o estado do Paraná e, ainda hoje, parte dessas medidas permanece em vigor, como é o caso da cidade de Cambé. Esses meios de subsidiar a instalação de unidades produtivas enquadram-se como artifícios para a “guerra fiscal” entre estados e cidades.

Nesse contexto vai se configurando uma nova divisão territorial do trabalho, na qual se destaca o polígono industrial, como a região de concentração da indústria, a qual Diniz (1993) apresenta como “desenvolvimento poligonal”, “[...] onde um limitado número de novos polos de crescimento ou regiões têm capturado a maior parte das novas atividades econômicas” (DINIZ, 1993, p. 35) (Figura 2). Para esse autor, a região que se beneficiou com o processo de desconcentração, caracterizou-se por comportar cidades com considerável concentração de serviços, infraestrutura, renda, atividades de pesquisa e ensino e expressiva base industrial. É a grande região industrial que se estende de Belo Horizonte (MG) até Porto Alegre (RS), abordando o Paraná, incluindo as cidades de Londrina e Maringá.

Figura 2 - Mapa de Aglomeração Poligonal.



Fonte: FIRKOWSKI (2001, p. 87)

“A região beneficiada pelo processo de desconcentração, seria caracterizada pela existência de cidades com considerável concentração de serviços, além de infraestrutura, renda, atividades de pesquisa e ensino e significativa base industrial” (FIRKOWISK, 2001, p.86).

Ao defender a pertinência do processo de reversão de polarização, Diniz (1993) propõe outra interpretação para a desconcentração industrial, visto que essa não ocorreu em

uma dimensão macroespacial, mas sim em algumas áreas específicas, dotadas de vantagens (economias de aglomeração) que resultaram na aglomeração poligonal.

Com o novo ordenamento espacial das indústrias, no território brasileiro durante a década de 1970, o decênio seguinte foi de intensas transformações. A esse exemplo, Diniz (1993) conclui que se ao longo dos anos 70, a Região Metropolitana de São Paulo começou a perder posição relativa na produção industrial para outras regiões, foi nos anos de 1980 que houve maior crescimento do polígono industrial, esse que inclui uma parcela do estado paulista.

Para melhor compreensão dessa relação, Firkowski (2001) explica que a concentração e a desconcentração formam uma relação dialética, pois ao mesmo tempo, que as atividades produtivas se desconcentram no território e se inserem em novos locais, tem-se a grande concentração, em poucos lugares privilegiados, das atividades voltadas à gestão, decisão.

Com isso, entende-se que os diferentes posicionamentos dos teóricos, aqui apresentados, contribuem para a análise da desconcentração industrial do Brasil, entre os anos de 1970 e 1990. Ultrapassando a dimensão econômica, os interesses e a dinâmica do cenário político desse período, deu-se o caráter expansão e inflexão desse processo. O fato é que, outras regiões brasileiras conseguiram auferir unidades produtivas de expressão significativa, nesse período, por meio das transferências industriais.

Mesmo essa dispersão, tendo ocorrido ainda que de forma concentrada, privilegiando de modo efetivo os estados do Sul e Sudeste, promoveu a participação dessas na dinâmica industrial nacional. Essa desconcentração, que não é sinônimo de descentralização, demonstra como São Paulo ainda detém o poderio industrial e administrativo das principais empresas do país, afinal é o grande centro econômico do Brasil.

Nesse percurso, a região Sul, em especial o estado do Paraná foi beneficiado com a implantação dos complexos industriais, como o polo petroquímico em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba e posteriormente, as unidades produtivas voltadas ao setor automobilístico e mecânico, alteraram o papel do estado junto ao setor secundário nacional.

Retomando a obra de Azzoni (1986) que conclui que as cidades pequenas representam baixos custos e por estarem próximas a grandes polos industriais, exercem forte poder de atração em virtude das economias de aglomeração, representam ótimas alternativas locais.

Esse contexto de atração para as unidades produtivas pode ser tomado como referência em Cambé, no entanto, embora esse município não se enquadre mais na

classificação de pequena cidade, mas sim como uma cidade média, pois conta com uma população superior a 100 mil habitantes e principalmente, uma intensa dinâmica econômica e social, além de estar conurbada com Londrina, que é o principal município da RML. Esses fatores favoreceram para que, a partir da década de 1990, o município de Cambé passasse a ter um acréscimo gradual em seu setor secundário, estando inserido no Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina (Ibiporã, Cambé, Rolândia, Araçongas e Apucarana) (BRAGUETO, 2007) e passando a ter o setor secundário como carro-chefe de sua economia, em especial na geração de empregos.

3 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ

Considerando o processo de desconcentração geográfica da indústria pelo território brasileiro, a partir da década de 1970 e intensificado durante a década de 1990, conforme apresentado por Cano (1997) e Diniz (1993), em suas respectivas interpretações, é possível elucidar o papel do estado do Paraná como receptor dos projetos industriais nesse período. Dessa forma, será apresentado o processo de industrialização do Paraná, a partir de sua perspectiva histórica, econômica e política, contemplando a atual dinâmica da indústria paranaense, a fim de subsidiar o contexto da inserção da indústria no Norte Paranaense, com destaque para o município de Cambé.

A industrialização do Paraná, até a década de 1930, caracterizava-se pela extração de recursos naturais como a madeira e a erva-mate, destinadas ao mercado externo e às demais regiões do Brasil. Nos primeiros anos do século XX a erva-mate, carro-chefe da economia, até então, a modesta e rudimentar indústria paranaense entra em um período de decadência, a partir de 1913, por conta da concorrência com o mate argentino e por problemas com a qualidade do produto nacional. Vale a pena expor que, em virtude do processo de ocupação do estado, as unidades industriais localizavam-se nos arredores de Curitiba e Paranaguá (BRAGUETO, 1999).

Mas foi a partir da década de 1930, por consequência do avanço dos transportes, que o estado paranaense passou a ligar-se diretamente a São Paulo, estabelecendo vínculos comerciais de produtos industrializados e deslocamento de capital excedente para o estado vizinho, em especial o Norte Paranaense, região recém-ocupada, mas que estimulou o crescimento industrial do estado, principalmente do beneficiamento do café (BRAGUETO, 1999). Esse produto obteve destaque nas exportações brasileiras, o que rendeu acúmulo de capital e favoreceu a industrialização do estado de São Paulo, assim como da área cafeeira paranaense, com destaque para a cidade de Londrina.

Nos anos de 1950, a indústria da região Sul do Brasil manteve o ritmo de crescimento do país, junto ao crescimento da agricultura, além disso, continuou com o caráter de complementaridade de produção do Sudeste. Sua participação na agricultura foi incentivada pela produção cafeeira, em especial pela forte interação entre São Paulo e o Norte do Paraná (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982).

A limitação do setor secundário no estado era grande, seu singelo desenvolvimento deu-se, concomitantemente, ao da cafeicultura no Norte Paranaense, favorecendo desse modo,

os laços econômicos com São Paulo, em especial pela utilização do Porto de Santos para o escoamento desse produto. Sobre as demais regiões do estado, Lourenço (1988) explica que a ausência de indústrias dinâmicas, nas áreas de ocupação mais antigas, devia-se à carência de mercados, escassez de recursos financeiros para investimentos no setor industrial, assim como à precariedade de infraestrutura em energia elétrica e transporte. Enquanto isso, o Sudeste paranaense ainda passava pelo processo de ocupação por parte dos gaúchos e catarinenses, estando longe de participar desse processo de industrialização.

Essas considerações deixam claro o caráter rudimentar que a jovem indústria paranaense teve até meados do século XX, em virtude das disparidades recorrentes do estado, em termos de nível de desenvolvimento, ocupação e interação interestadual ou intraestadual. Com destaque para os subsetores tradicionais da indústria, como o da madeira e beneficiamento de alimentos e bebidas, o processo de industrialização paranaense de início era voltado à transformação de matérias-primas agrícolas.

Nessa conjuntura, destacou-se a participação dos governos estaduais, empresas privadas e das agroindústrias alimentícias, de capital nacional ou estrangeiro, no controle do beneficiamento da produção, da industrialização e da comercialização dos produtos de origem agrícola. Destarte, foi com base na agricultura que a indústria do Sul passou a se expandir, passando a participar com 12% da renda industrial do país em 1970, representando um importante crescimento em sua diversificação industrial, econômica, financeira e tecnológica (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982).

Esse contexto de transferência de capital agrícola para o industrial, ou seja, o desenvolvimento da indústria a partir das atividades agrícolas, expressa a realidade vivenciada pelo estado do Paraná e também pelo município de Cambé, demonstrando que mesmo em escalas geográficas distintas, a predominância da estrutura econômica e o cerne do desenvolvimento industrial tiveram as mesmas raízes, isto é, o aproveitamento da matéria-prima agrícola.

A falta de interação territorial entre a capital Curitiba e as demais áreas do estado, limitava o desenvolvimento econômico integrado, esse que ainda se pautava na agricultura. Sendo assim, de início, o Paraná interagiu, economicamente, com o estado de São Paulo por meio da complementaridade das atividades agrícolas e, mais tarde, com as indústrias de subsetores tradicionais e algumas de setores de ponta, instalados e espacialmente concentrados no estado, a partir da década de 1970.

O processo de industrialização do Paraná só começou a se consolidar a partir de 1960, com os interesses e incentivos do Governo Estadual e mais tarde federal, a fim de

expandir as áreas industriais do país para as demais regiões. Com isso, a capital paranaense ganhou destaque ao auferir a capacidade industrial, tão almejada, participando assim da desconcentração industrial, por meio de políticas de atração dessas indústrias, assim como pelas condições gerais de produção estabelecidas na região. Além disso, outras regiões estaduais passaram a ter um crescimento industrial, como é o caso do Norte do estado, com destaque para as cidades de Londrina e Maringá, cidades que, segundo Diniz (1993), inseriram-se no polígono industrial, destacando-se por serem centros urbanos que a partir da década de 1990 contaram com condições gerais de produção para atrair novas indústrias, oriundas do processo de transferência industrial de São Paulo e por manterem um estreito vínculo com a maior metrópole nacional.

No cenário atual, o Paraná conta com a desigualdade na distribuição espacial das indústrias em seu território, tendo como destaque a Mesorregião Metropolitana de Curitiba, a Mesorregião Norte Central Paranaense - na qual Londrina e Cambé estão inseridas, e o Oeste Paranaense (BRAGUETO; SILVA, 2016).

3.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO PARANÁ

Migliorini (2006) explica que durante o período áureo da cafeicultura no Paraná, até a década de 1960, a região Norte do estado pouco interagiu com o restante. A população dessa região mantinha vínculos econômicos com São Paulo, consumia produtos industrializados oriundos desse estado e escoava o café pelo Porto de Santos. Desse modo, uma pequena parcela da renda, produzida pelo café no Norte Paranaense era investida em indústrias da região. Com isso, o caráter rudimentar industrial paranaense, com predomínio dos subsectores alimentícios e madeireiro, deu-se até o início dos anos de 1960.

Em vias de desenvolver o setor industrial paranaense, algumas medidas de destaque foram tomadas pelo Governo Estadual. Desse modo,

A partir do Projeto de Desenvolvimento Industrial do Estado, foram criados e revitalizados um aparato de empresas estaduais destinadas a atuar em diversos setores como economia e finanças, energia elétrica, telecomunicações, serviços públicos. Entre as empresas criadas nessa época pelo Estado, conforme Milward (1999, p.08), podemos citar: Banco do Estado do Paraná (BANESTADO); Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR); que foi transformada, posteriormente, em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP); Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (COPASA); Companhia Agropecuária de Fomento Econômico; Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL); A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR), Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR); Fundo de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR); Companhia de Habitação Paranaense

(COHAPAR), além de outras. Também foi instituído na década de 1960 o principal mecanismo de financiamentos do desenvolvimento industrial do Estado: o Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE), gerido pela CODEPAR (MIGLIORINI, 2006, p.66-67).

A criação dessas empresas estatais apresenta o caráter desenvolvimentista vivenciado nos primeiros anos do Regime Militar, investindo em obras de infraestrutura e subsidiando o desenvolvimento técnico e financeiro do estado, a fim de que esse se tornasse atrativo para a instalação de unidades industriais, oriundas de outras partes do Brasil e também de outros países, e em menor escala, para a ampliação das plantas industriais, já presentes no território estadual.

Sobre os mecanismos de financiamentos promovidos pela máquina pública, Bragueto (1999) detalha que o Governo Estadual lançou, em 1962, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), modificada em 1968 em Banco de Desenvolvimento (BADEP), que tinha como ênfase a substituição de importações, financiamentos às empresas de capital estadual e de outra origem. A CODEPAR surgiu em um contexto de investimentos do aparelho estatal, para viabilizar a produção industrial por meio da instalação de infraestrutura necessária e para fornecer financiamentos para essas empresas.

Se de início o BADEP buscou privilegiar os pequenos e médios³ empreendimentos de capital estadual/nacional, no final das contas acabou por auxiliar na complementaridade do polo nacional e contribuir com as grandes empresas de capital distinto: nacional ou estrangeiro. Essa mudança de curso insere-se no contexto político da época, visto que em 1964, iniciou-se o Regime Militar no Brasil, alterando algumas conjunturas político-econômicas, vigentes até então (BRAGUETO, 1999).

Vale expor que, no intervalo de 1962 a 1972, as indústrias que mais obtiveram investimentos advindos do CODEPAR/BADEP foram a alimentícia e a “química”, aqui se destacando a indústria de óleo de soja, com 19%, representando 44% do total. (BRAGUETO, 1999). Essa realidade expõe o início das alterações na estrutura da produção agrária do estado, em que o café já começava a apresentar singelas quedas na produção, o que se agravou em 1975, com a geada negra e a erradicação dos cafezais no Norte Paranaense, e já iniciando a inserção da soja na produção agrícola, que ganhou ainda mais expansão após 1975.

³ Classificação das empresas de acordo com novos investimentos: grandes empresas, com investimento superior a NCR\$ 500 mil; médias, com investimento entre NCR\$ 100 e 500 mil; pequenas, com investimentos até NCR\$ 100 mil. (AUGUSTO, M.H.O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978. P.233).

“[...] Vale lembrar que boa parte dos recursos transferidos para a implantação da infraestrutura do Estado, na década de 1960, era proveniente da agricultura, a atividade econômica mais expressiva da época.” (MIGLIORINI, 2006, p. 67). Dessa forma, mesmo dando início ao processo de intensas transformações no cenário agrícola do Paraná, que acompanhava a tendência nacional, o setor primário continuou a prover os recursos necessários ao desenvolvimento urbano-industrial do Paraná.

Migliorini (2006) explica que

Com a modernização da agropecuária e a simultânea diversificação da base produtiva se desenvolveu no Estado uma cadeia agroindustrial que se tornou o setor mais dinâmico da economia paranaense na década de 1970. A modernização da agropecuária proporcionou uma grande expansão da cultura do trigo e da soja enquanto que o café e o algodão, que já vinham apresentando declínio, após a modernização da agricultura perderam importância relativa na renda do Estado [...] (MIGLIORINI, 2006, p.70).

Essa colocação subsidia a realidade ainda vivenciada no Paraná, na qual o setor primário se modernizou e manteve sua importância para o desenvolvimento econômico estadual e também nacional, além de integrar a escala da produção industrial, especialmente com as agroindústrias, no interior do estado.

Analisando a distribuição espacial das unidades produtivas, no território paranaense, entre as décadas de 1950 e 1960, o Paraná Velho⁴ apresentou uma queda no valor de produção industrial de 59% para 41%, concentrada essencialmente em Curitiba, enquanto o Norte Paranaense obteve um crescimento de 9,6%, ou seja, de 36,4% para 46% nesse período e as demais regiões passaram a representar, em 1960, 13% do valor da produção (BRAGUETO, 1999).

Isso expressa a dinâmica econômica, política e industrial que o Paraná começou a ter em apenas dez anos, fazendo com que novas áreas passassem a desenvolver o setor secundário. Vale a pena pontuar que, a ocupação efetiva do Norte Paranaense começou em 1930 e os resultados apresentados, nesse setor, já na década de 1960, eram mais do que expressivos para uma área recém-ocupada, marcada pela produção cafeeira, a qual buscou industrializar-se.

Em suma, a década de 1960 serviu de base e preparação para o crescimento industrial que viria no decênio seguinte, visto que o Paraná agora dispunha de infraestrutura econômica;

⁴ Designação da região de ocupação mais antiga do estado, que envolve o litoral, Curitiba e arredores, assim como parte dos Campos Gerais.

apoio institucional de financiamentos para as indústrias, como o BADEP; agricultura moderna e dinâmica; e cenário político-econômico nacional favorável à industrialização.

Participando do processo de desconcentração industrial, o estado do Paraná, por disponibilizar mão de obra, infraestrutura, bom desempenho agroindustrial, perspectiva de rápida urbanização e incentivos fiscais, participou de forma efetiva da instalação de indústrias, a partir da década de 1970, a exemplo disso tem-se a instalação do terceiro polo petroquímico nacional. (CANO, 1997). Como impactos econômicos desse novo quadro, houve a intensificação no processo de industrialização do estado, fazendo com que nesse decênio, o PIB industrial apresentasse um acréscimo espetacular, com 259% para o Brasil e 484% para o Paraná (BRAGUETO, 2007).

Na década de 1970, o Paraná conheceu um crescimento industrial irrevogável. Acerca dessa realidade, Firkowski (2004) observou que o Paraná passou por dois momentos distintos de industrialização no século XX: o primeiro a partir da década de 1970, marcado pela concessão de incentivos que resultaram na criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e no Centro Industrial de Araucária (CIAR), e o segundo momento, na década de 1990, com a atração de novos investimentos e criação do polo automotivo, na Região Metropolitana de Curitiba.

Os dois grandes projetos, a implantação da Cidade Industrial de Curitiba e da Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, demonstrou como o Estado teve papel relevante no processo de atração de novas empresas. Desse modo, o estado foi inserido no polígono industrial, destacando-se a partir de então a participação do capital estrangeiro nos empreendimentos industriais.

Ao buscar transformar a base produtiva do estado com a criação do Projeto de Desenvolvimento Industrial, ocorreu a concentração industrial, em especial as de maior tecnologia em Curitiba e em sua Região Metropolitana, limitando o desenvolvimento industrial nas outras regiões do estado. Destarte, esse fato marcou o início da desigualdade na distribuição industrial no território paranaense.

De acordo com Lourenço (1988), em 1975, ocorreu a formação dos polos industriais de Londrina e Ponta Grossa, no entanto, a Microrregião de Curitiba continuou a exercer maior participação (de 52,7% no valor adicionado da produção industrial), em especial, por causa da política de atração de investimentos, destacando-se a criação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba) e a instalação da Refinaria de Araucária (Petrobrás). Isso significou um acréscimo da participação da indústria química, passando de 2,75% em 1975, para 30,21% em 1979, promovendo uma ampliação no valor agregado da indústria paranaense, enquanto que os

ramos tradicionais como os da madeira e alimentício, reduziam sua participação no valor adicionado (BRAGUETO, 1999).

Essa concentração das unidades produtivas e formação do polo petroquímico de Araucária estão estritamente vinculadas a dois eventos, à institucionalização da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) em 1973 e a CIC. Visto que, assim como as demais Regiões Metropolitanas do país, a RMC surge pautada na promoção de interesses comuns aos quatorze municípios participantes da época, como:

- I. planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II. saneamento básico, notadamente abastecimento d'água, rede de esgotos e serviços de limpeza pública;
- III. uso do solo metropolitano;
- IV. transportes e sistema viário;
- V. produção e distribuição de gás combustível canalizado;
- VI. aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal;
- VII. outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal (PARANÁ, 2016).

Sobre a institucionalização da RMC pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, vale ressaltar a falta de coesão entre os municípios da região como apresenta Firkowski (2004, p.3), ao apontar que

Curitiba transforma-se em Região Metropolitana nos anos 70, no bojo de uma política nacional de desenvolvimento urbano, intimamente relacionada à expansão das multinacionais como forma de produção industrial e à metrópole como *locus* de tal processo. A inclusão de Curitiba no conjunto das metrópoles criadas naquele momento teve sinais de fragilidade, haja vista alguns autores apontarem o eixo formado pelas cidades do norte do Estado do Paraná, notadamente, Londrina e Maringá como sendo de maior representatividade às relações metropolitanas. Tal ocorreu também em outros Estados do país, fato, porém, é que as nove Regiões Metropolitanas tinham como sede as capitais de seus respectivos Estados.

Essa colocação expõe a criação da RMC, como mera convenção política e econômica, considerando que outros centros urbanos do Norte do Paraná teriam maior integração com seus municípios vizinhos do que Curitiba com os demais quatorze que compunham essa Região no ano de sua implantação. Assim, fica evidente que em nome de um desenvolvimento forçado, a integração desigual da RMC se revela, em ênfase na produção industrial, da qual poucas cidades polarizam e se beneficiam da industrialização.

Esse fato contribuiu ainda mais para a concentração de investimentos estatais nessa região, especialmente na metrópole, que além de ser capital necessitava ser exemplo de desenvolvimento econômico e planejamento para o estado. Por conseguinte, a intensificação da industrialização em Curitiba e nos municípios da RMC significou a inserção efetiva do

Paraná no cenário industrial do país. Além disso, não por coincidência, a Cidade Industrial de Curitiba foi criada também em 1973. Nesse sentido, destaca-se que

A instalação da Cidade Industrial ampliou de modo substancial as vantagens locacionais de Curitiba, uma vez que a capital paranaense já contava na época com vantagens em razão de seu aglomerado populacional e industrial. As decisões locacionais estão sempre muito ligadas ao ambiente industrial preexistente, à proximidade dos centros de decisão, às condições de acesso (rodovias, aeroporto, porto), à disponibilidade e eficiência das telecomunicações e serviços urbanos de ordem superior, à existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade adequadas e às condições de recepção de diretores e técnico oriundos de outros centros nacionais e estrangeiros [...] (TRINTIN, 2001, p. 108).

Dessa forma, a atuação do estado foi crucial para a consolidação dessas vantagens locacionais que fizeram com que o Estado assumisse um novo papel, como apresenta Migliorini (2006) ao destacar que inspirado pela ideologia desenvolvimentista, vigente na época, o Governo Estadual assume a responsabilidade de promover a industrialização do Paraná e torna-se o agente propulsor dessa empreitada, atuando no planejamento, no financiamento e estímulo ao investimento privado, tonando-se um investidor direto em setores pouco atraentes e dinâmicos ao interesse da iniciativa privada.

As vantagens aqui citadas, junto às ações públicas, em especial a criação de empresas estaduais, já citadas, como a COPEL, TELEPAR e o BADEP, significaram o desenvolvimento de infraestrutura, financiamentos, concessão de terrenos aos empresários industriais, expondo a presença das condições gerais de produção que essa região oferecia, tanto na ordem de incentivos estaduais, quanto municipais e federais, passando a atrair grandes empreendimentos de capital nacional e estrangeiro, o que enfatizou a polarização dos investimentos em detrimento do interior do estado. Além disso, esses fatores foram decisivos para a inserção da capital paranaense na nova dinâmica industrial, vigente na divisão territorial e internacional do trabalho, instalada no Brasil nesse período.

Segundo Bragueto (1999), essas transformações fizeram com que, durante esse período, a industrialização do estado passasse por bruscas modificações como: a diversificação dos gêneros industriais; o aumento da participação da indústria metalúrgica, mecânica, de material de comunicação, elétrico e transportes; o uso de tecnologias avançadas e aumento da produtividade; formação de oligopólios em razão da inserção do capital externo e ainda, a extensão de empresas já instaladas no Brasil.

Mesmo com a concentração industrial nas proximidades da capital paranaense, o interior do estado continuou a caminho de seu processo de industrialização.

Desse modo, as indústrias tradicionais e as agroindústrias, ligadas fortemente ao setor primário (agricultura e extração vegetal e mineral), seguiam com sua localização preferencial no interior, enquanto que as indústrias modernas e dinâmicas, concentravam-se em Curitiba, particularmente aquelas dos gêneros metalúrgico e mecânico (FIRKOWSKI, 2001, p.41).

Assiste-se assim a uma diferenciação espacial e de intensidade tecnológica nos subsetores da indústria paranaense. Enquanto o interior do estado mantinha seu processo de industrialização com base nos subsetores tradicionais, como o alimentício, têxtil, metalúrgico, papel, ou seja, de menor intensidade tecnológica, Curitiba e sua RM, em especial a cidade de Araucária, caminhavam para a diversificação do parque industrial, com a inserção de subsetores como a mecânica, a química e de transportes, exemplos de subsetores que dependem de maior intensidade tecnológica. Essa disparidade ocorreu devido à concentração das condições gerais de produção, na região da capital, assim como pelas políticas públicas que privilegiaram essa localidade. Porém, entre as décadas de 1970 e 1990, essa tendência de diferenciação espacial se intensificou, se mantendo até a atualidade, como será visto mais adiante.

Nessa perspectiva, o setor agropecuário e agora, o de bens de capital e bens intermediários, passam a ser os dois principais setores da indústria paranaense, o que se justifica pelas políticas de desenvolvimento vigentes nesse período, isto é,

[...] o Governo Federal deu continuidade ao processo de substituição de importação e os setores industriais priorizados foram justamente os setores de bens de capital e bens intermediários. No caso das agroindústrias foram relevadas as vantagens comparativas das quais era detento o Estado do Paraná, em função de sua vocação agropecuária (MIGLIORINI, 2006, p. 68).

Dessa forma, cabe ressaltar que além das condições gerais de produção, o mercado consumidor é um fator importante para o desenvolvimento industrial, e nesse período a população brasileira, vivenciou de forma intensa, uma tendência do mundo ocidental, isto é, o consumo de produtos industrializados, em especial aqueles voltados ao uso doméstico, como os eletrodomésticos, televisores, rádios, geladeira. Dessa forma, o Paraná além de apresentar vantagens locais como a isenção de impostos, doação de terrenos, disponibilidade de infraestrutura, financiamentos, mão de obra, contava com a proximidade a São Paulo – metrópole nacional – que graças aos “bons ventos” da economia brasileira, detinha um amplo mercado consumidor.

Diante dessa tendência, tem-se na RMC, assim como em outras partes do Brasil, o fortalecimento de indústrias relacionadas aos bens de capital e de consumo duráveis, grandes

indústrias de capital internacional, como é o caso da implantação de unidades da New Holland, Robert Bosch, Pfaff do Brasil, Haas do Brasil, Volvo, Siemens, entre outras, que formaram um complexo metal mecânico, composto pelos gêneros: material de transporte, mecânica, metalúrgica e material elétrico (FIRKOWSKI, 2001). Além dessas houve o avanço da indústria de papel e celulose e a consolidação de um parque cimenteiro no estado (MIGLIORINI, 2006).

Extrapolando a dimensão político-econômica do desenvolvimento promovido pela industrialização paranaense, nas últimas décadas do século XX, e de modo especial voltando-se para a capital do estado em virtude da concentração industrial, aqui já citada, é cabível expor a importância que o planejamento urbano de Curitiba, em vias de que o processo de industrialização também visou a oferta de mão de obra originária dessa região e de outras, pois concomitante ao processo de industrialização, ocorreu a modernização do campo, que intensificou o êxodo rural e as migrações interurbanas.

Nesse tocante, Firkowski (2001) considera a vasta criação de empregos a partir da implantação da CIC, assim como o fortalecimento do setor terciário, resultando no fortalecimento do processo de urbanização de Curitiba. No entanto, a geração de postos de trabalho pelo setor secundário, de forma direta e indireta, esteve longe de sanar o problema do desemprego da capital e da sua região metropolitana.

Em meio a um cenário de fortalecimento da agricultura moderna e das agroindústrias, algumas cidades ganharam destaque ao promoverem uma especialização industrial distinta no Norte do Paraná. Nessa perspectiva, Fresca (2005) destaca que a partir de 1970 se iniciou a formação da indústria de confecção em Cianorte, o parque moveleiro de Arapongas e a produção de bonés em Apucarana, o que demonstrou a expressividade e competência do capital local, sendo capaz de promover o desenvolvimento de centros urbanos até então sem importância industrial, ou então pautados na indústria de transformação da matéria-prima agrícola, levando-os a serem reconhecidos nacionalmente por sua especialidade produtiva. Desse modo, viu-se o início das micro e pequenas unidades produtivas de capital local/regional, que ganharam destaque pelo território estadual.

Em suma, os anos 70 representaram o grande desenvolvimento industrial paranaense, tanto no ambiente qualitativo, quanto quantitativo, colocando o estado em destaque na participação da produção industrial nacional. As tendências iniciadas nessa época se intensificaram e se propagaram pelos anos subsequentes.

Mesmo a década de 1980 tendo sido marcada pela crise econômica nacional, o setor industrial liderou o crescimento econômico paranaense, correspondendo a 33,94% da

participação da renda interna do estado, ultrapassando a agricultura (23,32%) e passando a contar com 6,77% da participação no total da indústria nacional (BRAGUETO, 1999). Isso demonstra a consolidação do parque industrial estadual, sua participação na divisão territorial do trabalho, em termos nacionais e internacionais, por meio das empresas de capital externo, sendo esses fatores os que deram suporte à expansão do setor na década seguinte.

Com o fim do “milagre econômico” brasileiro, algumas alterações ocorreram no cenário nacional, porém, o marco no setor industrial paranaense foi a partir da década de 1990. Se durante o decênio de 1970 o Paraná participou do processo de desconcentração da produção industrial brasileira, auferindo novas unidades de produção, com destaque para a capital e sua região metropolitana, as empresas multinacionais, no decorrer dos anos 90 modificações ainda mais intensas ocorreram no setor secundário, em especial com a instalação do neoliberalismo, como nova ordem política e econômica, como as privatizações de empresas estatais.

A década de 1990 representou uma intensa diversificação e modernização de sua base produtiva industrial do Paraná, em especial após 1994 com a estabilidade monetária do Plano Real, que promoveu a retomada do crescimento econômico brasileiro e da desconcentração industrial inter-regional (MIGLIORINI, 2006).

Acerca dessa trajetória, Firkowski (2001, p.77) apresenta que

Na década de 90, os sinais da desconcentração industrial – esboçados na década anterior - se reforçam, juntamente com alterações na inserção do Brasil no contexto internacional, pois o mesmo volta a se tornar atraente aos capitais externos, em razão, dentre outros, da política neoliberal estabelecida que promoveu a estabilização econômica, particularmente em meados da década, a qual teve papel fundamental na transformação de grande parte do mercado consumidor da categoria de potencial à de efetivo, permitindo, portanto, um alargamento e aprofundamento do mercado consumidor brasileiro além, é claro, dos capitais oriundos do processo de privatização posto em andamento. Dessa forma, ao mesmo tempo que o mercado consumidor se alarga, ele se torna mais atrativo para os capitais industriais que se deslocam pelo mundo, em busca de incessantes lucros.

Essa nova dinâmica não atingiu só do Paraná, mas também de outros estados, sendo inseridos de modo mais intenso na divisão internacional do trabalho, em virtude da máxima expansão da mundialização dos mercados, conseqüentemente do capital privado internacional, promovendo um desmantelamento das empresas nacionais, fosse por meio das privatizações das estatais, fosse pela concorrência desleal no consumo dos produtos importados, de baixo custo e maior intensidade tecnológica, que invadiram as lojas populares do Brasil. Desse modo, por meio de interesses políticos, o país tornou-se ainda mais atrativo para a instalação das unidades produtivas de capital externo.

Acerca dessa fase da industrialização nacional e na divisão territorial do trabalho,

Cabe ressaltar que são as novas unidades implantadas que apresentam uma maior liberdade de localização em relação às localizações mais tradicionais, ou seja, a desconcentração não se faz pela supremacia da transferência de unidades produtivas, mas pela implantação de novos estabelecimentos, muitos dos quais pertencentes a uma mesma empresa e que possui múltiplas localizações (FIRKOWSKI, 2001, p.89).

Esse apontamento reforça a inserção das novas empresas multinacionais na dinâmica industrial dos anos de 1990. Realidade essa, vivenciada não somente nos grandes centros urbanos do estado, mas também na cidade de Cambé, visto que empresas de capital internacional e de diferentes subsectores de atuação, como a Amcor Flexibles Brasil, Inquima e a Bunge, que se instalaram nessa cidade, nesse período.

Com o retorno do processo de desconcentração industrial, nos anos de 1990, assistiu-se à dispersão do setor metal-mecânico, mas de forma concentrada especialmente nos estados do Sul e Sudeste, atraindo novas fábricas de marcas renomadas, como a Renault, a Audi e a Chrysler⁵, que ainda não contavam com unidades no Brasil. (FIRKOWSKI, 2001). Nessa perspectiva, Curitiba e sua região metropolitana, ganharam destaque nesse segmento, de modo que

[...] foi delineado no Estado um ciclo de investimentos estruturantes, com destaque para o polo automobilístico, a modernização da agroindústria, a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papelero, a expansão da fronteira internacional, com inclusão do Mercosul, o melhor aproveitamento das vocações do Estado e o desenvolvimento das aptidões regionais” (MIGLIORINO, 2006, p.73-74).

Considerando que empreendimentos do setor automobilístico enquadram-se no setor de alta intensidade tecnológica, esse acaba por ter suas condições gerais de produção limitadas em territórios específicos, que ofereçam desde suporte técnico de ponta até mão de obra especializada para a realidade do trabalho. Sobre isso, corrobora-se que as indústrias, com maiores níveis de tecnologia, concentram-se espacialmente pelo tipo de condições gerais de produção a elas atreladas, enquanto que, as de menor nível deslocam-se com ampliada facilidade no território (BRAGUETO; SILVA, 2016).

A partir de então, o Paraná, em especial a RMC, passa a ganhar destaque no segmento automobilístico, sendo esse um dos setores mais expressivos da década de 1990. Sobre a concentração espacial desse setor industrial, Bragueto e Silva (2016), considera que

⁵ Encerrou suas atividades em 2001, em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba.

[...] a indústria de maior intensidade tecnológica envolve grande complexidade no seu processo produtivo e exige determinadas e específicas condições gerais de produção, que por um lado não estão presentes em todas as regiões e, por outro lado, quando das políticas de atração de investimentos, também privilegiaram determinadas regiões.

Complementando as considerações sobre o setor de maior intensidade tecnológica, Migliorini (2006, p.74), apresenta o crescimento desse de 1995 a 2003:

O setor automotivo do Estado, conforme Iparde (2005, p.45), (montadoras, autopeças, cabines, carrocerias e reboques), praticamente duplicou o número de unidades industriais entre os anos de 1995 e 2003, passando de 372 para 500 unidades. Quanto ao número de empregos, o aumento chegou a 176,6%, passando de 8.827 empregados em 1995, para 24.413, em 2003. Após a consolidação do polo automotivo, esse setor passou a deter maior participação no VAF, passando de 14,85%, em 1995, para 21,25% em 2003, perdendo apenas para o setor de refino de petróleo, que detém 34,44% desse valor.

O crescimento do setor automobilístico no Paraná foi muito expressivo no curso de oito anos, considerando o número de unidades produtivas, pessoal ocupado e Valor Adicionado Fiscal. Isso é reflexo do importante complexo industrial desse setor, composto por distintas modalidades de empresas e de diferentes níveis de intensidade tecnológica, tendo em vista que as indústrias de menor intensidade tecnológica, como a da borracha e a metalúrgica empregam um maior número de trabalhadores, ao passo que, as fábricas de maior intensidade contribuem com maior afinco no valor adicionado.

Nessa perspectiva, Lourenço (2003) complementa que no período de 1996 a 2001, o Governo Estadual passou a oferecer benefícios para a instalação de novas unidades produtivas com o Programa Paraná Mais Empregos, que prorrogou o prazo de recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), resultando na instalação de 254 empresas no estado. Com relação à localização das indústrias, nessa etapa, destaca-se a concentração espacial na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), em particular as do subsetor automobilístico e a Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Destarte, a mediação do estado acabou por intensificar a contração das unidades produtivas de forma intensiva na RMC, em especial as de alto nível tecnológico, em virtude da polarização dos investimentos nessa região.

Dessa forma, com exceção da RMC, as demais regiões do estado sustentaram-se com os investimentos das agroindústrias, como cooperativas e laticínios, porém apresentam diferenciação e dinamização entre si. No caso do Norte do Paraná, verificou-se uma estrutura produtiva voltada à “[...] agropecuária moderna, subordinada ao padrão de acumulação industrial, com vinculações às agroindústrias extremamente dinâmicas.” (FRESCA, 2004,

p.215). Na mesma perspectiva, Bragueto (2007, p. 148) afirma que entre os anos de 1990 e início dos anos 2000, o Paraná apresentou um “desenvolvimento regional bastante polarizado”.

Em suma, durante a década de 1990, com os novos investimentos efetivados pela ação do estado, confirmou a tendência já estabelecida da concentração de capital (pequeno número de empresas monopolistas respondem pela maior parte do valor da produção) e espacial, promovendo então, um desequilíbrio na distribuição do desenvolvimento econômico do restante do estado paranaense. Fato que para Migliorini (2006) estaria se ampliando, ou seja, aumentando a desigualdade industrial entre as regiões, assim como Bragueto e Silva (2016), também corroboram e afirmam que,

[...] As transformações industriais ocorridas pós década de 1990, sabendo que este é um período marcante por novas estratégias de acumulação do capital, que possibilitaram uma maior facilidade de deslocamento das indústrias pelo território, conduzindo a uma expressiva distinção industrial e econômica entre as regiões paranaenses (BRAGUETO, SILVA, 2016).

Como será apresentada a seguir, essa diferenciação no setor industrial no Paraná, mesmo passando por algumas transformações ainda se mantém, a exemplo do destaque para as indústrias de maior intensidade tecnológica que se concentram na RMC, enquanto o restante do estado apresenta polos industriais dispersos, onde predominam as unidades voltadas para os subsetores de menor intensidade tecnológica.

3.2 ALGUMAS TENDÊNCIAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Segundo as análises feitas pelo IPARDES (2007), durante as décadas de 1990 e 2000, o setor industrial paranaense passou por mudanças decisivas, com períodos de estagnação e crescimentos, nos diferentes níveis de produção

O primeiro tipo de combinação foi particularmente efetivo durante a segunda metade da década de 1990 e os primeiros anos da década atual. De um lado, o aumento do investimento privado nacional e estrangeiro associou-se à recuperação da atratividade do mercado brasileiro. De outro, à instabilidade da produção mesclaram-se impulsos vinculados ao aumento dos rendimentos, provocados pela estabilização monetária, com fases recessivas derivadas da volatilidade do mercado mundial em todo o período e das fragilidades macroeconômicas da economia brasileira: descontrole do gasto público (até 1999) e vulnerabilidade de seu setor externo, fortemente influenciada pelas necessidades da política cambial adotada à época (IPARDES, 2007, p.6).

Dessa forma, a indústria paranaense foi intensamente influenciada pelos fatores internos e externos da economia, acompanhando a tendência nacional de recessão nos anos iniciais da década de 1990, e depois com o impulso ao crescimento desse setor, em especial a partir de 2003, com o refluxo da aversão ao risco e o início da prosperidade dos mercados mundiais. Para o emprego, a RAIS registrou para o Paraná um comportamento distinto na segunda metade da década de 1990 e expansão mais significativa a partir de 2000, com taxa acumulada de 39% até 2005, contra 17% de 2000 (IPARDES, 2007).

Desde 2004, houve um aumento na taxa média de crescimento da economia do Brasil, comparada aos anos anteriores, o que está relacionado com a melhora no comércio mundial, principalmente com a dinamização da participação da China na economia, o aumento dos preços das commodities exportadas pelo Brasil, a flexibilização da política monetária, como a redução da taxa de juros básica, ampliação do crédito, que cresceu até o final de 2007, 24%. Além disso, e com o aumento real do salário mínimo, a política de distribuição de renda com o Programa Bolsa Família (destinação de R\$ 6,4 bilhões até setembro de 2006) e o aumento da geração de empregos, impulsionaram o consumo no país (IPARDES, 2007).

Fatores como esses estimularam a ampliação da produção industrial no Brasil e no Paraná, visto que, aumentaram a demanda do consumo nacional e internacional. Nessa perspectiva, o setor industrial no Paraná que mais obteve destaque, foi o metal-mecânico, com a produção de automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas.

Houve um crescimento de 179,3% do mercado automobilístico doméstico, entre os anos de 2003 e 2007, em virtude das condições de crédito no setor, a redução das taxas, a ampliação dos prazos de financiamento e as melhores condições do mercado (emprego e renda). A demanda interna e externa por ônibus e caminhões também foi ampliada, com destaque para o mercado latino-americano. Com relação às máquinas e equipamentos agrícolas o aumento foi de 136,1%, em virtude da ampliação do setor agrícola no país (IPARDES, 2007). Por conseguinte,

[...] a indústria paranaense mantém posição destacada no cenário nacional, respondendo por cerca de 6% do PIB industrial do País e por 6% das exportações nacionais de produtos industrializados em 2007. Sustenta essas estatísticas uma estrutura produtiva que, apesar de concentrar em algumas atividades a geração de valor, não deixa de se diversificar de modo significativo em várias outras atividades [...] (IPARDES, 2007, p.10).

O estado possui importância na indústria de alta tecnologia e os setores de menor intensidade tecnológica vêm ganhando relevância, em especial na produção de madeira e alimentos, configurando maior dinamismo na participação da produção nacional.

Na análise é possível citar que, em 1995 o Paraná contava com 300,2 mil postos de trabalho, com carteira assinada na indústria, esse número aumentou para 556,2 mil em 2007, resultando em um crescimento de 85,2% durante esse período, sendo superior ao total da indústria de transformação brasileira (36,9%). Esse considerável aumento no pessoal ocupado no Paraná, deve-se ao processo de diversificação da matriz industrial, que teve início em 1995, e também pela expansão das indústrias tradicionais beneficiárias da ampliação recente dos mercados nacional e internacional (IPARDES, 2007).

Contudo, fica evidente que as condições gerais de produção, estabelecidas no Paraná desde a década 1970, favoreceram a ampliação e fortalecimento do setor industrial após meados dos anos de 1990. A dinamização do setor pela inserção do capital internacional relaciona-se principalmente com as indústrias de maior intensidade tecnológica, o que garante ao estado destaque na produção de veículos automotores. Enquanto que os subsetores mais tradicionais apresentam uma consolidação e dinamização, sendo esses, tanto de capital internacional, quanto nacional.

A diferenciação espacial da distribuição industrial no Paraná é apresentada por Bragueto e Silva (2016), e Firkowski (2004), que analisam as perspectivas da atual conjuntura da RMC e do interior do estado.

Dessa forma, Bragueto e Silva (2016) analisam a indústria na escala de análise das Mesorregiões Geográficas do Paraná⁶ (Figura 3), a fim de compreender a desconcentração regional da indústria no período recente. Em suas análises, os autores inferem o desenvolvimento desigual industrial entre as mesorregiões do estado, o que reforça o caráter concentrador das políticas públicas, intensificadas a partir de 1990. Assim, as três regiões que ganham destaque no setor secundário são: Mesorregião Metropolitana de Curitiba, Mesorregião Norte Central Paranaense e Mesorregião Oeste Paranaense, respectivamente por nível de importância.

A Mesorregião Metropolitana de Curitiba e o Norte Central Paranaense apresentam a maior concentração de habitantes, infraestrutura e instituições de ensino, o que é reflexo e

⁶ Definidas pelo IBGE em 1976, adotando como critério definidor, a estrutura produtiva. O Paraná é composto por dez mesorregiões, essas que são “[...] heterogêneas em termos de composição municipal, populacional, grau de urbanização, dinâmica de crescimento, participação na renda da economia do Estado e empregabilidade, como ilustram seus indicadores gerais” (IPARDES, 2004). IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais:** mesorregiões geográficas paranaenses – Curitiba: IPARDES, 2004. p. 32

condicionante do nível de industrialização dessas regiões, sendo as mais industrializadas do Paraná. Essa primeira região participa, de modo efetivo e mais integrado, da divisão territorial do trabalho, tanto no que concerne ao país, quanto em termos internacionais, a partir do desempenho de um conjunto de atividades econômicas diversas.

A segunda mesorregião, Norte Central Paranaense, é composta por 79 municípios, entre eles: Londrina e Cambé (IPARDES, 2004). É historicamente sustentada por uma matriz produtiva diversificada e de expressiva importância econômica e política, diferencia-se da Mesorregião de Curitiba pelos volumes de geração de riqueza, ativos institucionais e na diversidade de opções produtivas, além do que, as atividades agropecuárias continuam a manter expressiva participação no total de sua produção. E em terceiro lugar de importância, está a Mesorregião Oeste Paranaense, com uma divisão social do trabalho menos significativa e com as atividades, fundamentalmente, ligadas à produção agroindustrial, e os serviços como destaque, devido à posição fronteiriça, a qual lhe confere importantes relações internacionais e comerciais na integração com os países do Mercosul, elevando seu peso na geração de riquezas (BRAGUETO; SILVA, 2016).

Figura 3 – Mesorregiões Geográficas do Estado do Paraná



Org: Cássia Marques da Rocha (2017)

As considerações dos autores supracitados revelam as particularidades existentes entre as mesorregiões paranaenses, visto que, de dez, apenas três apresentam uma maior representatividade no setor secundário, e mesmo assim em âmbitos bem distintos. Enquanto a de Curitiba e a do Norte Central contam com maior dinamização e diversificação da produção, além de exercerem importância política e econômica no estado, a região Oeste tem foco na agroindústria, o que demonstra a continuidade de seu processo histórico de ocupação e sua maior interação comercial ocorrer com os países fronteiriços como a Argentina, o Paraguai e outros países do Mercosul, por meio de projetos públicos e acordos comerciais alfandegários.

Essa realidade pode ser verificada no VAF de 2010, em que a participação da Mesorregião Metropolitana de Curitiba foi de 56,99%, a do Norte Central de 11,38% e a da Mesorregião Oeste Paranaense de 9,42%, em totalizando 77, 79 de todo VAF do estado, nesse ano, restando apenas a participação de 22, 21% para as demais sete mesorregiões do Paraná (BRAGUETO; SILVA, 2016).

A realidade de crescimento e importância dessas localidades, aqui apresentadas, podem ser interpretadas a partir da consideração das condições gerais de produção, ofertadas e instaladas ao longo do tempo, de modo que,

[...] as regiões que mais cresceram são as que ofertaram historicamente uma infraestrutura básica, que ao longo do tempo foram se tornando mais complexas, viabilizando a formação das condições gerais de produção, as quais possibilitaram não só maior reprodução da mão de obra, mas também do capital, principalmente com a expansão do setor industrial paranaense [...] (BRAGUETO; SILVA, 2016).

Assim, o desenvolvimento desigual da indústria paranaense, carrega o peso da condição histórica, visto que, há um predomínio de atividades, de menor intensidade tecnológica, disperso pelas diferentes regiões do estado, o que corresponde a aproximadamente 82% do total de estabelecimentos e pouco mais de 73% do pessoal ocupado. Enquanto que a indústria, de maior intensidade tecnológica, apresenta-se concentrada principalmente na RMC, a qual abarca quase que 42% do total de estabelecimentos e 56,76% do pessoal ocupado.

As demais mesorregiões estaduais contam com uma pequena participação nesse setor, sendo a mais representativa a do Norte Central, concentrando quase 26% do número de estabelecimentos e pouco mais de 18% do pessoal ocupado. Vale a pena lembrar, que esse tipo de segmento industrial demanda um limitado número de trabalhadores, se comparado aos ramos industriais tradicionais (BRAGUETO; SILVA, 2016).

A fim de reforçar esse pressuposto de desigualdade na distribuição espacial e do nível tecnológico das indústrias,

[...] os gêneros industriais predominantes no Interior são qualitativamente diferenciados daqueles localizados na RMC. No Interior dá-se um reforço da antiga estrutura industrial produtiva, com a participação dos setores diretamente ligados à agropecuária. É o caso, dentre outros, do gênero de produtos alimentares, representado pelos investimentos do Grupo Meneguette, Dagraja, Comaves, Globoaves, responsáveis por grande parte dos empregos a serem criados e, em sua maioria, de capitais nacionais. São setores que se caracterizam pelo uso de mão de obra intensiva, daí a grande participação do interior no número de empregos (FIRKOWSKI, 2004, p. 2).

Dessa forma, observa-se no cenário atual a permanência da concentração industrial na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, tendência essa existente desde os anos de 1970. Assim, as políticas estaduais que tanto tiveram relevância para o processo de industrialização paranaense, ao privilegiar a região da capital muito mais que as demais, acaba por promover um desenvolvimento desigual industrial, o que reflete na desigualdade em termos de distribuição industrial pelo território estadual, assim como na intensidade tecnológica dessas (BRAGUETO; SILVA, 2016).

Sobre isso, Firkowski (2004) analisou a atuação do Programa Estadual Paraná Mais Emprego até o ano de 1999, acerca dos benefícios auferidos pela RMC e pelo interior do estado discorrendo que, com investimentos de cerca de R\$ 7 bilhões e 48 mil empregos gerados, dos quais 66% dos investimentos e 57% do número de estabelecimentos, foram destinados à RMC, sendo que o equilíbrio esteve na geração de empregos, com 49% na RMC e 51% no interior.

Contudo, enquanto a maioria das regiões do estado ainda mantém uma produção industrial intensamente atrelada à transformação dos produtos de matéria-prima agrícola e outros subsetores industriais mais intensivos em mão de obra, como o de móveis e vestuário, outras têm sua produção dinamizada e incorporam as indústrias de ponta. Fato que influencia diretamente na produção do VAF da mesorregião, assim como nos índices de postos de trabalho gerados pela indústria.

Mesmo com a dispersão espacial das unidades produtivas no Paraná, a partir de 1970, em virtude de medidas governamentais para a atração de novos empreendimentos, o que privilegiou de forma intensa a RMC, são as indústrias dispersas pelo território paranaense que empregam o maior número de trabalhadores e vêm apresentando um crescimento relativo, nesse início do século XXI. Assim, cabe ressaltar que essa base industrial é voltada aos setores de baixa intensidade tecnológica, devido às heranças históricas de produção, além do

que, por não agregarem tanto valor no VAF, quanto as de maior intensidade tecnológica, as unidades de tecnologia de ponta, instaladas na RMC, especialmente após 1995, destacam-se no VAF, ofuscando a participação das indústrias tradicionais do interior do estado.

Dessa forma, o setor industrial paranaense ainda tem muito que avançar, visando à redução dessa desigualdade territorial, ou seja, a uniformidade no desenvolvimento industrial, em especial com a dispersão e atração de novas empresas, de maior intensidade tecnológica, e o acréscimo daquelas, de menor intensidade tecnológica, pois garantem o emprego em massa dos trabalhadores industriais. A busca por maior dinamização espacial e da produção só pode ser alcançada com a participação das duas esferas do poder: legislativo e executivo, em termos municipal, estadual e federal, em vias de defender os reais interesses econômicos e sociais do estado, provendo em outras regiões as condições gerais de produção necessárias para atrair novos investimentos e incentivar a expansão dos já existentes, assim como a participação do setor privado em reagir frente às propostas de inserção nas demais regiões.

Acerca da concentração industrial na RMC, Firkowski (2004) chama a atenção para a desigualdade industrial no interior dessa região, intensificada com a adesão de mais onze municípios, desde sua criação (1973), totalizando um montante de 29 municípios (2017), no entanto, esses não se integram efetivamente, sendo que apenas uma mancha central compartilha dos “serviços comuns”, previstos na lei de sua criação caracterizariam a relação metropolitana, que ultrapassa os limites de um município e compete à região.

Fatores que justificam esse processo concentrador no entorno de Curitiba, no decorrer da década de 90, seriam a reorganização espacial da RM com o desmembramento de alguns municípios, em especial daqueles localizados nos limites com Curitiba, em função do grande aumento populacional e também por interesses políticos, além da intensificação do processo de urbanização e planejamento urbano, o que tornou a capital um destino certo para as migrações estaduais, fazendo com que os municípios limítrofes recebessem grande parte dessa população e passassem a se destacar pela função de cidade dormitório (FIRKOWSKI, 2004).

Assim, configuram-se dois limites territoriais para a RM, um de direito, envolvendo todos os atuais 25 municípios e estendendo-se no sentido norte-sul, desde o estado de São Paulo até o de Santa Catarina, aqui denominado de espacialidade “dada” e outro, de fato, atingindo uma pequena área central, e que demonstra a expansão da mancha urbana de caráter verdadeiramente metropolitano [...].

Essa espacialidade produzida no interior da Região Metropolitana, caracteriza-se por forte concentração das pessoas, das atividades e das riquezas, em seis municípios além de Curitiba, quais sejam: São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais, Campo Largo, Araucária, Almirante Tamandaré e Fazenda Rio Grande [...] (FIRKOWSKI, 2004, p.5).

Desse modo, a autora propõe uma nova tendência assistida na RMC, ou seja, a real integração social e econômica que ocorre entre Curitiba e sete dos municípios que compõem essa região. Essa proposta, de nova espacialidade que se caracteriza pelo efetivo espaço metropolitano, teve como base a consideração de dados, em que esses municípios respondem por 87,3% da população total da RMC; 92,8% da população urbana; 87,1% do pessoal ocupado; 93,1% do PIB e 94,8% do VAF, concentrarem expressiva parcela da infraestrutura viária e de comunicações (FIRKOWSKI, 2004).

Sobre essa nova configuração de Curitiba, com os sete municípios ao seu redor, a autora supracitada denomina de “espacialidade produzida”, sendo produto da desconcentração da capital. Esses municípios, limítrofes à metrópole, apresentaram maior crescimento econômico e de população, maior interação entre eles, o que resultou em um desenvolvimento concomitante ao da metrópole.

Por conseguinte, é fundamental expor que

Nessa perspectiva de análise, não há contradição, não há perda da cidade central – Curitiba, em relação ao seu entorno, seja de indústria, seja de população. As grandes cidades de hoje não cabem mais nas delimitações rígidas e fixas que lhes foram definidas no passado, não é a existência de um limite político administrativo que vai alterar sua lógica de crescimento e de distribuição das atividades e pessoas (FIRKOWSKI, 2004, p.6).

Nessa perspectiva, busca-se considerar a totalidade em virtude de que, com os avanços técnicos, científicos e informacionais dos últimos vinte anos, a cidade não cabe mais em seu limite territorial, precisa expandir e ao se expandir necessita ramificar suas forças de atrações para novos empreendimentos. Quanto maior for a importância da cidade na esfera econômica, especialmente na prestação de serviços, maior será seu poder de concentração de economias de produção ao seu entorno.

A análise feita da RMC deixa claro a contradição das Regiões Metropolitanas brasileiras, em que a grande parcela dos municípios que as compõe, não se integram de modo efetivo à metrópole. Ao considerar que essa realidade está longe de ser única e exclusiva da capital paranaense, no decorrer desta pesquisa, será investigado se a Região Metropolitana de Londrina, que tem Londrina como sua principal cidade, concentradora de industriais e serviços, ao mesmo tempo, que passou a compartilhar esses com as cidades ao seu entorno.

3.3 O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMBÉ

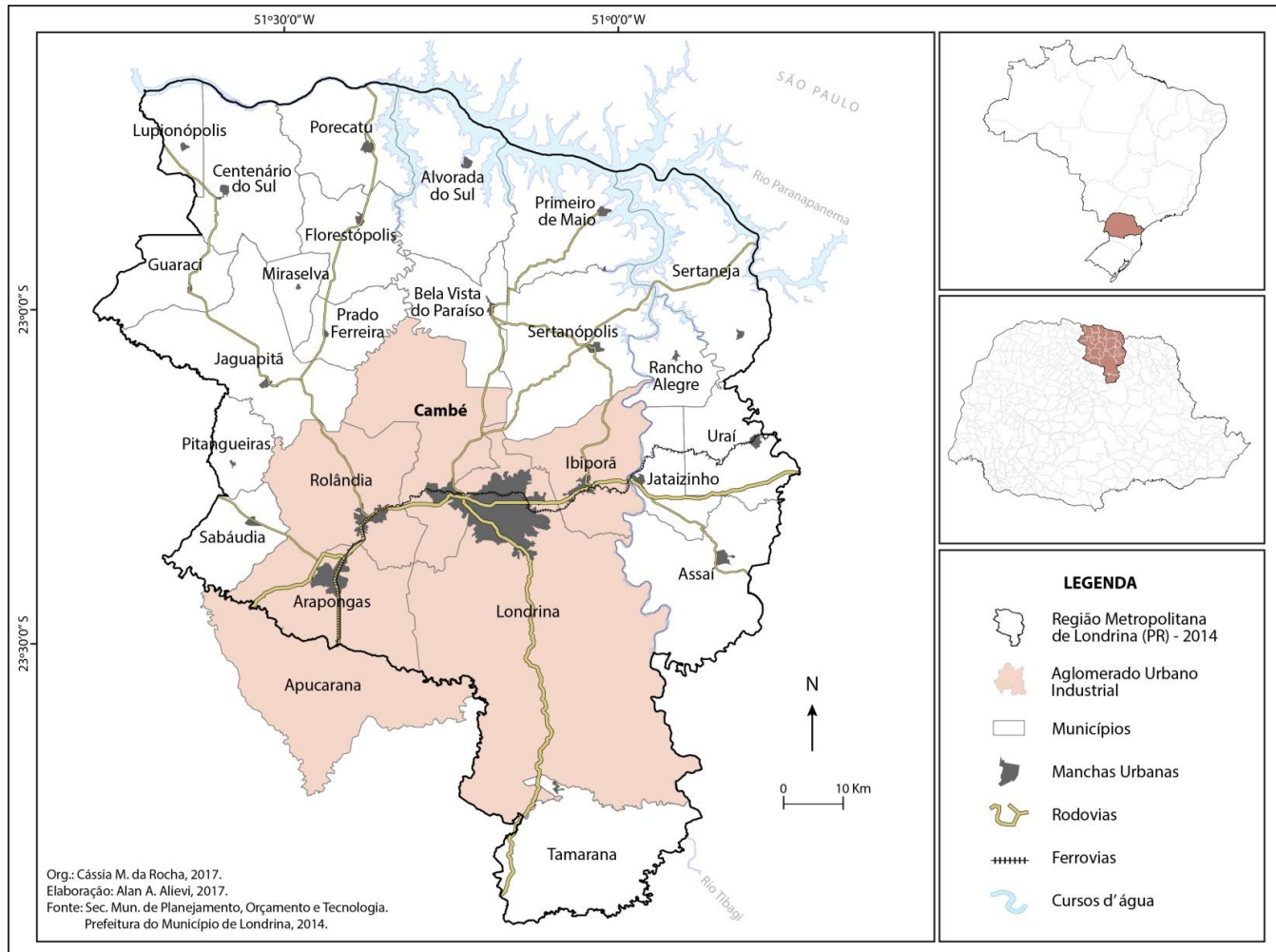
O município de Cambé localiza-se na Mesorregião Norte Central Paranaense, é um dos 25 municípios da RML, além de compor o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina (Ibiporã, Cambé, Rolândia, Araçongas e Apucarana) (Figura 4). De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2017), Cambé contava com 96.733 habitantes, densidade demográfica de 195,47 habitantes por quilômetro quadrado e um índice de 96% de urbanização, no entanto, estima-se que a população de 2016 atingiu 104.592 habitantes.

A gênese do município deu-se a partir da aquisição de terras, por parte da Companhia de Terras Norte do Paraná, em meados de década de 1920. A colonização de Nova Dantzig, primeiro nome do município, iniciou em 1932 com a chegada de 10 famílias que foram atraídas pelo solo fértil da região, posteriormente vieram italianos, eslovacos, portugueses, alemães, espanhóis, japoneses, libaneses, além de paulistas (oriundos do interior) (SANTANA, 1985).

A estrutura fundiária pautou-se nas pequenas e médias propriedades rurais, assim como era tendência na região do Norte Paranaense, nesse período. As culturas desenvolvidas eram a do café, algodão, cereais, além da extração de madeiras e criação de animais, o que demonstra uma produção agrícola diversificada. Sobre as atividades tipicamente urbanas, essas foram se desenvolvendo ao passo que a cidade fora crescendo,

[...] tornando-se centro de abastecimento e prestação de serviços para a população. A sociedade urbana era formada por pequenos e médios comerciantes, além de alfaiates, barbeiros, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, caixeiros de lojas de armazéns, farmácias e operários. Surgem em seguida os profissionais liberais, funcionários públicos municipais e estaduais (estes como resultado da elevação do patrimônio a distrito e depois a Município, respectivamente, em 1937 e 1947) (CAMBÉ, 2016b).

Figura 4: Mapa da Região Metropolitana de Londrina, com destaque o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina.



Org. Cássia Marques da Rocha (2017)

Em um contexto histórico e geopolítico de guerra, foi logo após o fim da Segunda Guerra Mundial que o Governo Estadual fez com que ocorresse a mudança do nome de distrito, visto que Nova Dantzig é de origem alemã, para Cambé, em 1947, por se tratar do nome do ribeirão que banha o município (CAMBÉ, 2016b).

Por se localizar no terceiro planalto paranaense, os solos dessa região foram formados a partir de derrames basálticos, o que justifica a ocorrência de solos antigos e muito férteis, o que favoreceu o desenvolvimento da agricultura no município, com destaque para a produção cafeeira, nas décadas de 1950 a 1970.

Nogueira (2008) explica que as transformações no setor rural e o desenvolvimento das forças produtivas da região promoveram expressivas alterações no espaço urbano, no decorrer desse período, como por exemplo, o surgimento das primeiras indústrias ao longo da Rodovia BR-369. Foi assim que a industrialização de Cambé teve início, nos anos de 1960, de

modo “tímido”, caracterizada como uma indústria de bens não duráveis, com destaque para o subsetor alimentício (beneficiamento de produtos agrícolas, em especial do café) de capital local (ROCHA, 2014).

De acordo com Gonzales Neto,

A partir de 1967, a administração de Jacídio Correia voltou-se para a implantação de um parque industrial no município. Foi adquirido um terreno às margens da rodovia Cambé-Londrina para a instalação de indústrias na base de doação de terreno e incentivos fiscais. A Câmara Municipal deu todo apoio a essa iniciativa do Executivo, destacando-se o empenho do vereador Dr. Roberto Conceição (GONZALES NETO, 1987, p.127).

Pode-se evidenciar a preocupação, já existente em 1967, com o processo de industrialização da cidade, por parte da administração pública da época. O feito realizado, nesta época, favoreceu o desenvolvimento das indústrias, visto que essa área, escolhida na década de 1960, foi o primeiro arranjo espacial de Cambé destinado às indústrias, onde atualmente encontra-se um dos Parques Industriais da cidade.

Logo houve a dinamização dos setores industriais das unidades instaladas durante esse processo, passando a haver indústrias de transformação de soja, de derivados de plásticos, de bebidas, metalurgia. Fato esse que impulsionou a criação de bairros na porção leste da cidade (em direção a Londrina) (NOGUEIRA, 2008).

Com a implantação da Rodovia PR 445, nos anos 1970, surgem novas opções no espaço urbano, para a localização, às suas margens, de novas indústrias. A industrialização nos anos 1970, passa a ser reconhecida como única política capaz de promover o desenvolvimento social e econômico no Município (NOGUEIRA, 2008, p. 43).

Observa-se que o início da industrialização de Cambé possibilitou a expansão urbana para além da área central, planejada pela CTNP, área essa que passou a ser ocupada, principalmente, pelos moradores advindos do processo de êxodo rural, e com maior aproximação ao núcleo urbano de Londrina (NOGUEIRA, 2008).

Entre os anos de 1970 e 1980, a população urbana aumentou 51,2% (IBGE, 1970/2010), processo decorrente da inserção do capital nas atividades industriais e urbanas associadas ao processo do êxodo rural, reflexo da modernização do campo. As primeiras indústrias surgiram para atender ao beneficiamento da produção agrícola, para a fabricação e manutenção de máquinas e equipamentos, material de solda, destinados às atividades rurais (ROCHA, 2014).

Para tanto, as indústrias do segmento metalúrgico mandavam os jovens de Cambé estudarem e se especializarem em Joinville ou em São Paulo, para que aprendessem o ofício industrial, como o manuseio e conserto das máquinas e equipamentos. A exemplo da importância dessa ordem, onde hoje se encontra o Parque Industrial da BR- 369, havia indústrias de máquinas agrícolas, assim as antigas indústrias deixaram o legado da força do setor metalúrgico, que se mantém até os dias de hoje, sendo um dos principais setores da indústria no município de Cambé (ROCHA, 2014).

Seu processo de industrialização esteve e está fortemente vinculado à proximidade geográfica com a cidade de Londrina, pois, ainda na década de 1970, as mais importantes indústrias que se instalaram em Cambé analisaram, primeiramente, a cidade de Londrina como alternativa locacional, mas acabaram optando pela outra cidade, em virtude dos maiores incentivos oferecidos (SANTANA, 1985, p.2).

A esse aspecto, destacam-se a oferta de terrenos mais baratos, mão de obra disponível, proximidade a Londrina - que desde o início de sua colonização já era a grande promessa do desenvolvimento no Norte do Paraná - e as rodovias de acesso, ferrovia e incentivos municipais.

Com o prolongamento da malha urbana de Londrina, no sentido oeste, indo ao encontro de Cambé, tornou-se difícil a identificação do limite entre esses dois municípios, isso devido à intensidade do ritmo de crescimento da população urbana, neste período (NOGUEIRA, 2008).

O Núcleo Conurbado da PR 445 surge, simultaneamente, ao núcleo industrial como resultado do crescimento urbano de Londrina, de forma que, os primeiros loteamentos aparecem entre os ribeirões Cambé e Esperança, como se fossem uma continuidade da malha urbana de Londrina. O adensamento ocorre primeiramente no sentido Londrina - Cambé, o que leva a crer que a cidade de Cambé absorveu o crescimento de parte da área oeste de Londrina (NOGUEIRA, 2008, p.44).

Em entrevista realizada com o ex-prefeito de Cambé, José do Carmo Garcia, em 2014, que esteve à frente da administração municipal durante três mandatos (1988; 1996; 2000) e retornou ao cargo após a eleição de 2016, relatou algumas condições favoráveis à industrialização, que permitem melhor compreensão do cenário industrial atual, como é o caso da Lei Municipal 86 de 1971 que colocou em prática a doação de terrenos, terraplanagem, implantação de infraestrutura, instalação de água encanada e energia elétrica, para a instalação de novas indústrias, que tinham como prazo dois anos para serem construídas e para darem início ao seu funcionamento, usufruindo da isenção de impostos, durante 10 anos (ROCHA, 2014).

Na década de 1970 houve uma diversificação da produção, com a fabricação de pinos de centro, grampos, *expanders* para bicicletas, pinos de balança e hastes para fixação de telhas. Com a abertura econômica, na década de 1990, foram adquiridas, na linha de produção, modernas máquinas vindas do exterior, o que possibilitou o aumento e diversificação da produção, com destaque para a exportação para países da América Latina e de outras partes do mundo.

A partir dos anos 2000, a empresa fez uma parceria com o Núcleo de Manufatura Avançada (NUMA) da USP, de São Carlos – SP, e passou a se preparar para a automação de toda a unidade produtiva, com aquisição de tecnologias. Em 2005 uma nova unidade fabril foi inaugurada, às margens da Rodovia Mello Peixoto (BR-369), mais ampla e moderna, o que encerrou as atividades na antiga unidade, no centro da cidade (AESAs, 2016).

Essa empresa é um exemplo de unidades produtivas que passaram pela mudança de localização dentro da cidade, isto é, unidades que de início estavam instaladas no centro da cidade e que, com o passar do tempo, em virtude de seu crescimento econômico, tiveram a necessidade de ampliarem sua planta industrial, e por conta da limitação espacial que a área central lhes impõe e os incentivos do poder público para tal mudança, as empresas escolhem por novos terrenos na área periférica da cidade.

No caso de Cambé, esse tipo de transferência espacial é apoiada pelo Governo Municipal, que busca concentrar as unidades de produção em áreas específicas da cidade, fazendo valer o planejamento urbano, proposto pela Lei de Zoneamento.

Santana (1985) afirma que entre os anos de 1975 e 1984, o parque industrial de Cambé apresentou grande expansão, porém, o fim desse período ficou marcado pela crise econômica que assolou a nação e, conseqüentemente, a economia desse município. A instabilidade da inflação provocou um retrocesso nas indústrias, sendo que muitas diminuíram sua produção ou paralisaram suas atividades, agravando o quadro de desemprego em escala nacional e local.

A ordenação do uso e ocupação do solo urbano, deve estar voltada a proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população de uma cidade; neste caso, uma área menor pode ser mais acessível quanto às condições de preço, facilitando assim, a aquisição do lote. Diante disso, a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cambé (Lei Nº 1.068/96), prevê algumas modificações na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Lei Nº 685/89), modificações estas que melhor se adaptam à dinâmica da cidade (NOGUEIRA, 2008, p.2008)

Essa colocação expõe que Cambé seguia o ritmo promissor da economia brasileira e paranaense, ao longo dos anos de 1970 até meados da década de 1980, em que a indústria, em

termos nacionais, teve um expressivo crescimento, sendo reflexo do chamado “milagre econômico”. Cabe expor que a indústria, na Cambé desse período, se desenvolvia por meio do capital local e regional e com destaque para os subsetores alimentício e de bebida, metalúrgico e mobiliário, isto é, dos subsetores tradicionais e vinculados direta ou indiretamente à produção agrícola, ao passo que compartilhava da infraestrutura que o estado passou a prover, através da construção de rodovias, financiamentos, instalação de redes telefônicas e energia elétrica, e também pelos incentivos fiscais; como a doação de terrenos que o poder municipal ofertava, a fim de equipar a cidade com as condições gerais de produção e desenvolver o setor industrial.

No início da década de 1980, o parque industrial do município de Cambé era caótico, de sucateamento das empresas, em consequência da crise econômica do país e da falta de uma política industrial local. A crise persistiu, mas um rigoroso trabalho desenvolvido no município, a partir de 1983, permitiu não só a recuperação de seu Parque Industrial, mas principalmente a sua expansão (NOGUEIRA, 2008, p.46).

No entanto, nos primeiros anos da década de 1990, essa estagnação ainda se manteve e pode ser explicada pelos planos econômicos vigentes na época (Plano Collor I, II) o que implicou na retração da economia interna (BRAGUETO, 2007). Em virtude dos reflexos da crise no setor secundário, os empresários locais se uniram ao poder municipal para criar medidas de proteção e desenvolvimento, afim de retomar o crescimento do setor industrial de Cambé.

Observou-se uma retomada do crescimento industrial em Cambé e nas cidades próximas, em virtude de atitudes como essas, aliadas ao empenho estadual, assim como expõe Braguetto (2007), ao considerar que o processo de desconcentração produtiva, ocorrida no Brasil, favoreceu a ampliação da mobilidade espacial como estratégia de produção. Dessa forma, o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina, tornou-se atrativo para a fixação de indústrias provenientes de outras localidades.

Sabendo que as transferências de unidades de produção, no território paranaense, ocorreram de modo mais expressivo a partir de 1994, anos antes a indústria Cambé já apresentava uma singela recuperação da crise econômica, da década de 1980. Entre os anos de 1985 e 1990, houve o aumento de 53 novos estabelecimentos e um acréscimo de 368 postos de trabalho, ou seja, pessoal ocupado (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos subsetores industriais de Cambé (1985-1990)

SUBSETOR	1985		1990	
	ESTAB.	P.O.	ESTAB.	P.O.
Metalúrgica	11	375	18	493
Mecânica	9	263	12	358
Madeira e do Mobiliário	14	156	21	122
Papel	8	46	8	45
Química de Produtos Farmacêuticos	6	236	14	355
Têxtil do Vestuário	13	131	30	493
Produtos Alimentícios, Bebidas	14	590	17	203
Outros*	8	25	16	121
Total	83	1822	136	2190

Fonte: MTE/ RAIS (2016)

Org. Cássia Marques da Rocha (2016)

Observa-se que o crescimento, em número de estabelecimentos industriais, ocorreu na maioria dos subsetores, somente o subsetor de papel se manteve com a mesma quantidade, isto é, oito unidades. Enquanto que os subsetores têxtil, de madeira e metalúrgica apresentaram o maior crescimento, juntos somaram 31 unidades, o que correspondeu a 58,5% do total de novas indústrias nesse período.

Na geração de empregos, os subsetores da madeira, papel e produtos alimentícios e bebidas, não atingiram a expectativa de crescimento do setor industrial e contaram com uma redução de 422 postos de trabalho. Desses, 387 foram reduzidos nas indústrias de produtos alimentícios e bebidas, que mesmo tendo um acréscimo de três estabelecimentos sofreu essa expressiva redução de mão de obra.

Em suma, no intervalo de 1985 a 1990, Cambé contou com o aumento de 63,8% de unidades industriais e de 20,2 % no pessoal ocupado. Desse modo, entende-se que o crescimento no número de estabelecimentos foi significativo, porém, a geração de empregos não acompanhou esse desempenho. Isso pode ser compreendido a partir do cenário da crise econômica, vivenciado no período de 1985 a 1994, no qual em momentos como esse, é comum a medida de redução de funcionários como meio de redução de custos, a fim de garantir o equilíbrio entre os custos e o lucro da empresa, o que pode atingir subsetores específicos em cada período.

Medidas como essa não ocorrem apenas na escala municipal, mas é reflexo da macroescala, sendo uma das bases do processo de reestruturação produtiva, que se propagou

na economia mundial a partir da década de 1990, promovendo a flexibilização do regime de acumulação.

Há também que se considerar o contexto e a modernização das indústrias, vivenciada a partir da década de 1980, em que algumas passaram a equipar-se com novos equipamentos, o que pode ter colaborado para a redução de postos de trabalho e geração de novos empregos em alguns subsetores.

Em um contexto regional, a partir de 1992, o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina passou a ter um crescimento em número de estabelecimentos e pessoal ocupado no setor secundário. Para tanto, é necessário expor a importância que o Governo do Estado teve para que isso fosse possível.

[...] A atuação do Estado foi importante no processo, pois no final dos anos de 1980 e nos de 1990, a abertura econômica, a desregulamentação e as privatizações foram anunciadas pelo governo federal como uma nova política industrial voltada para alavancar a competitividade, fazendo com que ganhassem destaque as políticas de atração de investimentos dos governos estaduais [...] (BRAGUETO, 2007, p.12).

Com isso, verifica-se que o processo de industrialização ocorre seguindo uma via de mão dupla, onde há interesse estatal e municipal em promover o desenvolvimento urbano, por meio da geração de empregos e renda, arrecadação de impostos, e por parte do interesse privado, que busca minimizar seus custos e ampliar seus lucros, instalando-se em uma região repleta de economias de aglomeração.

Como ficou explícito, Cambé sempre manteve estreita relação com o município de Londrina. Desta forma, para o entendimento do crescimento industrial de Cambé é de suma importância interpretar as interações espaciais do mesmo, entendido enquanto uma cidade média conurbada com Londrina, que é uma cidade grande, que por sua vez estão inseridas na Região Metropolitana de Londrina.

3.4 A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA E A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ

A Região Metropolitana de Londrina foi instituída pela Lei Complementar Estadual 81, de 17 de junho de 1998 (LONDRINA, 2017), sendo formada pelos Municípios de Londrina, Cambé, Rolândia, Ibiporã, Sertanópolis, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho e Tamarana, atualmente conta com mais de um milhão de habitantes.

Com o passar do tempo, outros municípios foram sendo inseridos na RML, chegando ao total de 25 municípios, em 2014, sendo estes: Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Iporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana e Uraí.

Londrina destaca-se por seu número de habitantes, que supera os 506.701 (IBGE, 2010), sendo a segunda cidade com o maior número de habitantes do Paraná, elevada importância e dinâmica econômica são características que a acompanham desde seu período de ocupação, em 1930.

Sobre Londrina e sua Região Metropolitana, Fresca e Oliveira (2015, p.88) expõem que

Isto significa que um espaço metropolitano na perspectiva aqui adotada, não significa ser metrópole, mas apresentar inúmeras características similares às metropolitanas. Tão pouco significa ser cidade média, porque há muito ultrapassou os elementos constitutivos deste conceito. Trata-se de um escalão urbano em que definições são perigosas, mas há que se reconhecer a enorme complexidade de seu espaço e atividades urbanas.

Corroborando com os autores, é inquestionável a importância que Londrina desempenha em sua RM, no Norte do Paraná, e em termos estaduais, pois é a principal cidade de sua Região Metropolitana que, até 2015, contava com mais de 1 milhão de habitantes e apresenta articulações materiais e imateriais às demais cidades, possuindo significativos deslocamentos pendulares. Essa cidade atende a inúmeras demandas de serviços, como consultorias jurídicas e auditorias, serviços de comunicação e propaganda, centros de pesquisa, em especial nas áreas vinculadas ao agronegócio, como por exemplo, a Embrapa – soja, o Iapar; instituições de graduação e pós-graduação, sistemas de comunicação e informações de telefonia fixa e móvel, assim como infraestrutura de transportes ferroviário, rodoviário e aéreo e ampla rede de sistema bancário (FRESCA; OLIVEIRA, 2015).

Sua função de centralizar o poder econômico, lhe compete o destaque no setor terciário, como demonstra o Boletim Econômico de Londrina (2013): em 2004 o setor primário de Londrina respondia por 2,1% do PIB da cidade, o setor secundário, por 23,4% e o terciário por 74,5%. Sete anos mais tarde, em 2011, o setor terciário continuou em ascensão, representando 80,1% do PIB, o secundário caiu para 18,3%, tendência acompanhada pelo setor primário, que respondeu apenas por 1,5% desse índice.

O setor terciário ser a tendência de maior importância, no caso de Londrina, não é recente, visto que há tempos a cidade já se destacava nesse setor por centralizar as atividades de serviços, relacionados à produção de produtos agrícolas, em especial, o café. Acerca dessa realidade,

A predominância do setor de serviços é uma tendência de economias que já desenvolveram o setor primário e secundário, permitindo adentrar novo patamar de crescimento. Entretanto, deve-se notar que o esforço para a manutenção e expansão do setor industrial é importante em virtude da massa salarial e empregatícia que o setor gera, além do potencial de arrecadação de tributos que a indústria recolhe ao setor público (LONDRINA, 2013, p.4).

Essa colocação ressalta a importância que o setor industrial tem para a economia dos municípios. Londrina que apresenta esse setor bem consolidado e dinâmico, tem como destaque o setor da confecção de artigos de vestuário, confecções de roupas e acessórios (LONDRINA, 2013), porém, seu setor secundário apresentou uma redução nos últimos anos, como relatado há pouco. Isso faz com que, recentemente, a industrialização tenha se tornado uma preocupação para os gestores da cidade que, a partir de então, passaram a promover estratégias para a atração de novas indústrias.

As leis de incentivo às indústrias retornaram, de forma mais expressiva em 2013, quando de acordo com entrevista do prefeito Kireeff,

[...] Londrina tornou-se mais atrativa aos investidores por conta de um conjunto de ações estruturantes, como a aprovação do Plano Diretor, mudanças nas leis relacionadas à instalação de empresas, além da criação de zonas industriais e a municipalização das emissões de licenças ambientais (HEDLER; MARIANO JÚNIOR, 2016).

Como exemplo dessas ações estruturantes, tem-se os investimentos no sistema viário, como a extensão da Avenida Saul Elkind no sentido de Cambé e Ibiporã e a duplicação de avenidas, que promoveriam o fluxo de mercadorias entre outras áreas do Paraná, assim como no Oeste Paulista e no Sul do Mato Grosso do Sul. Vale a pena apresentar que, desde 2013, instalaram-se em Londrina empresas como a Insutria de Rações Integradas, a MRV LOG, a Ágili Software, a alemã Wittur, as francesas Limagrain e Atos e a AAF Produtos Odontológicos, Filtros Kobra, TKJ Compressores e Grafflit Tintas (HEDLER; MARIANO JÚNIOR, 2016).

Isso demonstra a intenção de ampliação do setor secundário em Londrina, o principal município de sua Região Metropolitana, o que reforça a importância desse setor para a

dinâmica econômica e social da região, afinal esse setor é fundamental para a geração de emprego, renda e tributos.

Na busca em compreender a intensificação da industrialização de Cambé em relação a Região Metropolitana de Londrina, foi necessário à investigação da evolução da industrialização dos 25 municípios que compõe esse recorte espacial. Dessa forma, pautou-se no número de estabelecimentos e pessoal ocupado. Os dados apresentados fazendo referência aos anos de 1990 e 2014, porém, os municípios de Prado Ferreira, Pitangueiras e Tamarana, apresentam os primeiros dados em 1998, visto que esses se tornaram municípios ao longo da década de 1990.

Com relação à evolução do número de estabelecimentos industriais na RML (Figura 10), observa-se que Londrina foi o município que apresentou o maior crescimento no número de estabelecimentos, com acréscimo de 45,10% o que corresponde a 1.048 novas indústrias no intervalo de 25 anos. Em segundo lugar está Arapongas com o aumento de 16% (372 uni.), seguida de Cambé, com 14,4% (334 uni.). Os demais municípios apresentaram um crescimento inferior a 8,4% (196 uni.), correspondente a Rolândia.

O mapa permite identificar que os municípios mais próximos geograficamente e que desempenham maior interação social, econômico e política com Londrina, foram os que apresentaram maior crescimento industrial, com exceção de Tamarana – antigo distrito de Londrina. Assiste-se a uma concentração do aumento de novas unidades industriais nos municípios do Aglomerado Urbano- Industrial de Londrina⁷, ou seja, em Londrina, Arapongas, Cambé, Rolândia e Ibiporã.

O aumento do número de indústrias nesses municípios deriva das transferências indústrias e das novas empresas que surgiram de capital local e regional, assim como expõe Bragueto (2007, p.332):

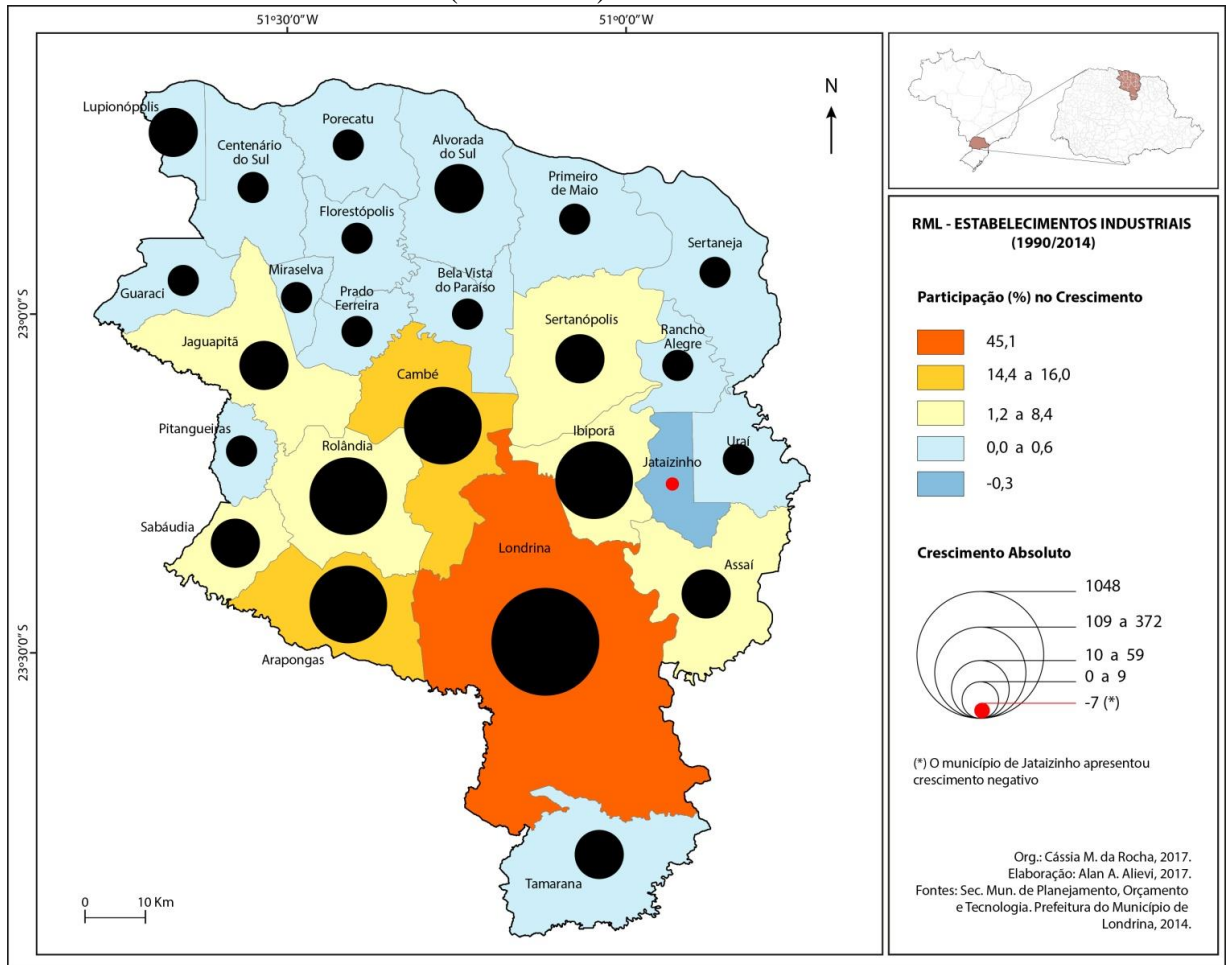
[...] paralelo ao processo de transferências que se concentrou na cidade de Londrina e no seu entorno imediato, a cidade de Cambé, os capitais regionais e locais foram extremamente importantes para o desenvolvimento industrial recente do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina [...]

E para melhor compreender esse processo, é válido saber que

⁷ Essa análise não contempla o município de Apucarana, que mesmo fazendo parte do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina, não está incorporado a RML.

[...] a partir de 1992, apresenta dois processos distintos: o primeiro está relacionado ao desenvolvimento de setores industriais tradicionais na região, intensivos em mão-de-obra e diretamente relacionados a empresas de pequeno (principalmente) e médio portes, cuja origem do capital é local/ regional, além dos ramos industriais diretamente vinculados a forte base agropecuária da região, ou seja, produtos alimentares e bebidas. O segundo está relacionado ao processo de concentração e centralização social e espacial da reprodução do capital, vinculado-se ao processo de transferências industriais, em geral da Região Metropolitana de São Paulo e que ocorreram no final dos anos de 1990. Na maioria dos casos as empresas foram beneficiadas pelos incentivos fiscais do governo estadual, por intermédio do Programa Paraná Mais-Emprego e invariavelmente receberam incentivos municipais (BRAGUETO, 2007, p. 236).

Figura 6 - Evolução do número de estabelecimentos industriais na RML em números absolutos e relativos (1990-2014)



Fonte: MTE/ RAIS (2017)

Org. Cássia Marques da Rocha (2017)

A partir dos dados, infere-se como a diferença do aumento do número de indústrias entre os municípios da RML é abrupta, pois enquanto Londrina teve a ampliação de mais de mil novas unidades industriais, Arapongas que está em segundo lugar, contou com a implantação de apenas 372 novas unidades. Esse fato representa, como ao longo do período analisado, Londrina concentrou o crescimento industrial da RML.

Nessa perspectiva e destacando a importância das transferências industriais, sabe-se que

Outra característica do desenvolvimento industrial desigual da indústria no Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina é que, se observamos onde se implantaram as maiores empresas no processo recente de transferências industriais, quer beneficiadas por incentivos fiscais do governo estadual ou não, vamos verificar uma grande concentração somente nos municípios de Londrina e Cambé. Como vimos estas duas cidades estão conurbadas e as condições gerais de produção, notadamente aquelas relacionadas às novas exigências do capital, no Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina se concentram claramente em Londrina (BRAGUETO, 2007, p. 236).

O destaque que Arapongas possui se deve a indústria de madeira e mobiliário, que apresentou elevado crescimento devido a sua expansão. Entre os anos de 1990 a 2014, somente esse segmento cresceu 140%, em número de estabelecimentos no município. Todos os demais segmentos apresentaram aumento significativo, apenas a indústria de calçados apresentou redução de estabelecimentos. É importante lembrar, que o subsetor imobiliário impulsiona outros, como por exemplo, a metalúrgica, os subsetores de embalagens de papel, papelão, plástico e borracha. Isso porque, a fabricação de móveis necessita de complementos metálicos e de borrachas para o acabamento, e embalagens.

Observa-se que o crescimento industrial na grande maioria dos municípios da RML é muito pequeno, considerando que 16 municípios apresentarem um ínfimo crescimento, entre 0,0% e -0,3%, como é o caso de Jataizinho que teve uma redução, de sete indústrias. Esses dados expressam o fato, de como o capital escolhe os maiores centros urbanos para se instalar e se reproduzir, em especial na ordem do setor secundário e terciário.

Nesse sentido, infere-se que mais da metade dos municípios da RML têm como base de sua economia o setor primário, o que resulta de um passado histórico perpetuado até hoje. Essa realidade faz com que esses, atraiam principalmente as agroindústrias, como usinas de cana-de-açúcar, abatedouros de aves e processamento de frutas, por exemplo.

Acerca da evolução do número de pessoal ocupado nos municípios da RML (Figura 11), identifica-se uma maior dinamização da distribuição de empregabilidade no setor secundário. Arapongas foi o que apresentou o maior acréscimo, 26%, o que corresponde a

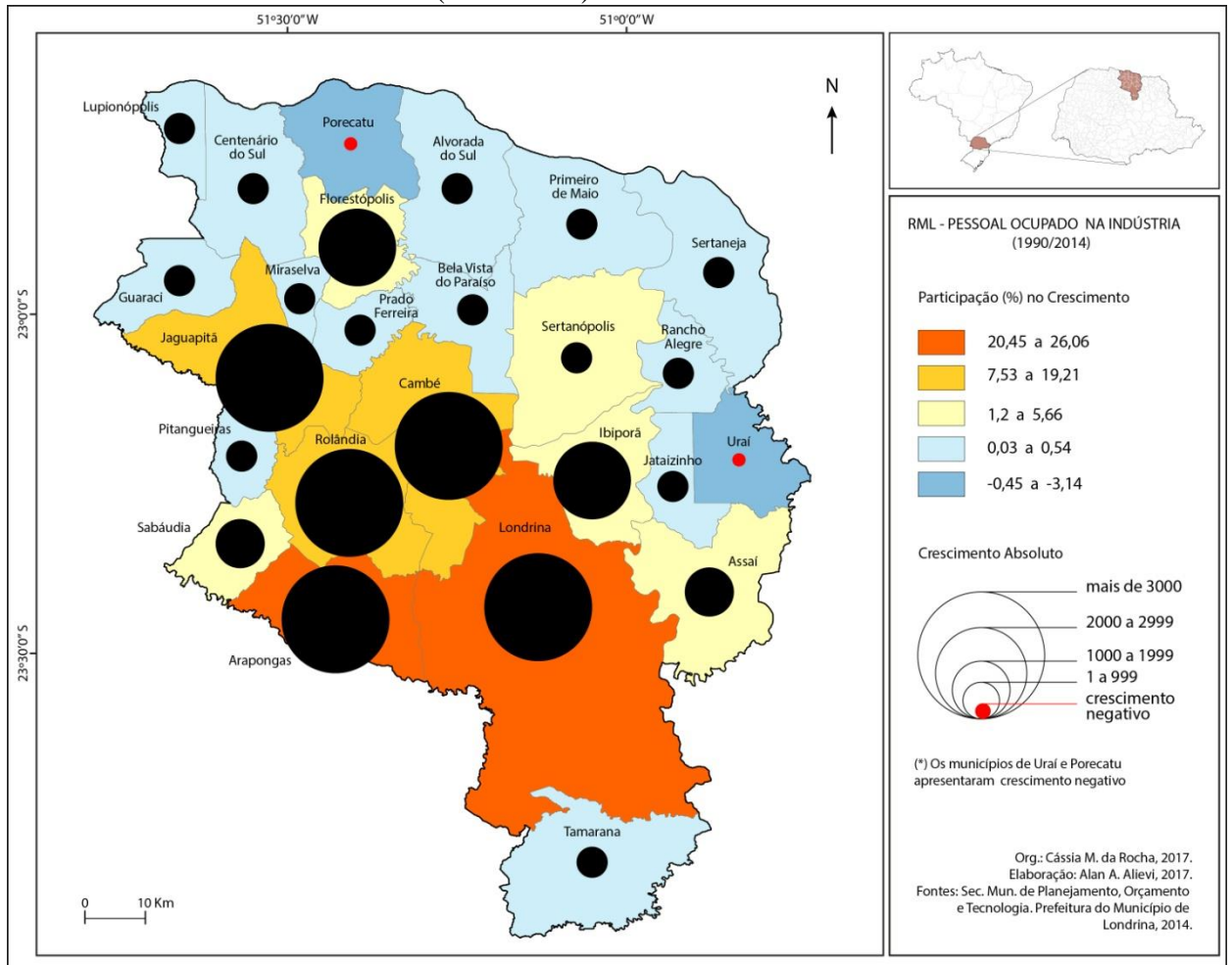
13.375 novos postos de trabalho. Em segundo lugar está Londrina, com aumento de 20,4%, ou seja, 10.495 novos empregos. O terceiro lugar ficou com Rolândia, com aumento de 19,2%, Cambé com 11,4%, o que significa um crescimento de 5.879 novos empregos e em seguida, Jaguapitã com o aumento de 7,5%.

Observa-se que o crescimento do número de pessoal ocupado da RML encontra-se concentrado em cinco municípios: Araongas, Londrina, Rolândia, Cambé, e Jaguapitã, de modo que os demais municípios apresentaram um crescimento mais singelo.

Apenas Porecatu e Uraí apresentaram um crescimento negativo, com -3,4% e -0,45% respectivamente, correspondendo a uma redução de 1.611 postos de trabalho no setor industrial em Porecatu e 230 em Uraí. Identifica-se novamente, que quanto mais distante do centro concentrador de indústrias e serviços que é Londrina, menor é número de pessoal ocupado na indústria em decorrência do reduzido número de estabelecimentos nesses municípios.

Convergindo com as informações do mapa de estabelecimentos e pessoal ocupado na RML, é evidente que os municípios mais próximos de Londrina, apresentam a maior concentração de postos de trabalho no setor industrial, em virtude do número de empresas nesses existentes. Sendo que Londrina, Araongas, Cambé e Rolândia que contam com os maiores indicadores de empregabilidade na indústria, fazem parte do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina.

Figura 7 - Evolução do número de pessoal ocupado nas indústrias na RML em números absolutos e relativos (1990-2014)



Fonte: MTE/ RAIS (2017)

Org. Cássia Marques da Rocha (2017)

Dos municípios que compõem essa regionalização, identifica-se que Ibiporã é o que menos apresentou crescimento industrial nesses 25 anos de análise. Pois, em número de estabelecimentos, seu acréscimo foi de 4,70% e em pessoal ocupado, foi 5,66%. Ainda que em número de empresas o total absoluto seja de 109 unidades, esse número foi pouco expressivo se comparado com os outros municípios do Aglomerado.

Ainda relacionando as duas variáveis, é possível notar a inversão dos dois primeiros lugares, ou seja, Arapongas apresentou o maior número em empregabilidade nas indústrias, e está na segunda colocação no número de novos estabelecimentos. Enquanto que, Londrina está em segundo lugar na geração de empregos e ocupa o primeiro lugar no aumento do número de indústrias.

O que permite compreender essa realidade, em especial o destaque de Arapongas na ampliação de vínculos empregatícios, é o nível de intensidade tecnológica das industriais,

pois, os subsetores com menor intensidade tecnológica tendem a absorver maior número de mão de obra, como é o exemplo do setor madeireiro e mobiliário que absorveu em 2014, 65% do total de pessoal ocupado no município, seguido da indústria alimentícia (17,75%).

No caso de Londrina, essa “[...] delineou uma industrialização ligada aos setores mais tradicionais da indústria, sendo menos intensivos em tecnologia, como nos setores indústrias de Calçados, Vestuário, e Artefatos de Tecido; Produtos alimentícios, Bebidas e Álcool etílico e no setor Metalúrgico (SAAB, 2014, p.70). Com isso, o que diferencia a situação de Londrina em comparação a Arapongas, é a distribuição do número de empregos nos setores industriais de modo mais dinâmico, visto que, o subsetor que mais empregou em 2014, em Londrina, foi a indústria têxtil, com 23,35% dos empregos, seguida da alimentícia e bebidas, com 18,25% e a química com 11,98%. Sendo essa última de maior intensidade tecnológica.

Em suma, Londrina apresentou um equilíbrio na evolução do número de pessoal ocupado e estabelecimentos industriais, pois aumentou 10.495 novos empregos (20,4%) e 1.048 novas unidades industriais (45,1%), por ter o setor industrial dinamizado. Enquanto Arapongas teve o crescimento de 13.375 novos postos de trabalho (26%) e a instalação de 372 novas unidades industriais (16%), fato esse que demonstra sua concentração e especialização no segmento moveleiro.

Observa-se também a inversão entre terceiro e quarto lugares nas mesmas variáveis, pois enquanto Rolândia ficou com o terceiro lugar no aumento do pessoal ocupado, ficou em quarto lugar no aumento do número de estabelecimentos industriais, e Cambé ficou na quarta colocação na geração de postos de trabalho e em terceira na ampliação do número de indústrias.

E em quinto lugar no aumento de vínculos, ficou o município de Jaguapitã, que obteve um aumento de 7,5% na geração de empregos e apresentou um aumento de 45 novos estabelecimentos industriais, ou seja, 1,9% o que lhe proporcionou o oitavo lugar na ampliação do número de indústrias, ficando atrás de municípios como Rolândia (8,4%), Ibiporã (4,7%), Sabáudia (2,5%) e Sertanópolis (2,1%).

A ampliação no número de postos de trabalho na indústria de Jaguapitã se deve ao aumento de 17.795% no subsetor alimentício e bebidas entre os anos de 1990 e 2014. Sendo que, esse setor representou em 2014, 89, 25% dos postos de trabalho no município, o que corresponde à elevada concentração de mão de obra nesse setor, que pode ser justificada, pelo crescimento das agroindústrias, em especial as granjas e abatedouros de aves.

De modo geral, observa-se a desigualdade na evolução e distribuição dos estabelecimentos e pessoal ocupado nos municípios da RML. Das duas variáveis, a que apresentou um equilíbrio maior, foi a geração de empregos entre os municípios da RML, em especial naqueles que compõe o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina. A ampliação do número de novos estabelecimentos se manteve concentrado em Londrina, Arapongas e Cambé.

Em análise ao Aglomerado, entre 1992 e 2004, Bragueto (2007) destaca o crescimento do pessoal ocupado e do número de estabelecimentos, o que fez com que sua participação em comparação ao restante do Paraná aumentasse, porém com relação ao valor adicionado absoluto, essa região apresentou uma queda na participação do total do estado. Isso é justificado, pelo fato de que mesmo com o crescimento dos subsetores de maior intensidade tecnológica, o Aglomerado ampliou sua relevância nos subsetores de menor intensidade tecnológica. Fato esse que se apresenta de modo desigual entre os municípios do mesmo.

No trabalho sobre as micro e pequenas empresas de Londrina, Saab (2014) descreveu as entrevistas que realizou com os empresários, nas quais esses afirmaram que o município de Londrina pouco colabora para a atração de novas empresas, bem como, pouco oferece suporte para as já existentes.

Muitos fazem o comparativo com outros municípios da região metropolitana de Londrina, principalmente em relação a Cambé e Ibiporã, onde os prefeitos mostraram-se receptivos com o setor industrial, auxiliam com benefícios fiscais, doações de terrenos e barracões para a instalação de novas indústrias (SAAB, 2018, p.108)

Nessa perspectiva, 31% dos empresários entrevistados alegaram que os próximos investimentos realizados por eles, seriam no Paraná, principalmente em outro município da RML. Com isso Saab (2014, p. 107), concluiu que

[...] os municípios da região metropolitana de Londrina são os principais destinos dos empresários que desejam transferir suas indústrias, lembrando que de certa forma mesmo que transfiram suas indústrias para o entorno londrinense, esses continuarão a se beneficiar das condições gerais de produção de Londrina.

Essa avaliação permite compreender que os municípios da RML apresentam fatores de atração para as indústrias já instaladas em Londrina, como por exemplo, os benefícios estruturais, fiscais e econômicos promovidos por algumas prefeituras. Assim, corrobora-se com o autor supracitado, em que mesmo com a transferência de indústrias para outros

municípios da RML, em potência, essas continuariam a se beneficiar das condições de produção que Londrina oferece.

Com base nos dados analisados sobre a Região Metropolitana de Londrina e o cadastro imobiliário de Cambé, é possível afirmar que não há na RML o início do processo de desconcentração industrial semelhante ao ocorrido nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Curitiba, pois, Londrina que está em um processo de metropolização, concentra as atividades do setor secundário e terciário.

As transferências industriais de outros municípios da RML em especial de Londrina para Cambé foram pouco expressivas aos longos dos 25 anos analisados, podendo ser comprovadas apenas a instalação da Costa Rica Malhas e Confecções (2003) e da Hydronorth (1988/200), transferidas de Londrina. Sendo essa uma tendência em potência que pode se materializar no decorrer do século XXI.

Não obstante, o município de Cambé apresentou destaque na industrialização em relação aos municípios da RML. Ficando em terceiro lugar na implantação de novas unidades produtivas e em quarto colocado na geração de empregos.

4 A INTENSIFICAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMBÉ PÓS 1990

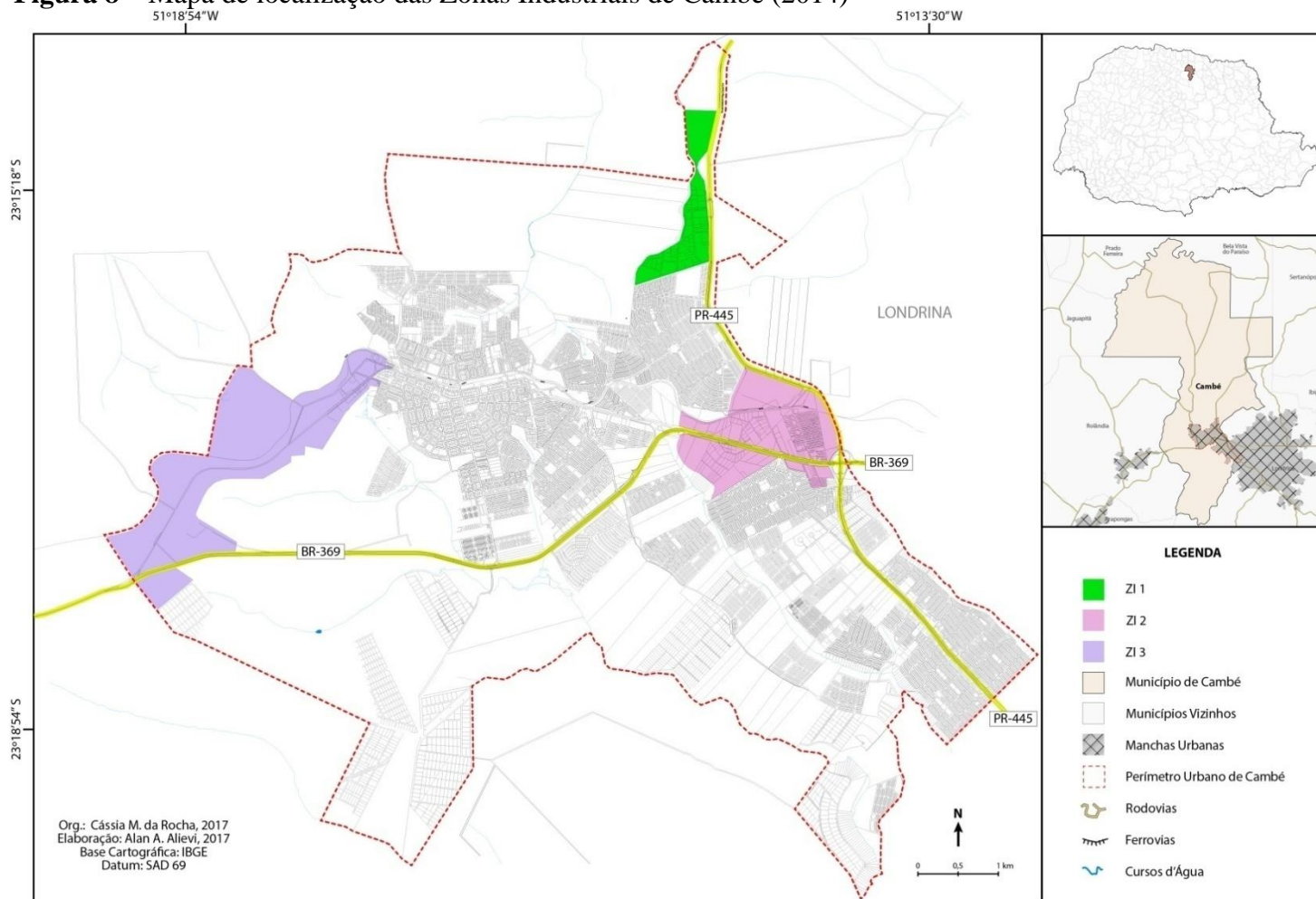
A partir de meados da década de 1990, a industrialização de Cambé se intensificou e passou a participar do processo de desconcentração industrial brasileira. Nesse ponto, é fundamental considerar a sua proximidade a Londrina, enquanto fator máximo da inserção de Cambé nesse processo, resultado das relações sociais e econômicas e da divisão territorial do trabalho.

Justifica-se esse fator como o mais importante das economias de aglomeração, os quais atraíram as novas unidades de produção, pois Londrina é a sede da Região Metropolitana que leva seu nome, conta com um setor secundário dinâmico e consolidado, além de disponibilizar uma gama de condições gerais de produção como: rodovias, infraestrutura, poder financeiro, rede bancária, rede de telecomunicação, centros de pesquisas e universidades, aeroportos, rede ferroviária, ligação direta com São Paulo e com países do Mercosul. Em suma, Cambé foi amplamente beneficiada por sua localização geográfica privilegiada, por “estar ao lado” de Londrina.

Diante dessa realidade, o governo municipal de Cambé passou a investir nas condições gerais de produção, de modo a atrair novas plantas industriais que desejassem se instalar na região. De modo geral, o “olhar voltado” para a industrialização e a concorrência entre os municípios, são exemplos do cenário da intensa guerra fiscal que pairou no Estado do Paraná, durante a década de 1990.

Foi nessa década que houve a preocupação em planejar a distribuição das indústrias no espaço urbano de Cambé, a fim de expandir e fortalecer o setor industrial. Como resultado disso, a cidade conta hoje com dois Parques Industriais (ZI1 Parque Industrial José Garcia Gimenes; ZI2 Parque Maracanã) e um Distrito Industrial (ZI3), instalados nas principais vias de acesso à cidade (Figura 6). O primeiro, às margens da PR 445, acesso para o estado de São Paulo e saída para Curitiba, o Parque José Garcia (ZI2) no eixo entre a PR 445 e a BR 369, onde também se localiza o DI, no sentido de Londrina e saída para a região Oeste do Paraná. Sendo assim, além dos incentivos fiscais e da infraestrutura, também se destaca como atrativo por sua localização, sinônimo de benefício em recebimento de matéria-prima e escoamento da produção.

Figura 8 – Mapa de localização das Zonas Industriais de Cambé (2014)



Fonte: CAMBÉ (2014)

Org. Cássia Marques da Rocha (2017)

No âmbito das ações públicas para a ampliação do processo de industrialização, durante os anos de 1990, Bragueto e Cunha (2002) reforçam a desigualdade na aplicação dos projetos, como foi o caso do programa Paraná Doze Meses, que concentrou os benefícios ao grande capital, como a prorrogação do prazo de arrecadação do ICMS e ficou restrito a poucas áreas do território paranaense, com isso as pequenas empresas não se beneficiaram dos incentivos fiscais. No caso específico de Cambé e Rolândia, os autores expõem que:

Paralelamente aos programas estaduais, os municípios da microrregião passam a implantar suas próprias políticas de atração de investimentos. No caso do município de Cambé, a política de incremento da industrialização instituiu a “Lei Municipal de Incentivo à Industrialização”, que não só visa trazer novas indústrias como manter as já existentes. Isso se traduz nos baixos preços dos lotes vendidos pela prefeitura às empresas que têm intenção de se instalar no município. Dependendo do número de empregos gerados, que é o principal objetivo do programa, o terreno pode ser doado. A prefeitura também fornece o maquinário e mão-de-obra para a terraplanagem, ficando por conta das empresas as despesas com combustível. Toda a infra-estrutura - água, rede de energia, asfalto, galerias pluviais e telefone – são fornecidas até o limite do “lote”. A localização do lote é o fator que mais atrai o interesse por parte das empresas. Em Cambé as isenções de impostos municipais podem chegar até dez anos. No município vizinho de Rolândia pode variar entre cinco e dez anos, dependendo da atividade a ser instalada. Ambos os municípios aumentaram, nos últimos cinco anos, seus parques industriais, tanto em área quanto em número de estabelecimentos. Porém poucas empresas instalaram-se nestes municípios beneficiando-se do programa do Governo do Estado. Segundo informações da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, apenas duas empresas instalaram-se em Cambé e uma em Rolândia usufruindo das vantagens do Programa Paraná + Empregos (PARANÁ, 1999 *apud* BRAGUETO; CUNHA, 2002, p.41).

Desse modo, infere-se que as políticas públicas municipais tiveram maior relevância no processo de industrialização de Cambé, no quesito de ações efetivas para a atração de novas unidades de produção, do que os incentivos diretamente estaduais. A esse exemplo, os incentivos municipais que ocorrem desde os anos 1960 contam com as políticas públicas por meio de leis, como a Lei Nº. 2.326, de 22 de dezembro de 2009 (Anexo B e Anexo C), que dispõe sobre a concessão de incentivos às atividades econômicas no município de Cambé, viabilizando os incentivos fiscais, econômicos e estruturais, para novas unidades produtivas e para as que já estão instaladas no município, mas desejam ampliar sua capacidade de produção (CAMBÉ, 2009).

Outro fator que passou a fazer diferença para a indústria e a agroindústria de Cambé e região, foi a instalação da unidade de armazenamento frigorificado e terminal intermodal rodoferroviário da Brado Logística, em 2012, no DI de Cambé (ZI3) contando com 34.000 m² de área total, sendo completa em serviços. Atende aos clientes do Norte do Paraná e Sudoeste

do Mato Grosso do Sul, para exportação de cargas frigorificadas e secas, pelo modal ferroviário, com destino aos portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC) (BRADO, 2016).

Com as vantagens já descritas, a partir de meados da década de 1990, destacam-se as novas indústrias instaladas que refletem a inserção de Cambé na nova dinâmica territorial e internacional do trabalho, como é o caso da presença da Amcor Flexibles Brasil, com sede na Austrália; a Sandoz de origem suíça e a Pado S/A, essa última que não apenas se beneficiou da desconcentração industrial, mas também do processo de descentralização, pois em 1997 instalou sua unidade fabril e sede administrativa nesse município.

Nessa perspectiva, Fresca (2009, p.8) destaca a participação de Londrina, Cambé e Ibiporã, ou seja, cidades que compõem a RML nesse processo de atração de unidades produtivas de capital internacional e transferências industriais nacionais, como é o caso da

[...] Atlas Schindler com elevadores e escadas rolantes; Dixie Toga com embalagens plásticas; Hussmann/Thermo King com equipamentos de refrigeração; Itap Bemis com embalagens flexíveis; Eletroman com peças elétricas; JK Metalúrgica com base de plataforma para a Atlas; Prolind com itens de cabine para Atlas; Basemetal com cabine para caixa eletrônico, abrigo para ônibus; Trialtec com anel de vedação, válvula pump; Multi Fix com parafusos e afins; Ingersoll-Rand com compressores de ar industrial; Eliane com revestimentos cerâmicos; Plásticos Novel com embalagens plásticas – garrafas; Eixo Forte com caçambas; Madereira Ibiporã com móveis de madeira; Wyny como curtume; Bunge com fertilizantes agrícolas; Pado com cadeados e fechaduras; Inquima com defensivos agrícolas; Wittur como fornecedora da Atlas de peças mecânicas; Hexal/Sandoz com medicamentos farmacêuticos; Tecnorevest com produtos químicos; Amcor Flexibles com embalagens, dentre outras tantas.

Isso demonstra o destaque que essas três cidades passam a ter, na diversificação da produção industrial, visto que, várias dessas novas empresas são de subsetor s de maior intensidade tecnológica, como é o caso da Sandoz do Brasil (química/ farmacêutica) e a Atlas Schindler (mecânica). É válido refletir que essas unidades de produção, instaladas nessas cidades, decorrem de um circuito de produção no qual várias fábricas fornecem peças para uma grande indústria da região, como é o caso da Wittur, multinacional alemã do subsetor metal-mecânica que fornece componentes para elevadores produzidos pela Atlas Schindler. Nesse caso, a Wittur que, inicialmente, se instalou em Cambé, transferiu sua unidade de produção para Londrina, em 2015 (SALVATICO, 2014).

Assim, as indústrias de um subsetor ou complementares se instalam em uma região comum, o que demonstra a força de atração das economias de aglomeração de determinadas áreas. Sendo essa uma das características da interação dos municípios de uma região metropolitana.

Sobre a evolução da indústria de Cambé, no intervalo de 1990 a 2014 (Tabela 2), houve um crescimento de 334 estabelecimentos, o que representa um saldo positivo de 245,59% e 5.879 novos postos de trabalho, que corresponde a 268,45%, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2016). Desse modo, observa-se que o acréscimo no número de empregos gerados, sensivelmente maior do que o número de estabelecimentos, é benéfico para o desenvolvimento social da cidade. Sendo que os setores que mais se destacaram nesse intervalo, foram o metalúrgico, química, têxtil, madeira e mobiliário (Figura 7).

Vale chamar a atenção para o subsetor de metalúrgica, têxtil e vestuário, e de produtos alimentícios, que ao longo do período em tela, foram os únicos que não apresentaram redução no número de estabelecimentos, mantendo um crescimento quantitativo gradual.

O crescimento gradativo que a indústria de Cambé apresentou em todos os subsetores industriais, ao longo dos 25 anos analisados, demonstra o seu potencial em atrair as unidades produtivas e mantê-las em seu território. Os intervalos de tempo em que houve os maiores acréscimos de unidades foram durante os anos de 2000 a 2005, com 87 unidades e entre 2010 e 2014, com mais 86 novas unidades. Esse fato converge com os anos em que o município passou a receber, de forma efetiva, as transferências industriais, oriundas de outras partes do Brasil ou do mundo, como foi o caso da Hexal (atual Sandoz do Brasil), que se instalou no município em 2004.

Essa linha ascendente, no número de estabelecimentos, é também reflexo do cenário econômico nacional, que durante os anos de 2000 apresentou maior estabilidade e crescimento econômico, o que também contribuiu para os maiores investimentos no setor secundário, por parte do capital nacional.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos subsetores industriais de Cambé (1990-2014)

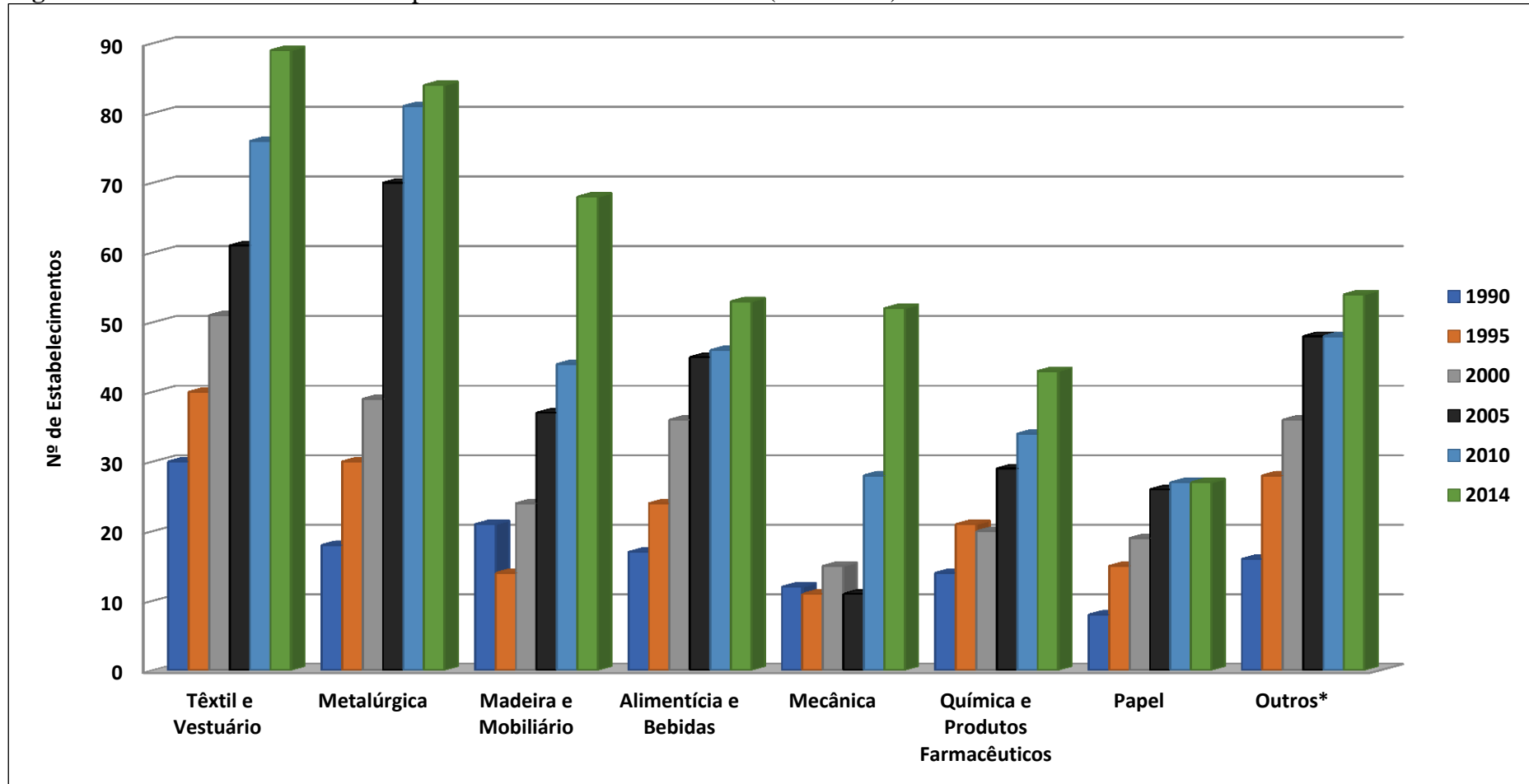
SUBSETOR	1990		1995		2000		2005		2010		2014	
	ESTAB.	P.O.	ESTAB.	P.O.	ESTAB.	P.O.	ESTAB.	P.O.	ESTAB.	P.O.	ESTAB.	P.O.
Metalúrgica	18	493	30	174	39	1328	70	1596	81	3107	84	2305
Mecânica	12	358	11	417	15	92	11	152	28	493	52	558
Madeira e do Mobiliário	21	122	14	95	24	209	37	355	44	534	68	599
Papel	8	45	15	139	19	182	26	311	27	257	27	252
Química de Produtos Farmacêuticos	14	355	21	544	20	554	29	1094	34	1199	43	1644
Têxtil do Vestuário	30	493	40	747	51	680	61	1133	76	899	89	941
Produtos Alimentícios, Bebidas	17	203	24	1141	36	731	45	633	46	706	53	801
Outros*	16	121	28	565	36	670	48	624	48	853	54	969
Total	136	2190	183	3822	240	4446	327	5898	384	8048	470	8069

* Indústria de produtos minerais não metálicos; material elétrico e comunicações; material de transporte; borracha, fumo, couros, peles, similares, diversas e calçados.

Fonte: MTE/ RAIS (2016)

Org. Cássia Marques da Rocha (2016)

Figura 9 – Gráfico: estabelecimentos por subsetor industrial de Cambé (1990-2014)



* Indústria de produtos minerais não metálicos; material elétrico e comunicações; material de transporte; borracha, fumo, couros, peles, similares, diversas e calçados.

Fonte: MTE/ RAIS (2016)

Org. Cássia Marques da Rocha (2016)

As condições gerais de produção, como sistema rodoviário e ferroviário, infraestrutura, proximidade com um grande centro urbano, estão entre os principais fatores de atração e manutenção das unidades produtivas na cidade.

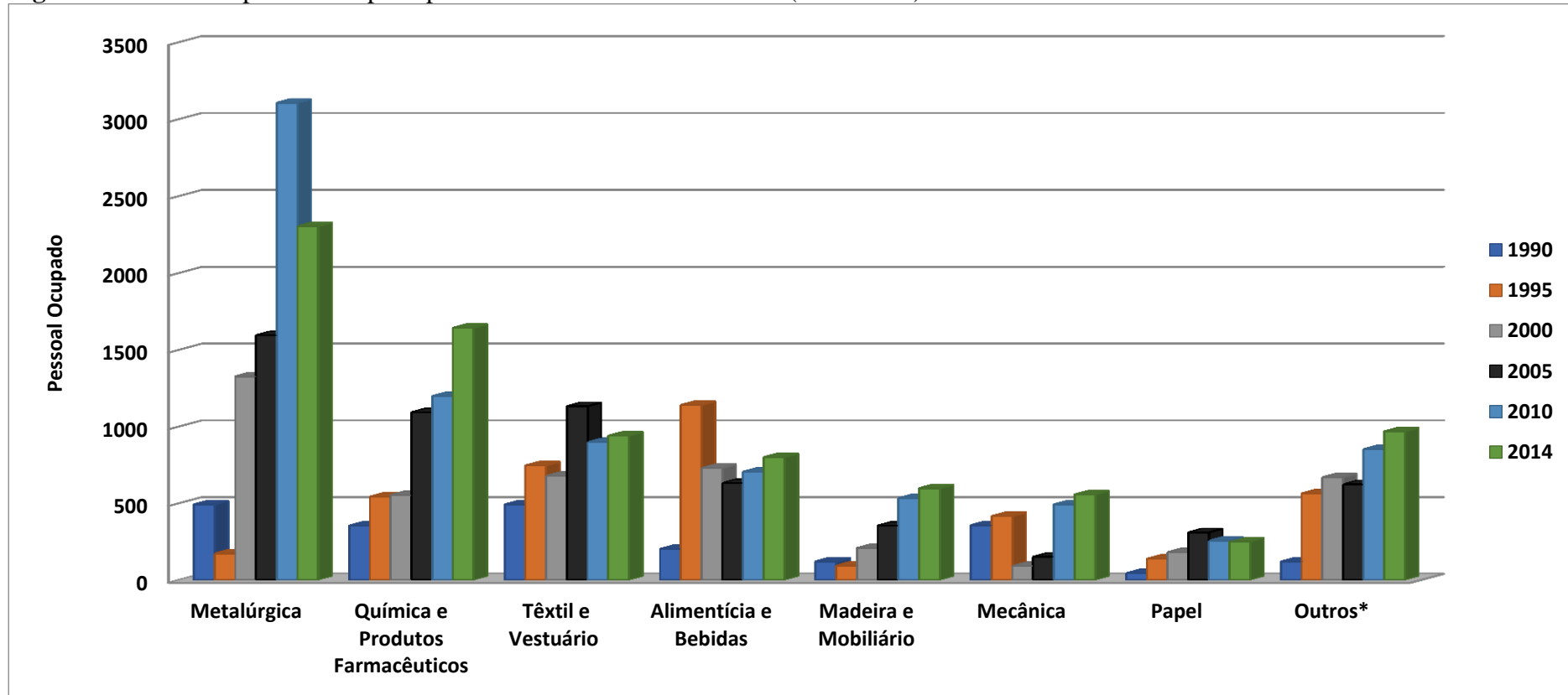
O pessoal ocupado nos subsetores industriais de Cambé, no período de 1990 a 2014 (Figura 8) apresentou-se dinâmico na distribuição entre os subsetores, com aumento que ultrapassou o percentual do número de estabelecimentos, como visto anteriormente.

Líder na geração de empregos, o setor metalúrgico empregou em 2014, 2.305 trabalhadores e contava com 85 unidades de produção. Nesse segmento, destacam-se grandes empresas como a Pado (cadeados e dobradiças) e a Aesa (molas, pinos, parafusos), que mesmo contando com uma produção moderna e automatizada, ainda demandam expressiva quantidade de mão de obra. Esse destaque também se deve às pequenas e médias indústrias, de capital local, que se distribuem pela malha urbana e que produzem peças e equipamentos, além de fornecerem material para as grandes empresas, dinamizando assim a produção do subsetor e gerando mais empregos.

O segundo subsetor em gerar mais postos de trabalhos, no período analisado, é o químico, de produtos farmacêuticos e embalagens, que teve maior crescimento entre os anos de 2000 e 2010, com acréscimo de 116,4%, mesmo sendo o sexto lugar em número de estabelecimentos. Esse foi um dos segmentos mais beneficiados pelas transferências industriais pós 1995, tendo como destaque empresas: Inquimia, Tropical Melhoramento e Genética (TMG), Brasmax, Biagro, Yara Brasil (antiga Bunge) do subsetor agroquímico, Sandoz do Brasil, indústria farmacêutica, Itap Bemis e Amcor Flexibles, de embalagens flexíveis.

Pode-se inferir que esse segmento demanda elevado número de mão de obra, em especial pelo seu porte expressivo, visto que essas são grandes empresas, de elevada produção, como é o caso da Sandoz que gera mais de 500 postos de trabalho diretamente. Os empregos gerados nesse segmento, contemplam tanto a mão de obra especializada (farmacêuticos, químicos, engenheiros, administradores), quanto a não especializada, sendo essa a mais numerosa.

Figura 10 – Gráfico: pessoal ocupado por subsetor industrial de Cambé (1990-2014)



* Indústria de produtos minerais não metálicos; material elétrico e comunicações; material de transporte; borracha, fumo, couros, peles, similares, diversas e calçados.

Fonte: MTE/ RAIS (2016)

Org. Cássia Marques da Rocha (2016)

Com o maior número de estabelecimentos, o setor têxtil vem, desde o ano de 2010, liderando esse ranking, alcançando o total de 89 estabelecimentos em 2014, o que corresponde a 18,9% do total das indústrias nesse ano. Com uma redução de 20,6% no pessoal ocupado em 2010, esse ascendeu apenas 4,6% no ano de 2014, passando a ocupar o terceiro lugar em número de vínculos empregatícios, ou seja, o cenário de crescimento de unidades de produção e pessoal ocupado, que vinha desde 1990, foi interrompido em 2010, e ainda não se recuperou, apresentando acréscimo significativo apenas no número de estabelecimentos.

Esse subsetor merece atenção quanto à empregabilidade, visto que, a queda assistida nos últimos anos pode ser explicada pelo fato desse serviço ser comumente terceirizado por facções, (trabalho na maioria das vezes informal, sem registro na carteira de trabalho), relembrando que os dados, aqui analisados, consideram apenas o número de colaboradores com carteira assinada.

Os únicos segmentos que apresentaram redução no número de pessoal ocupado foram os subsetores de alimentos e bebidas, com redução de 3,5%, em 2010 e a mecânica que reduziu 74,3% entre 1990 e 2000, e um aumento de 435,86% de 2000 para 2010. Dados mais detalhados, desse segmento, demonstram que a indústria mecânica de Cambé apresentou uma expressiva oscilação no número de trabalhadores, ao longo dos anos 2000, apresentando estabilidade apenas em 2008, quando atingiu 250 postos de trabalho.

Por conseguinte, o setor industrial de Cambé apresentou, nos últimos 25 anos, uma dinamização em seus estabelecimentos gerando empregos, destacando-se os subsetores da metalúrgica, química e têxtil (Tabela 3). Esses três segmentos podem ser considerados como principais subsetores industriais de Cambé, entre 2010 e 2014, visto que, a soma do número de estabelecimentos e os postos de trabalhos juntos, ultrapassam 45% dos dados em tela.

Tabela 3 - Principais subsetores industriais por número total de estabelecimentos e pessoal ocupado em Cambé – valor absoluto e relativo (2010-2014)

PRINCIPAIS SUBSETORES	2010				2014			
	ESTAB.		P.O.		ESTAB.		P.O.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Metalúrgica	81	21,09	3107	38,61	84	17,87	2305	28,57
Química de Produtos Farmacêuticos	34	8,85	1199	14,90	43	9,15	1644	20,37
Têxtil do Vestuário	76	19,79	899	11,17	89	18,94	941	11,66
Soma	191	49,74	5205	64,67	216	45,96	4890	60,60
TOTAL*	384	100	8048	100	470	100	8069	100

*valor total correspondente à soma de todos os subsetores industriais.

Fonte: MTE/ RAIS (2016)

Org. Cássia Marques da Rocha (2016)

Sobre os dados relativos observa-se que, em 2010, os principais setores correspondiam a 49,74% dos estabelecimentos e 64,67% dos postos de trabalho, em 2014 houve uma redução para 45,96% e 60,60%, respectivamente. Essa redução em números percentuais, deve ser analisada à luz do valor absoluto total das unidades de produção, que é expressivo para o curto intervalo de tempo. Em 2014, houve o acréscimo de 22,39% ao número total de unidades produtivas, não só nos principais subsetores, mas também nos demais, o que demonstra a maior diversificação dos subsetores industriais e intensificação da industrialização.

Com relação ao pessoal ocupado, a redução, em números relativos desses principais subsetores, ocorreu de modo efetivo, considerando que o metalúrgico foi o mais afetado, com redução de 10% nos postos de trabalho. Em valores totais, além da perda de empregos, houve também um ínfimo crescimento nos demais subsetores, no intervalo de quatro anos, que resultou na geração de apenas 21 novos empregos. Dessa forma, os saltos absolutos de crescimento, nesse período, foram positivos, ambos com crescimento de 4% nas duas variáveis analisadas.

Verifica-se que os três principais subsetores industriais de Cambé, em 15 anos, (metalúrgico, químico e têxtil) apresentaram uma condição histórica, visto que, as indústrias metalúrgicas têm destaque desde o início da industrialização da cidade. O que se observa é que, ao longo do período analisado (1990-2014), os setores alimentício, madeireiro e mobiliário, não perderam a sua importância, mas sim, foram superados pela indústria têxtil e química, o que reflete em uma dinamização e ampliação do setor secundário, em seus subsetores de produção.

Dos três subsetores, com destaque nos últimos anos, o metalúrgico e o têxtil representam as indústrias de baixa intensidade tecnológica, enquanto que o químico representa as indústrias de maior intensidade tecnológica, que vêm cada vez mais apresentando crescimento, tanto no número de estabelecimentos, quanto na geração de empregos. Sobre esse subsetor, vale a pena destacar a indústria farmacêutica, Sandoz do Brasil, que pertence ao Grupo Novartis, instalada na cidade em 2004, ocupando a planta industrial da antiga Hexal.

Dessa forma, observa-se que a cidade de Cambé contou, nesses últimos anos, com a intensificação de sua industrialização, por meio da expansão das unidades de produção já instaladas em seu território, essas essencialmente de capital local ou regional, além das transferências industriais, com destaque para as de capital internacional, como a Sandoz

Brasil, Inquima, Yara Brasil⁸, Amcor Flexibles e a Bemis. Essas cinco empresas, destacam-se no segmento da indústria química⁹, o que possibilitou a Cambé o desenvolvimento do setor industrial de maior intensidade tecnológica, a partir de meados de 1990 com a instalação dessas plantas industriais.

Para esse tipo de empresa, a dinâmica da expansão empresarial ocorre a partir da busca pela redução da concorrência, por isso estão sempre em busca de inovações e do controle dos canais midiáticos e dos mercados. Desse modo, a inovação e o desenvolvimento de novos produtos são fundamentais para manter sua hegemonia, o que justifica as redes de P&D (pesquisa e desenvolvimento) que essas mantêm ou a que possuem vínculos (HYMER, 1978). Esse é um caso típico das indústrias de maior intensidade tecnológica, como por exemplo, as indústrias química e farmacêutica, que mesmo tendo seus centros de pesquisas em geral em seus locais de origem, buscam se instalar em locais que ofereçam mão de obra especializada, suporte técnico e amplo mercado consumidor, interno. O que, no caso de Cambé, é possível graças à sua interação com Londrina, que hoje é referência na prestação de serviços voltados à informação e comunicação.

Nessa perspectiva, corporações multinacionais como essas, sempre irão buscar infraestrutura que atenda às suas necessidades de produção, estabelecendo articulações espaciais como incorporação de redes de transportes para o escoamento da produção, mão de obra especializada e de custo vantajoso, incentivos fiscais como isenções de tributos, ou seja, o estado busca atrair essas corporações, por meio de economias de aglomeração, a fim de proverem a geração de empregos e divisas, mesmo sabendo que com essas ações o retorno fiscal nem sempre é tão vantajoso.

Em suma, identifica-se que a indústria de Cambé pode ser classificada como indústria de menor intensidade tecnológica - de acordo com a proposta de Bragueto (2007), visto que há o forte predomínio dos subsetores têxtil e vestuário, metalúrgico e alimentício, entre outros. O certo é que caminha na trilha do desenvolvimento e já apresenta uma expansão das empresas que se enquadram no setor de tecnologia de ponta, o qual se destaca na geração de divisas como o ICMS, de empregos e renda.

O Valor Adicionado Fiscal permite analisar o valor agregado durante a produção dos diferentes setores da economia, e assim identificar qual apresenta maior participação e importância econômica, garantindo maiores rendimentos à cidade. Nesse caso, optou-se por

⁸ Empresa de fertilizantes químicos com sede na Noruega, que recentemente adquiriu a planta industrial da Bunge.

⁹ Química, Produtos Farmacêuticos, veterinários, Perfumaria, sabões e velas e Produtos de Matéria Plástica (BRAGUETO, 2007).

apresentá-los com o valor relativo (%) para melhor visualização e compreensão dos dados na participação da economia de Cambé (Tabela 4).

Tabela 4 - Valor Adicionado Fiscal por setor da economia de Cambé – valor relativo (1997-2014)

CAMBÉ	Valor Relativo %		
	1997	2010	2014
V.A.F. na Prod. Primária	18	10	12
V.A.F. na Indústria	55	51	38
V.A.F. no Comér. e Serviços	26	39	49
V.A.F. - Total	100	100	100

Fonte: IPARDES (2016)

Org. Cássia Marques da Rocha (2016)

No recorte temporal de 1997 a 2014, o VAF Total teve um acréscimo de 550%, o que demonstra o crescimento econômico que o município teve ao longo desses 17 anos, acompanhando assim uma tendência estadual e nacional de expansão econômica, pós 1994. Nos anos de 1997 e 2010, o setor industrial apresentou a maior participação no VAF, fato que se explica pela intensificação da industrialização, por meio da expansão das plantas industriais já existentes, de capital local e regional, assim como a instalação de novas unidades produtivas a partir do processo de desconcentração industrial do Brasil e também de unidades de capital estrangeiro, favorecendo assim esse setor e consolidando-o como o de maior importância para a economia de Cambé.

O que se observa nos dados de 2014 é uma inversão desses valores, visto que o setor primário apresentou um ínfimo crescimento, mas continuando a ser o menos expressivo no VAF Total, já o setor secundário perdeu participação de 13% em seu VAF, enquanto o setor de prestação de serviços e comércio cresceu 10%, nesses quatro anos, ilustrando uma inversão de valores entre o setor secundário e terciário.

Observa-se que desde 2010, havia a potência de alteração do VAF entre o setor secundário e terciário. A inversão efetiva em 2014, pode ser explicada pela crise econômica que atingiu o Brasil e conseqüentemente Cambé, no início de 2014, visto que, em momentos de crise o setor industrial é atingido de modo mais rápido e efetivo, sendo forçado a reduzir sua produção. Mas também há, o fator do crescimento da economia de Cambé, sendo uma tendência comum entre as cidades que passam por esse, terem o setor terciário como principal segmento, como é o caso de Londrina.

De todo modo, o setor industrial de Cambé apresentou uma significativa expansão ao longo de 1990 a 2014, tanto no número de estabelecimentos, quanto no pessoal ocupado e no

Valor Adicionado Fiscal. Esse fato foi possível graças à dinâmica econômica do período, aos vínculos regionais do município e aos incentivos fiscais estaduais e municipais, esse último com participação mais efetiva, o que possibilitou a consolidação das condições gerais de produção, que funcionam como atrativo para a instalação de novas unidades produtivas, assim como permite a expansão daquelas já instaladas na malha urbana.

4.1 AS NOVAS UNIDADES PRODUTIVAS

Como exposto anteriormente, Cambé apresentou uma intensificação da industrialização a partir da década de 1990, em especial pós 1995 com a instalação de indústrias vindas de outros municípios brasileiros e também internacionais. Para melhor compreensão do objeto de análise da pesquisa, foi necessário analisar o cadastro imobiliário de Cambé, sendo esse, dados primários, provenientes da Secretária da Fazenda do município. Esses dados evidenciam o número de indústrias que se instalaram em Cambé, quantas se desligaram e as que permaneceram atuantes entre os anos de 1990 a 2014 (Tabela 5).

Observa-se que ao longo dos 25 anos em tela, 492 unidades industriais se instalaram em Cambé, no entanto, apenas 293 (59,55%) se mantiveram em funcionamento, o que representa um saldo pouco satisfatório, tendo em vista a relevância do setor industrial para município (Anexo 1).

Tabela 5 – Número de indústrias instaladas, desligadas e em funcionamento (1990-2014)

INDÚSTRIAS	INSTALADAS	DESLIGADAS	EM FUNCIONAMENTO
ANO			
1990	7	1	6
1991	11	5	6
1992	5	2	3
1993	6	4	2
1994	12	6	6
1995	14	6	8
1996	16	6	10
1997	23	9	14
1998	23	8	15
1999	21	9	12
2000	23	9	14
2001	35	12	23
2002	45	24	21
2003	32	16	16
2004	26	13	13
2005	14	8	6
2006	17	10	7
2007	19	8	11
2008	21	13	8
2009	27	9	18
2010	20	6	14
2011	23	4	19
2012	19	5	14
2013	27	5	22
2014	6	1	5
Total	492	199	293

Fonte: Cadastro Imobiliário – Cambé (2017)

Org. Cássia Marques da Rocha (2017)

Esse período foi composto por várias ocasiões de crescimentos e declínios. Entre os anos de 1994 e 2004 houve um crescimento gradual, interrompido apenas em 1999, quando houve uma redução de 23 para 21 novas indústrias instaladas no município. De 2005 a 2007, Cambé passou por uma redução significativa na atração de novos investimentos, de 26 unidades instaladas em 2004, foi para 14 unidades no ano seguinte. A recuperação veio em 2008, quando o setor voltou a ter crescimento, que mesmo oscilando, se manteve até 2013, tendo em 2014 o pior número de atração, com a instalação de apenas seis novas unidades industriais.

Esses números permitem perceber que entre 1997 e 2004, houve o maior número de indústrias instaladas em Cambé, o que correspondeu a 228 novas indústrias. No entanto, no mesmo período, 100 unidades (43,85%) “fecharam as portas”, representando um saldo positivo de 128 unidades em funcionamento. É válido destacar, que o ano com o maior número de instalações foi 2002, com 45 novas unidades, sendo também o ano com maior número de desligamentos, um total de 24 unidades, o que demonstra um desequilíbrio no crescimento industrial, ao passo que o ao mesmo tempo em que Cambé contava com uma intensa atração de indústrias, muitas das empresas que já estavam instaladas no município não encontraram meios para manterem atuantes no local.

Contudo, a estabilidade econômica e política pós 1994, fortaleceu a confiança para os investidores nacionais e internacionais em Cambé, além de demonstrar a competitividade que esse município passou a ter para atender as necessidades das empresas oriundas de outras partes do Brasil e do mundo, em instalarem suas unidades fabris em uma área com condições gerais de produção.

É necessário refletir, que as transferências industriais que ocorreram dentro do Brasil a partir da década de 1990, representaram um meio de “sobrevivência” das empresas, isto é, a busca por cidades de menor porte que oferecessem baixos custos de mão de obra, doação de terrenos, isenção de impostos e ampliação do mercado consumidor, entre outras vantagens, retrata um descompasso, economias de desaglomeração, nos municípios em que antes estão instaladas. Em suma, a mobilidade geográfica foi uma das estratégias das empresas para a reprodução do capital.

Os anos que apresentaram os melhores resultados, ou seja, os saldos mais expressivos entre o número de estabelecimentos instalados e os desligados, foram 2001 (23 uni.), 2002 (21 uni.) e 2013 (22 uni.). O que pode ser explicado pela conjuntura econômica e política nacional e local, isto é, estabilidade, crescimento econômico, e consolidação do setor industrial de Cambé, que passou a ser referências regional em virtude dos benefícios estruturais oferecidos já citados.

No caso do ano de 2013, já estavam em vigência as atuais leis que dispõe a concessão de incentivos às atividades econômicas em Cambé, a Lei Nº. 2.326, de 22 de dezembro de 2009 e a Lei Nº. 2.398, de 30 de novembro de 2010, que concede os incentivos fiscais para as empresas prestadoras de serviços ao município. Ambas buscam ampliar o poder de atração e competitividade do município, a fim de gerarem mais empregos e divisas.

Por meio das análises do cadastro imobiliário de Cambé, ficou evidente que grande parcela das indústrias que se fixaram nesse município ao longo do período analisado, são

pequenas e médias empresas, de capital local e regional, dos subsetores têxtil e vestuário, madeira e mobiliário, de embalagens (indústria química e de papel) e metalúrgica.

Como visto anteriormente, o ano de 2014 apresentou o mais baixo número de instalação de indústrias, com apenas seis unidades. Essa drástica redução, pode ser compreendida como reflexo da crise econômica brasileira, pois, com a redução do poder de compra da população, as indústrias tiveram que reduzir sua produção. Essa realidade foi explicada em entrevista pelo atual prefeito de Cambé, José do Carmo Garcia, que expôs que em razão da crise, algumas das indústrias de Cambé paralisaram parte de sua produção, o que ocasionou a perda de competitividade e da arrecadação de tributos, gerando uma redução do pessoal ocupado e conseqüentemente, a ampliação da estatística de desemprego na cidade e na região.

Efeitos como esses, foram sentidos também a nível estadual, como o Ipardes (2014) apresentou:

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2014, o emprego no setor industrial do Paraná caiu 3,2%. No Brasil a queda foi de 2,2%, com taxas negativas em 11 dos 14 locais investigados. As maiores quedas na média global vieram dos setores de máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos (-34,0%), vestuário (-8,0%), metal (-6,6%), borracha e plástico (-5,0%) e metalurgia (-4,9%).

Além dessas colocações, o economista do Ipardes (2014) Francisco José Gouveia de Castro, infere que o recuo do nível de emprego no setor industrial se deu “[...] às incertezas dos empresários em relação ao futuro da política econômica, principalmente no que diz respeito aos fatores de instabilidade, como a aceleração da inflação, do déficit público e dos desequilíbrios das contas externas.”

Essa explanação e os dados de redução do setor industrial brasileiro nos últimos anos, deixam em evidência o momento desafiador que o país vem passando e dá margem do quanto terá que se recuperar para voltar a ter o crescimento dos anos que antecederam 2014. Dessa forma, os efeitos da macroeconomia sempre irão intervir na microeconomia, ou seja, os efeitos da economia nacional, e não obstante, da internacional, se propagam e se reproduzem no nível municipal, considerando que, as economias interagem entre si, atuando no “todo”, sendo fato e processo resultante da nova divisão internacional do trabalho, onde os espaços se articulam por diferentes e inúmeras redes, materiais e imateriais, reafirmando a existência do espaço reticulado.

4.1.1 Transferências Industriais para Cambé

Um dos pontos mais importantes da pesquisa, que complementa o estudo da intensificação da industrialização de Cambé, são as transferências industriais que ocorreram ao longo de 1990 a 2014 para esse município.

Ainda com base no cadastro imobiliário de Cambé (1990-2014), é possível apresentar alguns exemplos de unidades industriais instaladas no município resultado das transferências, porém, inexistente no cadastro a origem das unidades produtivas. Dessa forma, as origens das empresas aqui apresentadas, resultam do conhecimento empírico, de conversas informais com o atual prefeito de Cambé, assim como ligações para as indústrias para saber o histórico das mesmas e pesquisas no site institucional das empresas.

O Quadro 1, apresenta as indústrias das quais se tem conhecimento que se transferiram para Cambé entre os anos de 1997 e 2013. Dessas, algumas já foram apresentadas no decorrer da dissertação. Como é o caso da Pado, Bemis e Amcor.

Sobre a localização das 17 indústrias apresentadas, todas se fixaram em um dos Parques Industriais ou no Distrito Industrial de Cambé. Observa-se o efetivo processo de transferências pós 1995, com as empresas dos setores da indústria química, metalúrgica, alimentícia e têxtil. Esses dados convergem com as análises apresentadas com base nos dados do MTE/RAIS acerca dos estabelecimentos. O que comprova que esses três segmentos foram os que mais apresentaram crescimento ao longo dos 25 anos em tela.

Das empresas apresentadas, não são todas que procedem de um processo de simples transferência, como é o caso da Itap Bemis. A indústria de embalagens, Itap de Cambé, foi incorporada a Bemis em 1998, empresa de origem norte-americana, atualmente considerada a maior produtora de embalagens flexíveis da América, estando presente em 12 países (BEMIS, 2017). Essa também possui uma unidade em Londrina, resultado da aquisição da Dixie-Toga, estando em funcionamento, as duas unidades.

Quadro 1 – Unidades industriais transferidas para Cambé (1997-2013)

ANO	RAZÃO SOCIAL	FIM DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
1997	PADO S/A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA		Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
1998	ITAP BEMIS S/A	06/01/2016	Fabricação de embalagens de material plástico
1998	ROTA BROCK LTDA	27/10/1999	
1999	INQUIMA LTDA		Fabricação de adubos e fertilizantes
2000	WITTUR LTDA		Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios
2000	HYDRONORTH S/A		Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
2000	BUNGE FERTILIZANTES S/A	21/11/2013	Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais
2001	VITALFORM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	19/10/2005	
2002	IMCOPA IMPORTACAO, EXPORTACAO E INDUSTRIA DE OLEOS S/A		Montagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente
2003	COSTA RICA MALHAS E CONFECÇÕES LTDA		Fabricação de tecidos de malha
2003	BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGRIC LTDA		Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente
2005	VITALFORM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	28/01/2011	
2009	BIAGRO DO BRASIL LTDA - ME		Fabricação de adubos e fertilizantes
2013	BIODIVERSITE DO BRASIL DIST D INS COSM E FARM LTDA	19/06/2013	
2012	BRASMAX GENETICA LTDA	16/12/2013	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto
2013	MACDERMID OFFSHORE DO BRASIL INDUSTRIA DE FLUIDOS LTDA		Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
2013	YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A		Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais
2013	AMCOR FLEXIBLES BRASIL LTDA		Fabricação de embalagens de material plástico

Fonte: Cadastro Imobiliário – Cambé (2017)

Org. Cássia Marques da Rocha (2017)

A Rota Brock é consequência da parceria entre a Rota Indústria de Máquinas Agrícolas Ltda. de Cambé e a Brock, dos Estados Unidos, que originou a Rota Brock Ltda, uma fábrica de silos metálicos (FOLHA, 1998). E a Brasmax, uma das marcas estratégicas da GDM Genética do Brasil, empresa argentina de melhoramento genético de sementes de soja, trigo e milho, presente em 15 países (GDM, 2017).

As indústrias apresentadas na tabela, Pado, Hydronorth, VitalForm, Imcopa, Belagricola, Biodiversité, Costa Rica Malhas e Biagro, são de origem nacional, já a Itap Bemis, Rota Brock, Inquima, Witter, Bunge, Mac Dermid, Yara Brasil, Brasmax e Amcor Flexibles, representam as transferências de origem internacional, que instalaram apenas suas unidades de produção em Cambé. Essa amostra quantitativa permite identificar um equilíbrio entre as empresas de origem nacional e internacional no município. Vale a pena pontuar que a implantação da Hexal, que em 2004 foi adquirida pela Sandoz, não está presente no cadastro imobiliário.

É pertinente expor que, em especial as indústrias de capital internacional, abastecem não somente o mercado nacional, mas também internacional, em especial países da América do Sul que compõe o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e Europa, como é o exemplo da Bemis, Amcor, Brasmax, Inquima e Sandoz.

Entre as indústrias que apresentaram desligamento de suas atividades, a Bunge Fertilizantes foi adquirida em 2013 pela Yara Brasil, continuando a atuação no subsetor da fabricação de adubos químicos, a Biodiversité, do subsetor farmacêutico e cosmético, transferiu sua unidade para Londrina, assim como a Witter, que se transferiu em 2015. Desse modo, apenas a Biodiversité, a Witter e a Rota Brock, apresentaram o efetivo fim de suas atividades no município em tela.

Considerando que as empresas buscam se instalar onde há mão de obra especializada, uma vez que uma equipe especializada tende a resultar em redução de gastos e ampliação de lucros, nesse cenário, o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina, apresenta-se bem preparado para atender às demandas do mercado industrial, pois conta com o setor de pesquisa e ensino em destaque em Londrina, que apresenta mais de sete instituições de ensino superior, institutos de pesquisa como o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e a Embrapa Soja, além de órgãos de fomento à indústria como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Nesse quadro, Cambé dispõe de uma instituição de nível superior, outras de Educação à Distância (EaD), além de ofertar cursos técnicos e subsequentes gratuitos e particulares, o que reforça a busca pela preparação para o mercado de trabalho, em algumas

áreas específicas do conhecimento, conta com o Programa Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Empresarial, que acontece em parceria com entidades como o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Associação Comercial e Empresarial de Cambé (ACIC), Junta Comercial do Paraná (FUCEPAR), Federação Industrial e Empresarial de Cambé (FIEP), Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), entre outros órgãos de fomento à industrialização (ROCHA, 2014). E recentemente passou a contar com a Agência de Inovação Tecnológica da Universidade Estadual de Londrina (AINTEC), criada em 2008.

Por conseguinte, das 17 indústrias analisadas, apenas três se desligaram, o que deixa evidente a capacidade de atração e manutenção as empresas transferidas para Cambé. Diante do fato em discussão, corrobora-se com Santos (1977, p.6), quando afirma que

De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais.

Destarte, as atividades econômicas não se realizam de modo neutro no espaço geográfico, mas é um resultado conjunto de relações econômicas, políticas e sociais materializadas no espaço em um recorte temporal. Assim, pode-se identificar a complexidade das relações do setor industrial de Cambé na dinâmica dos novos investimentos indústrias, deixando claro sua interação no cenário da nova divisão internacional do trabalho.

4.1.2 Fatores de Atração

As novas indústrias de Cambé, assim como aquelas já existentes, mas que tiveram sua planta industrial ampliada, receberam incentivos fiscais municipais. Dessa forma, para melhor investigação do tema, realizou-se a aplicação de questionários nas empresas que se transferiram para Cambé.

Apenas quatro empresas aceitaram contribuir com a pesquisa, dando a essa um caráter qualitativo na investigação, possibilitando conhecer de modo minucioso a realidade as indústrias em especial os incentivos que fizeram que essas escolhessem Cambé para se instalarem. Participaram dessa pesquisa a Pado S.A., a Costa Rica Malhas e Confecções Ltda, a Hydronorth S.A. e a Sandoz do Brasil.

A Pado se transferiu para Cambé em 1997, sua origem é São Paulo (SP), e o subsetor de atuação é a metalúrgica. A Costa Rica Malhas e Confecções tem sua unidade nesse município desde 2003, é de Londrina (PR) e atua no segmento têxtil e vestuário. A Hydronorth também tem origem em Londrina, com data de instalação em Cambé em 1988 e 2000, quando ampliou sua planta, é do subsetor da indústria química, sendo responsável pela produção de tintas, texturas, massas e resinas. Por fim, a Sandoz do Brasil, de origem Alemã, veio para Cambé em 2004, atualmente faz parte do Grupo Novartis, com fábricas em Cambé e Butantã (SP) e escritórios em Cambé e São Paulo, seu subsetor é da indústria química e farmacêutica.

Questionadas sobre os fatores de atração que Cambé apresentou para a instalação das unidades, a Pado destacou a proximidade com os grandes centros urbanos, como São Paulo e Curitiba e o sistema viário para escoamento da produção, em especial para as Regiões Sudeste e Sul, esse fator também foi apontado pela Hydronorth, além dos incentivos e isenções fiscais, como a isenção de IPTU durante alguns anos. Esse último, também foi apresentado pela Costa Rica, também destacou a redução do valor do terreno e concessão da terraplanagem para a construção da fábrica.

A Sandoz, expôs outro agravante, pois se instalando na planta da antiga Hexal, dessa forma, a instalação da unidade foi escolhida pela antiga empresa, que tinha como tradição, construir suas fábricas em locais próximos a colônias alemãs, como é o caso de Rolândia. Além do mais, a prefeitura de Cambé foi a que ofereceu melhores condições para a implantação da indústria.

Esses apontamentos esclarecem a importância que os incentivos fiscais, econômicos e estruturais advindos do poder municipal, previstos na LEI Nº. 2.326, de 22 de dezembro de 2009, têm para a atração de indústrias, sendo assim, são determinantes para que o município se sobressaia mais do que os outros, diante da competição por novos meios de produção.

No 2º artigo dessa lei, são apresentados os incentivos: desconto até a isenção anual ou por um período máximo de dez anos, no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) caso o incremento de receita através do ICMS proporcionado pela empresa seja no mínimo o dobro do valor do IPTU, instalação de água, energia elétrica, telefone, serviços de terraplanagem (CAMBÉ, 2009). Assim, por meio de incentivos, como esses, a empresa deve cumprir com as normas estabelecidas por lei, como por exemplo, o prazo de construção e início do funcionamento da unidade industrial.

Os fatores de proximidade com grandes centros urbanos e o sistema viário para o escoamento da produção, são para a logística das empresas, o que favorece a redução do custo com transportes e possibilita a ampliação dos lucros e do mercado consumidor.

Vale a pena ressaltar, o mérito do planejamento urbano, visto que a Pado e a Hydronorth localizam-se no Parque Industrial Maracanã e a Costa Rica e a Sandoz, no Parque Industrial José Garcia Gimenes. Outros fatores como disponibilidade de matéria-prima e custo de mão de obra, não foram pontuados pelas indústrias, mas isso não anula sua relevância para o setor secundário.

A consolidação do setor industrial de Cambé ao longo da década de 1990, foi essencial para a realidade hoje assistida. Com o planejamento do espaço urbano em destinar áreas específicas para as indústrias, fez com que o município se destaque entre os outros municípios da RML.

A produção das condições gerais de produção, ao mesmo tempo em que torna determinadas regiões aptas a receberem investimentos industriais das grandes empresas, que têm a capacidade de mobilidade geográfica, abre possibilidades para o desenvolvimento e crescimento dos capitais locais/ regionais. Assim, numa ação recíproca, as indústrias também induzem à concentração de novas condições gerais de produção (BRAGUETO, 2007, p. 237).

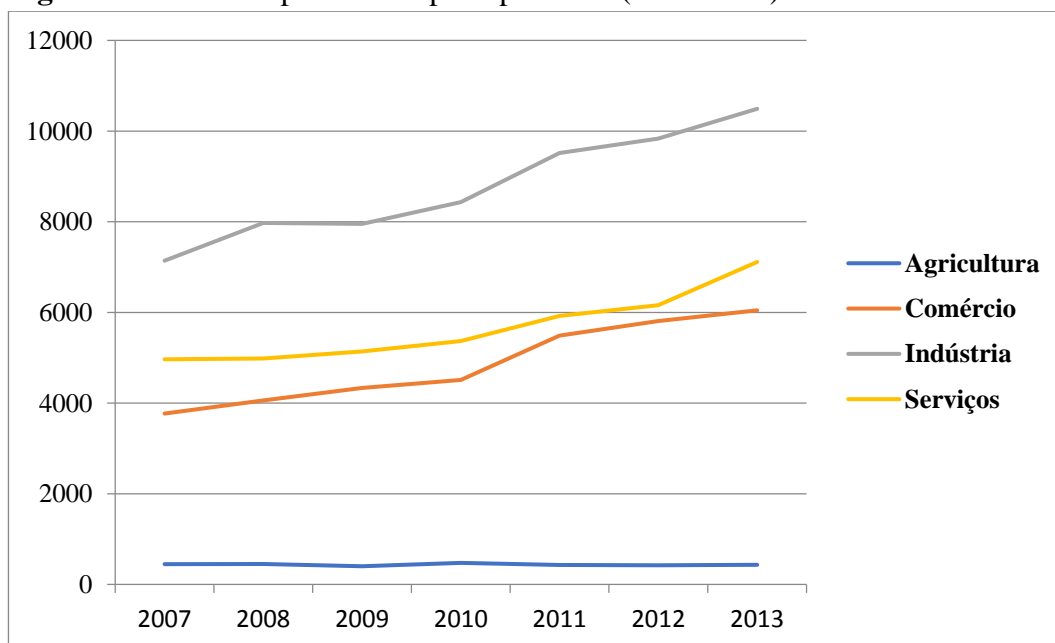
Com isso, Cambé reuniu as economias de aglomeração, entre elas, vias para escoamento da produção, boa localização geográfica, incentivos fiscais, econômicos, estruturais e mercado consumidor, possibilitando a manutenção das unidades já existentes e passando confiança para aquelas com pretensões de instalação, em especial a partir dos anos 2000.

Para compreender a dinâmica de Cambé na nova divisão territorial do trabalho, tendo como exemplo as quatro indústrias analisadas, é válido expor a origem da matéria-prima. Esses produtos são oriundos de outras regiões do Brasil, além do Chile, China, Holanda e Índia. Já o mercado consumidor, atende todo o Brasil, em especial as regiões Sul e Sudeste, e o mercado europeu e latino-americano, a exemplo da Sandoz.

O meio de transporte mais utilizado por essas empresas, é o rodoviário, sendo o aeroportuário usado apenas pela indústria farmacêutica, que é uma multinacional. Com relação à empregabilidade, a Pado emprega atualmente (2017) 1.090 funcionários, a Costa Rica 250, a Hydronorth, 209 e a Sandoz, 514 colaboradores (efetivos) e 178 terceiros. Apenas essas quatro empresas, correspondem 2.241 postos de trabalho. Três das empresas que participaram da pesquisa, afirmaram que também empregam colaboradores de Londrina e

Rolândia. Nessa perspectiva, é válido expor, que segundo dados do IBGE (2014), de pessoal ocupado por setores da economia, o setor secundário é o que mais emprega em Cambé (Figura 9).

Figura 11 – Cambé: pessoal ocupado por setor (2007-2013)



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas (2014)

Org. Cássia Marques da Rocha (2017)

Os dados apresentados exemplificam que ao longo dos sete anos em tela, Cambé teve um aumento gradual nos postos de trabalho em todos os setores econômicos, com exceção da agricultura, que apresentou algumas oscilações. Os dados do gráfico referem-se ao Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2014), por isso apresenta variação dos dados da RAIS, apresentados anteriormente. Esse mostra que o setor secundário de Cambé contava em 2007 com 7.142 postos de trabalho e em 2013 passou para 10.492, o que corresponde ao aumento de 46,91%.

Dessa forma, as informações aqui apresentadas reforçam a importância que o setor industrial tem para a geração de empregos, ou seja, a mais-valia (social) no município de Cambé, e conseqüentemente, para a economia, pois é a partir do trabalho assalariado que o trabalhador tem seu poder de compra, ampliando o consumo e movimentando a economia local.

Todas as indústrias informaram ter parcerias com Universidades ou Faculdades da região, sendo que a Hydronorth e a Sandoz oferecem estágios curriculares e não curriculares para os alunos do ensino superior. Apenas uma das empresas não oferece incentivos para a

capacitação profissional dos funcionários, as outras três ofertam cursos promovidos pela própria indústria, outros em parceria com o SENAI, ou até mesmo convênios informais que proporcionam descontos para os colaboradores. Isso evidencia a relevância da mão de obra qualificada para trabalhar nas indústrias, seja nos cargos de gestão ou de operação, visto que três empresas afirmaram ter tido dificuldades em encontrar mão de obra qualificada em Cambé.

Quando questionadas acerca da permanência da indústria no local, as quatro afirmaram manter-se localizadas no endereço atual por tempo indeterminado, sendo a Sandoz a única que pretende ampliar sua planta industrial, pois apenas 10% de sua área total é construída, tendo assim o potencial de crescimento de espaço física.

Todas elas apresentaram perspectivas futuras, a exemplo da Pado, essa pretende investir na área produtiva e automação da fábrica, a Costa Rica, busca ampliar a produção em Santa Catarina, em virtude da mão de obra qualificada, a Hydronorth deseja se consolidar entre as principais marcas de tintas do Brasil e a Sandoz, investirá 15 milhões na nova linha de embalagens e tem a perspectiva de aumentar em 25% sua capacidade produtiva em 2017. Esses apontamentos, elucidam que mesmo passando por um momento de crise econômica, as indústrias ainda se mantêm operantes e buscando estratégias de crescimento.

Por fim, sobre o crescimento das indústrias em tela, a Pado apresentou crescimento de três vezes mais em comparação ao seu tamanho inicial, e em número de postos de trabalho, pois começou com 360 funcionários e emprega hoje 1.090 funcionários. A Sandoz cresceu em número de colaboradores, assim como o número de produção e vendas.

Em entrevista para mídia, o diretor geral da Sandoz, divisão do Grupo Novartis para genéricos e biossimilares, afirmou que, “Dobramos as vendas nos últimos três anos e o investimento na plataforma industrial é uma resposta a este processo de rápido crescimento da unidade brasileira [...] Nos últimos anos, a fábrica registrou um aumento de produção de cerca de 10% ao ano” (JNC, 2017a).

As análises das entrevistas permitem, ainda que por meio de uma pequena amostragem, compreender de modo mais detalhado a realidade das indústrias, os incentivos recebidos em Cambé e o crescimento das unidades produtivas. Desse modo, as indústrias que se instalam no município receberam e recebem incentivos fiscais, econômicos e estruturais. Essas são responsáveis pela dinâmica entre o local e o global, tanto as multinacionais, quanto as empresas de capital local, que importam matéria-prima e equipamentos, e no caso das multinacionais, exportam sua produção para diversos países.

Os dados apresentados deixam evidente a relação entre as indústrias e as unidades de ensino profissionalizantes e de ensino superior, o que promove a capacitação de mão de obra, tornando o município ainda mais atrativo para receber empresas que necessitam de mão de obra especializada, seja nas indústrias de menor ou maior intensidade tecnológica.

Portanto, o crescimento industrial de Cambé está intrinsecamente relacionado com as transferências industriais que ocorreram ao longo de 1990 a 2014, o que fortaleceu a economia local e possibilitou a interação do município com outras partes do mundo, afinal a exemplo das empresas aqui analisadas, as indústrias de Cambé atendem o mercado local, regional, nacional e internacional. Essa interação amplia a dinâmica das indústrias e da economia do município, dando destaque ao setor industrial, sendo referência na captação de unidades produtivas, geração de emprego e renda.

4.2 AS PERSPECTIVAS PARA O SETOR SECUNDÁRIO DE CAMBÉ

Para o conhecimento das perspectivas futuras para o setor industrial de Cambé, realizou-se a aplicação de um questionário com o atual prefeito do município, José do Carmo Garcia. Questionado sobre os incentivos federais, estaduais e municipais para o setor industrial de Cambé, que estão em vigor, ele expôs que o mais relevante a nível estadual, é o Paraná Competitivo, criado em 2011, que é um incentivo concedido diretamente as empresas. No âmbito municipal, há, por exemplo, o financiamento para a aquisição de terrenos nos parques industriais, entre outras descritas das leis N°. 2.326, de 22 de 2009 e N°. 2398 de 2010.

Para dar suporte ao setor secundário de Cambé, há a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e atualmente, os empresários contam também com a Associação das Empresas do Polo Industrial de Cambé – AEPIC com sede na prefeitura. Essa Associação, tem como finalidade abordar temas como a união de forças para solução de problemas e o desenvolvimento da região, sendo um canal de comunicação entre os empresários e o poder público.

Nessa perspectiva, Santos (1977, p.6), chama a atenção para a reflexão de que

Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator.

Por isso, o dado político ou ideológico deve ser composto de diálogo entre os agentes produtores do espaço e o poder público. Afinal, não basta a unidade produtiva se instalar no município, é preciso que ela se mantenha no mesmo e continue gerando empregos, renda e divisas para o município e região.

Sobre a instalação de indústrias de Londrina em Cambé, o prefeito deixou claro que isso ocorre, assim como o processo inverso, o que considera um fato típico de cidades conurbadas.

Com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), no ano de 2015, Cambé teve o maior aumento de ICMS do Paraná,

A cidade com maior aumento de participação do ICMS foi Cambé, com alta de 9,47%. Com isto, os repasses chegarão a R\$ 53,91 milhões. Londrina também está entre as 14 cidades entre as 20 maiores que tiveram aumento na participação. O percentual, no entanto, é modesto: 0,33%. A receita prevista para 2015 será de R\$ 157 milhões (FELTRIN, 2015).

Questionado sobre esses números, buscando saber o que justifica esse expressivo aumento do ICMS municipal, o prefeito afirmou que algumas empresas contribuíram para esse desempenho acima da média estadual, principalmente as do setor da química fina e do agronegócio.

Essa afirmação é coerente, ao passo que, o subsetor da indústria química foi um dos que mais cresceram nos últimos 25 anos, ocupando hoje posição de destaque na indústria de Cambé, além disso, esse é um setor de indústrias de maior intensidade tecnológica, o que via de regra, apresenta maior VAF. Outrossim, Cambé comporta grandes indústrias químicas, como as dos setores de embalagens, farmacêutica e fertilizantes químicos.

Por fim, segundo o prefeito, os planos para os próximos anos, baseiam-se em apoiar as pequenas e médias empresas já instaladas no município, visando retomar o crescimento industrial e a geração de empregos, que foram afetados pela crise econômica. Essas empresas tem a capacidade de retomar a produção industrial e empregar com maior facilidade, além de resistirem em reduzir o número de colaboradores durante o período de crise.

Destarte, dada a relevância do pequeno industrial em nível nacional, regional e local, entende-se que no âmbito da economia, esse grupo volta-se para os nichos do mercado deixados pelas indústrias maiores e mais modernas ou para áreas da concorrência econômica ainda não atingidas por esses setores mais dinâmicos, atendendo encomendas de uma clientela relativamente fixa. (SAAB, 2014, p. 68)

É nítida a importância das micro e pequenas empresas¹⁰ que dinamizam a economia local, sendo essas terem um caráter familiar. Desse modo, a negligência com essa parcela do setor industrial, compromete a estrutura do setor industrial do município, pois a maioria das unidades produtivas desse, enquadra-se nessa classificação.

A maior parcela do PIB da nossa cidade vem da indústria. O polo industrial e as empresas ali instaladas são um bem preciosíssimo de Cambé. A nossa intenção é de sempre trabalharmos juntos para a valorização, o crescimento e o desenvolvimento desse setor (JNC, 2017b).

Assim, fica evidente a relevância que o setor industrial tem assumido para o município nos últimos anos, e a manutenção dessa, é uma tendência. Com os incentivos estaduais, municipais, parcerias com os industriais, valorização das pequenas e médias empresas, conseqüentemente o fomento para a instalação de novas unidades industriais, o setor secundário de Cambé, tende a superar a crise econômica de 2014 e crescer ainda mais.

A esse exemplo, em 2016 houve a ampliação da planta industrial de empresas já instaladas no município, como a WR Embalagens, que gera 80 empregos diretos, a Celofix, com 20 anos de tradição no subsetor de embalagens em Cambé, gera em média mais de 95 empregos diretos, a indústria alimentícia Vilma Alimentos, com sede em Minas Gerais ampliou seus investimentos na cidade, e a inauguração da Cervejaria Cambé, que tem o Chopp como principal produto (CAMBÉ, 2016a).

Com isso, o setor secundário de Cambé, tem como principal perspectiva, reforçar a dinâmica industrial e se manter competitivo, visto que, esse tende a se manter em crescimento, aliado a diversificação dos setores produtivos. Essa dinamização, junto com as condições gerais de produção e a parceria entre o setor público e privado, oferecem condições satisfatórias para empresas já instaladas e às que pretendem se instalar no município.

¹⁰ A classificação refere-se ao número de pessoal ocupado: micro e pequena empresa de 1 a 99 funcionários, média empresa de 100 a 499 funcionários e grande empresa acima de 500 funcionários (SAAB, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa permitiu investigar a organização do espaço urbano, a partir da atividade industrial, essa que se realiza no espaço geográfico promovendo alterações, se apropriando dos fatores de atração, como mão de obra disponível, meios de transportes, vias de escoamento para a produção, proximidade com grandes centros urbanos e os incentivos fiscais. Dessa forma, a apropriação do espaço para a materialização da dinâmica industrial, não ocorre de modo aleatório, mas engloba uma série de fatores de atração que esboçam as economias de aglomeração, em uma atmosfera de intencionalidades.

Nessa perspectiva as condições gerais de produção são essenciais para a realização da atividade industrial, visto que, essas incorporam o consumo de máquinas, matérias-primas, estradas, energia, diretamente relacionadas ao processo de produção e circulação do capital.

No século XX, a concorrência entre os lugares se acirrou, o que promoveu a chamada “Guerra Fiscal” ou então “Guerra dos Lugares”. Essa disputa em auferir meios de produção em uma determinada localidade foi o que intensificou a seletividade dos espaços e divisão territorial do trabalho. Fato que se intensificou no Brasil, principalmente, a partir da década de 1990.

Atrelado ao processo de urbanização do Brasil, a industrialização do país se intensificou após 1950, consolidando a Região Sudeste como a mais importante desse processo, em especial os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O cenário promissor da indústria brasileira, se efetivou entre os anos de 1970 a 1985, sendo marcado pela desconcentração industrial, o que dinamizou a distribuição industrial pelo país, mas manteve a concentração nessa região. Os anos que sucederam, foram marcados pela crise econômica que assolou o Brasil, em especial o setor industrial.

O ponto crucial para a pesquisa é a década de 1990, marcada pela busca por estabilidade econômica e política a nível nacional. Alcançada essa estabilidade, as medidas neoliberais que foram tomadas marcaram a entrada do capital internacional no país, passando a ter domínio sobre as antigas empresas estatais, e em foco, as indústrias. Em virtude disso, a partir de 1994, assistiu-se à retomada da desconcentração industrial, considerada, a desconcentração concentrada, pois beneficiou estados específicos do Brasil, em destaque o Paraná.

As medidas políticas assumidas nesse processo, intensificaram a desigualdade na distribuição das indústrias no Paraná, fazendo com que a Região Metropolitana de Curitiba incorporasse o maior número de unidades produtivas transferidas de outras regiões do Brasil e

do mundo, dinamizando sua produção, em especial com as indústrias de maior intensidade tecnológica, enquanto que, o restante do estado, continuasse a depender das indústrias de menor intensidade tecnológica.

O Norte Central do Paraná conseguiu obter destaque na participação industrial do estado, principalmente por seu vínculo com São Paulo, resultado da produção cafeeira. Assim, desde a década de 1970 essa região contava com o surgimento de polos industriais, como Arapongas e Apucarana. Nesse contexto histórico e econômico, nacional e estadual, Cambé que teve seu processo de industrialização iniciado nos anos de 1960, passou a auferir novas indústrias a partir de 1995, participando assim do processo de desconcentração industrial, tornando-se destino de indústrias nacionais e de capital internacional, compondo desse modo a nova dinâmica da divisão territorial e internacional do trabalho.

Com o crescimento de 334 estabelecimentos, o que representa um saldo positivo de 245,59% e 5879 novos postos de trabalho, que corresponde a 268,45%, Cambé teve um expressivo aumento no setor secundário entre os anos de 1990 a 2014. Nesse período, os setores que mais se destacaram foram o metalúrgico, química e têxtil. Esse crescimento apresenta não somente os fatores de atração que Cambé dispõe para a instalação de novas unidades produtivas, mas também, as condições necessárias para que as indústrias já instaladas se mantenham e ampliem suas plantas industriais.

Ao gerar novos empregos na cidade, promovendo a circulação de dinheiro, reforçando as atividades do setor terciário e gerando divisas para o município, a atividade industrial promove um crescimento econômico, o que faz dessa, uma atividade essencial no modo de produção capitalista. Além desses impactos na dinâmica do espaço geográfico, há a organização e planejamento do espaço urbano, pois como foi visto, na década de 1990, Cambé já apresentava áreas específicas destinadas ao setor industrial, como os Parques Industriais e o Distrito Industrial.

De 2000 a 2014, foram os anos em que mais se instalaram indústrias do setor químico em Cambé, como por exemplo, a Sandoz, Brasmax, Hidronorth, Yara, Bemis, Amcor. Sendo esse setor representado por grandes unidades de capital internacional, que contribuem para o aumento da indústria de maior intensidade tecnológica no município e maior participação da divisão internacional do trabalho.

Já os setores da metalúrgica e têxtil, são tradicionais na cidade, e também apresentam elevada empregabilidade. Esses setores, são de menor intensidade tecnológica, e na maioria das vezes, são indústrias de capital local ou regional. Como visto, os demais subsetores

industriais, não perderam expressividade, apenas foram superados pelos três segmentos apresentados.

Ao longo dos 25 anos analisados, observa-se que Cambé apresentou condições gerais de produção que justificam a intensificação de sua industrialização, como uma ampla rede viária que liga Cambé ao Sudeste, ao Centro-Oeste, a outros estados da Região Sul e aos países do Mercosul, ferrovia, porto seco, incentivos fiscais, econômicos e estruturais previstos por lei municipal, Parques e Distrito Industriais, mão de obra disponível, mercado consumidor, faculdades. E o mais importante, proximidade com Londrina, essa que demanda uma ampla rede de prestação de serviços bancários, universitário, centros de pesquisa, aeroporto. Contudo, Cambé apresenta uma localização geográfica privilegiada e estratégica, pois conta com condições para o consumo produtivo e para o processo de produção e circulação do capital, o que promove os fluxos materiais e imateriais.

Comparado os demais municípios da RML, Cambé apresentou um crescimento de 14,4% no número de estabelecimentos e 11,4%, na geração de empregos, ficando em terceiro lugar na implantação de novas indústrias e em quarto colocada na ampliação de empregos no setor industrial. Dessa forma, seu destaque é comprovado a nível regional, em especial no que compete ao Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina.

Concluiu que a desigualdade na distribuição industrial na RML ainda se mantém, visto que o, os municípios do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina, são os que apresentam destaque no setor industrial, em especial Londrina, Arapongas e Cambé e Rolândia. No caso de Londrina e Cambé, esses foram os municípios que mais receberam transferências industriais nacionais e internacionais, enquanto que os outros tiveram seu crescimento industrial vinculado a expansão das industriais neles já existentes, de capital local e regional. No entanto Londrina foi o município que apresentou a maior ampliação industrial no decorrer dos 25 anos analisados, crescendo 45,10% no número de estabelecimentos industriais e 20,4%, em empregabilidade, o que deixa em evidência o papel concentrador que esse município exerce no setor industrial.

Como visto nos dados analisados acerca da Região Metropolitana de Londrina e do cadastro imobiliário de Cambé, permite concluir que não há o início do processo de desconcentração industrial semelhante ao ocorrido nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Curitiba, pois, Londrina concentra as atividades industriais e as transferências industriais desse município para Cambé, foram pouco significativas. No entanto, a atual realidade não anula a possível existência do fato de desconcentração industrial na RML nos anos futuros.

Por conseguinte, o perfil traçado do setor secundário de Cambé apresenta os maiores números nos subsetores industriais de menor intensidade tecnológica, com o predomínio de micro, pequenas e médias empresas de capital local e regional, no entanto, o seu diferencial está em algumas unidades industriais de grande porte e de capital local ou internacional, principalmente as que resultam de transferência industrial, pois participam de modo intensivo na geração de empregos e tributos, sendo algumas dessas de maior tecnologia, as quais demandam um extenso quadro de mão de obra. Os anos analisados expressam o crescimento da indústria de Cambé, em especial com o acréscimo do número de estabelecimentos, pessoal ocupado e o Valor Adicionado Fiscal. Esse setor apresenta um futuro promissor, pois além das condições gerais de produção já estabelecidas em seu território, conta com políticas que visam a ampliação do setor industrial.

REFERÊNCIAS

- AESA, Automolas Equipamentos S.A. **Nossa história**. 2016. Disponível em: <<http://www.aesa.com.br/anos-30>>. Acesso em: 02 de set. 2016.
- ARAÚJO, Alex Macedo de. **Dinâmica do federalismo brasileiro e guerra fiscal**. 2009.153 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. 2009.
- AZZONI, C.R. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. **Estudos econômicos**, São Paulo, v.16, n. especial, p.45-67, 1986.
- BECATTINI, Giacomo. O distrito industrial Marshalliano. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994. P.19- 31.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia – mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1993. p.267
- BEMIS. **Nossa história**. 2017. Disponível em: <<http://www.bemis-latinamerica.com.br/br/NossaHistoria.aspx>>. Acesso em 10 de jul. de 2017.
- BOTELHO, Adriano. A Produção do Espaço e a Indústria. In: _____. **Do fordismo à produção flexível: o espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 19-30.
- BRADO, Logística. **Unidades e terminais**. 2016. Disponível em: <<http://www.brado.com.br/index.php?p=3>> . Acesso em: 07 de set. 07 de set. de 2016.
- BRAGUETO, C. R. ; CUNHA, F. C. A. . A divisão territorial do trabalho e o processo de industrialização da Microrregião Geográfica de Londrina. **Geografia** (Londrina), Londrina, v. 11, n.1, p. 33-45, 2002.
- BRAGUETO, Claudio Roberto. **O Aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial**. 2007. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 2007.
- _____. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. **Geografia**, Londrina, v.8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999.
- BRAGUETO, Claudio Roberto; SILVA, Luís Enrique da. Desigualdades regionais do crescimento Industrial do Estado do Paraná. **Confins**. 2016. Disponível em: <<https://confins.revues.org/10959?lang=pt>>. Acesso em 05 de set. 2016.
- CAMBÉ, Prefeitura Municipal de. **Mapas**. 2014. Disponível em:<<http://www.cambe.pr.gov.br/site/estruturamunicipal/secplanej/mapas.html>>. Acesso: 20 de dez. 2016.

_____. **Cambé se destaca como município que recebe grandes empresas e indústrias.** 07 de out. de 2016a. Disponível em: <<http://www.cambe.pr.gov.br/site/areanoticia/3330-cambe-se-destaca-como-municipio-que-recebe-grandes-empresas-e-industrias.html>>. Acesso: 20 de jun. 2017.

_____. **A história anterior ao período de colonização.** 2016b. Disponível em: <<http://www.cambe.pr.gov.br/site/cambe.html>>. Acesso em: 07 de set. de 2016.

CAMBÉ. Decreto- lei nº. 2.326, de 22 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a concessão de incentivos às atividades econômicas no município de Cambé, e dá outras providências. **Cambé Notícias**, Cambé, PR, nº 1664. 27 de dez. de 2009.

CAMBÉ. Decreto-lei nº. 2.398, de 30 de novembro de 2010. Dispõe sobre os incentivos fiscais para as empresas prestadoras de serviços no Município de Cambé e de outras providências. **Jornal Oficial do Município de Cambé**, Cambé, PR, nº 46. 30 de nov. de 2010.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e sociedade**, Campinas, n.8, p.101-141, jun. 1997.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria.** São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CORRÊA, R, L. **A rede urbana.** 2ª Ed.São Paulo: Ática, 1994.p.96.

_____. **O espaço urbano.** 3ª Ed.São Paulo: Ática, 1995.p.94.

_____.**Trajétórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DINIZ, Célio C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova economia.** Belo Horizonte. v.3.n.1.set. p.35-64. 1993.

FELTRIN, Marco. **Bonde: Cambé tem maior aumento de participação no ICMS no Paraná.** 11 de maio de 2015 . Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/economia/noticias/cambe-tem-maior-aumento-de-participacao-no-icms-no-parana-369895.html/>> Acesso em: 08 de mar. de 2017

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba.** 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 2001

_____. **Indústria e desconcentração metropolitana em Curitiba – Estado do Paraná/Brasil.** 2004. Disponível em: <observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/04.pdf>. Acesso em: 01de set. de 2016.

FISCHER, André. Transport et localisation industrielle. Transporte e localização industrial. FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. SPÓSITO, E. S. (org.) **Indústria, ordenamento do território e transportes.** A contribuição de André Fischer. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. PPGGeo, 2008. P.115-131.

FOLHA, de Londrina. **Folha economia & negócios**: fábrica de Cambé irá produzir silos. 19 de set. de 1998. Disponível em: < <http://www.folhadelondrina.com.br/economia/fabrica-de-cambe-ira-produzir-silos-98155.html>>. Acesso em 10 de jul. de 2017.

FRESCA, Tânia Maria. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: EDUEL, 2004.

_____. A Rede Urbana Norte-Paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Araongas, Apucarana e Cianorte. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. 2005, São Paulo. **Anais...USP**, São Paulo, 2005. p.5554-5574.

_____. Industrialização Recente da Rede Urbana do Norte do Paraná: cidades especializadas em produções industriais e transferência industrial. **Boletim de Geografia**, 24. p. 129-146. 2006.

_____. Rede urbana, níveis de centralidade e produção industrial: perspectivas para um debate. ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12, 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo, 2009.

FRESCA, Tânia Maria; OLIVEIRA, Edilson Luis de. Sessenta anos de Verticalização em Londrina/Pr. **Revista da Anpege**, v.11, n.16, p.85-121, jul-dez.2015.

GDM, Seeds. **Sobre nós**. 2017. Disponível em: < <http://www.gdmseeds.com/acerca-de-nosotros/?lang=pt-br>>. Acesso em 10 de jul. de 2017.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do departamento de Geografia da USP**, São Paulo, n.1, p.21-47, 1982.

GONZALES NETO, José Garcia. Cambé: **Confronto e composição política 1947/68**. Cambé, Prefeitura do Município de Cambé, 1987.

HEDLER, Ana; MARIANO JÚNIOR, Antônio. Kireeff anuncia a instalação da BRF S.A. em Londrina. **Codel**, Londrina, 31 de Outubro de 2016. Disponível em: <<http://codel.londrina.pr.gov.br/index.php/alt/240-kireeff-anuncia-a-instalacao-da-brf-s-a-em-londrina.html>>. Acesso em: 20 de mar. de 2017

HYMER, S. a internacionalização do capital. In:_____. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Graal, 1978. P.95-118.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@: Cambé- infográficos**. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=410370&search=parana|cambel|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em 10 de jul. de 2017.

_____. **Cidades@ Londrina**. 2017 Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411370>>. Acesso em 07 de abr. de 2017.

_____. **Cidades@: Cambé**. 2017. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410370>>. Acesso em 21 de jan. de 2017.

_____. **Cidades@: Cambé - censo demográfico 1970/2010**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=410370&search=parana|cambe|info%20gr%20fic%20-%20evol%20-%20populacional-e-pir%20-%20mide-et%20-%20ria>>. Acesso em: 15 de mar.de 2017.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Banco de dados do Estado**: BDEweb. 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 30 de ago. de 2016.

_____. **Dinâmica recente da indústria paranaense: estrutura e emprego**. Curitiba: IPARDES, 2007.p 84

_____. **IBGE mostra recuo do emprego industrial no Paraná e no Brasil**. 14 de jul. de 2014. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=633> . Acesso em 10 de jul. de 2017.

JNC. Jornal Nossa Cidade. **Novartis investirá R\$ 54 milhões na fábrica de Cambé com nova linha de produção**. 27 de fevereiro de 2017a.Disponível em: <<http://cambejnc.com.br/novartis-investira-r-54-milhoes-na-fabrica-de-cambe-com-nova-linha-de-producao/>> acesso em: 02 de mar. de 2017

_____. **Prefeitura e AEPIC propõem parceria na solução de problemas no polo industrial**. 25 de fevereiro de 2017b. Disponível em: < <http://cambejnc.com.br/prefeitura-e-aepic-propoe-parceria-na-solucao-de-problemas-no-polo-industrial/>> acesso em: 02 de mar. de 2017

LENCIONI, Sandra. Cisão territorial da Indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, M.F; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C.F. (org.). **Regiões e cidade, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Ed. UNESP; ANPUR, 2003.p. 465-476.

_____. Condições Gerais de Produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. In: IX Coloquio Internacional de Geocrítica: Los Problemas Del Mundo Actual Soluciones y Alternativas Desde La Geografía y Las Ciencias Sociales. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre. 2007

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **Região metropolitana de Londrina**. 2017. Disponível em:<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=132%3Aregiao-metropolitana-de-londrina&catid=5%3Aa-cidade&Itemid=4>. Acesso em 07 de abr. de 2017

LONDRINA, Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Tecnologia. **Boletim Econômico de Londrina**. 2013. p.25. Disponível em:<http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_planejamento/boletim_economico/boletim_economico_completo.pdf> Acesso em: 11 de mar. de 2017

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba, 2003.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. O processo de industrialização no Paraná e suas perspectivas. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v.10, n.4, p.5-8, abril 1988.

LUEDEMANN, Marta da Silveira. **Transformações na indústria automobilística mundial: o caso do complexo automotivo no Brasil - 1990-2002**. 2003. 335fls. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP/GEO – Programa de Pós-Graduação, 2003.

MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria Paranaense: Formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Geografar**, Curitiba, v.1, n.1, p. 62-80, jul./dez. 2006.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R (Orgs.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004. p.123-152.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Bases estatísticas RAIS e CAGED**. 2016. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 30 de ago. de 2016.

_____. **Bases estatísticas RAIS e CAGED**. 2017. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 15 de mar. de 2017.

MUMFORD, Lewis. Santuário, aldeia e fortaleza. In: _____. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. 1994. 279 fls. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia Concentração. (Tese de Doutorado). Campinas- São Paulo. 1994.

NOGUEIRA, Rosângela. **Geografia em múltiplas escalas do local ao global: o município de Cambé**. 2008. 65fls Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2008.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/geosp/article/viewFile/102776/105612>>. Acesso em: 20 de abr. de 2017

PARANÁ, Secretaria do Desenvolvimento Urbano. **Coordenação da região metropolitana de Curitiba: histórico constitucional**. 2016. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=28>> Acesso em: 16 de maio de 2016.

ROCHA, Cássia Marques da. **A dinâmica da indústria em Cambé, de 1990 a 2010**. 2014. 37 p. Relatório de conclusão de pesquisa de Iniciação Científica (Geografia Industrial). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014. (Inédito).

SAAB, Thiago Bueno. **As micro e pequenas empresas e a dinâmica industrial londrinense (1992-2011)**. 2014. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2014

SALVATICO, Tatiane. Investimentos em Londrina. **Jornal de Londrina**, Londrina, jul. 2014. Disponível em:< <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/multinacional-alema-anuncia-sede-e-investimentos-em-londrina-eb1gbzefszjol1xouvoj15h72>>. Acesso em 20 de abr. de 2017.

SANTANA, Moisés. **A Indústria de uma Cidade de Pequeno Porte: O Exemplo de Cambé**. 1985. 120fls. Monografia (Bacharel em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. 5ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos teórico e metodológico da geografia. 6ª ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2014.

_____. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. **Antipode**, nº 1, vol. 9, jan./fev. de 1977. P. 16

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2014

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. 8.ed. São Paulo: Moderna, 1987. p.86.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, M. G.,B. Industrialização e urbanização. In: _____. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo. Contexto, 1988.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense: 1985-1998**. 2001. 185f. Tese (Doutorado em Ciências econômicas). Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas. 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO NAS INDÚSTRIAS



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CÁSSIA MARQUES DA ROCHA

Professora de Geografia, discente do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina- UEL
caah_marques@hotmail.com

DEPTO. DE GEOCIÊNCIAS. Pesquisa de Mestrado: “As transferências de unidades produtivas e a intensificação da industrialização de Cambé”

• DADOS GERAIS DA INDÚSTRIA

Nome do entrevistado:

Cargo:

- 1) Nome da indústria:
- 2) Site institucional da empresa:

• HISTÓRICO DA EMPRESA

- 3) Data de fundação:
- 4) Origem da empresa (outro município da Região Metropolitana de Londrina, outras regiões do Paraná, Estado, país).
- 5) Data de instalação em Cambé:
- 6) Há outras unidades da indústria em outras cidades brasileiras, estados ou países? Quais?
- 7) Algum ou alguns desses fatores foram decisivos para a instalação da unidade produtiva em Cambé?
 - () Matéria-prima.
 - () Proximidade a grandes centros. *Quais:
 - () Sistema viário para escoamento da produção.*Para onde?
 - () Custo de mão de obra.
 - () Incentivos/ isenções fiscais. *Quais:
 Outros fatores:

• CARACTERÍSTICAS:

- 8) Qual o subsetor industrial?

- 9) O que produz?
- 10) Qual a quantidade de produção anual (ou semestral, ou mensal, ou diário)?
- 11) Qual matéria-prima é utilizada na produção?
- 12) Qual a origem da matéria-prima (cidade, estado ou país)?
- 13) Quais os principais mercados consumidores?
 Cambé
 Londrina
 Outros municípios do Paraná. *Quais:
 Outros estados do Brasil *Quais:
 Países do Mercosul
 Outros países. *Quais:
- 14) Qual tipo de transporte é utilizado para o escoamento da produção:
 Ferroviário
 Rodoviário
 Aeroportuário
Outros:
- 15) Número de funcionários:
- 16) Toda mão de obra é local?
 Sim Não
De onde vem:
- 17) Disponibiliza transporte de fretamento para os funcionários?
 Sim Não
- 18) Qual a faixa salarial dos funcionários?
 1-2 salários mínimos
 2-5 salários mínimos
 5-8 salários mínimos
 Acima de 8 salários mínimos
- 19) Foi difícil encontrar mão de obra qualificada na cidade e região?
- 20) Tem parceria com outra empresa para a terceirização da produção? Qual?
- 21) Tem convênio com Universidades ou Faculdades? Se sim, quais?
- 22) Oferece estágios curriculares e não curriculares em parceria com Universidades e Faculdades? Se sim, para que cursos?

23) Número de estagiários:

24) Qual o nível de escolaridade de seus funcionários?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior

25) A indústria oferece incentivos para a capacitação profissional dos funcionários?

- Sim Não

Se sim, quais?

- Cursos promovidos pela própria indústria
- Cursos promovidos pelo SENAI
- Cursos promovidos pelo Governo Federal
- Cursos promovidos pelo Governo Estadual
- Cursos promovidos pelo Governo Municipal

Outros:

26) A localização atual da indústria atende as necessidades da mesma?

- Sim Não

Se não, por quê?

27) Está vinculada com outra indústria próxima?

- Sim Não

Se Sim, Qual?

28) A indústria pretende manter-se instalada no mesmo local?

- Sim Não

Se sim, por quanto tempo:

Se não, aonde irá se instalar?

29) Pretende ampliar sua planta industrial?

- Sim Não

30) Quais são as perspectivas futuras da empresa (investimentos, ampliação da produção)?

31) Se possível dê exemplos da evolução da empresa com os dados de produção ou número de colaboradores, valor de ICMS, entre outros.

ANEXOS

ANEXO A

UNIDADES INDUSTRIAIS TRANSFERIDAS PARA CAMBÉ, EM FUNCIONAMENTO (1990-2014)

UNI.	ANO DE INSTALAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADES
1	1990	IRMAOS VICENTE LTDA	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores
2		METALURGICA TROVO LTDA - ME	Fabricação de esquadrias de metal
3		VALVER COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4		ARTLAJES IND E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
5		DABOA PRODUTOS QUIMICOS LTDA - ME	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
6		ISRAEL MAMPRIM & CIA LTDA	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
7	1991	GRANOSUL AGROINDUSTRIAL LTDA	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho
8		D & J INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
9		AESA AUTOMOLAS EQUIPAMENTOS LTDA	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores
10		FANES IND. E COM. DE CONFECÇOES LTDA	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
11		INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS CAMAN LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
12		RABISCO ATELIE DE PINTURA ARTESANAL LTDA	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
13	1992	M L FAZAN IND E COM DE ETIQUETAS METALICAS LTDA	Não informado
14		NATALINO NOGUEIRA SERRALHERIA	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
15		MITOTEL-MECANICA INDUSTRIAL TORNO TEC.LT	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
16	1993	D KOURO CINTOS E ARTEF. DE COURO LTDA	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente
17		W & R INDUSTRIA E COM DE CONFECÇOES IMP E EXP LTDA - EPP	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
18	1994	METALURGICA ACORES LTDA - ME	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação

19		FINI & SANTOS LTDA	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
20		ADILSON CESAR SZLACHTA	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
21		ROTA INDUSTRIA LTDA	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias
22		MAKENZE CONFECÇOES LTDA - ME	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
23		PATROCINIO & BATISTA LTDA	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus
24	1995	ARBOLEYA IND. E COM. DE PRODUTOS AGROPECUARIO LTDA - ME	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
25		KLM BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA - ME	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
26		INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES NAKARI LTDA	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
27		L F SORVETES LTDA - ME	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
28		A S F IND.E COM.DE CONFECÇOES LTDA	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
29		COMERCIO DE MOVEIS SCHELLER LTDA	Comércio varejista de móveis
30		MONTENOVA MONTAGENS INDUSTRIAIS S/C LTDA	Montagem de estruturas metálicas
31		ALVES COSTA E ORTEGA LTDA	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
32	1996	MICROTUBOS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP	Fabricação de móveis com predominância de metal
33		DESSIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LT	Fabricação de móveis com predominância de madeira
34		NAFTA-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA-ME	Fabricação de embalagens de material plástico
35		BELLA VESTI INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
36		INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS MUNNAH LTDA	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
37		EDILSON CLAUDIO ALIANO	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
38		V R MAXIMIANO PLASTICOS - ME	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico

39		INDUSTRIA E COMERCIO DE FRIOS E LATIC CATARATAS LTDA	Comércio atacadista de leite e laticínios
40		LEPERRI IND. E COMERCIO DE ARTEFATOS DE COURO LTDA	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente
41		HELMANS ELETRONICA LTDA	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
42	1997	NUTRIALI ALIMENTOS LTDA	Fabricação de massas alimentícias
43		SORVETERIA BRANDAO & FILHO LTDA	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
44		BELLY LUSTRE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação
45		MADICK S ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
46		M D SILVA MASSAS	Fabricação de produtos de panificação industrial
47		MACEDO & FERREIRA LTDA	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
48		JOVEMOL INDUSTRIA DE CARROCERIAS METALICAS LTDA - EPP	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente
49		MORAES PONTES COMERCIO DE ROUPAS LTDA	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
50		ADECLAU IND.E COMERCIO DE ART. DE COURO LTDA	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material
51		MUNDIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - EPP	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios
52		I P GIROLDO PAPELARIA	Comércio varejista de artigos de papelaria
53		ALMEIDA & SARAIVA LTDA	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas
54		PADO S/A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
55		JURACI FRANCO DE SOUSA	Fabricação de móveis com predominância de madeira
56	1998	SILVA & LEONEL S/C LTDA	Obras de alvenaria
57		INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS MUNNAH LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
58		ALUMINIOS TRES IRMAOS LTDA	Fabricação de móveis com predominância de madeira
59		D JUNCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	Fabricação de móveis com predominância de metal

60		BELGA IND.E COM.DE PRODUTOS ALIMENT.LTDA	Fabricação de produtos de carne
61		GILSON RIBEIRO FERREIRA	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
62		MATRIZACO IND.E COM.DE MATRIZES LTDA	Incorporação de empreendimentos imobiliários
63		R M REPRESENTACOES COMERCIAIS S/C LTDA	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado
64		BANCOUROS REVESTIMENTOS EM COURO LTDA - ME	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores
65		VENEZA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
66		CLARICE DE SANTA RIBEIRO CAMBE	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
67		NEIDE BARBOSA GOMES POLPA DE FRUTAS	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
68		NUTRI-STAR IND.E COM.DE PROD.AGROP.LTDA	Fabricação de alimentos para animais
69		PEDRO VAZ DA SILVA	Fabricação de móveis com predominância de madeira
70		G T ESSENCIAS PARA SORVETES LTDA	Fabricação de massas alimentícias
71	1999	AGUA VIDA PISCINAS INDUSTRIA E COM. LTDA	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
72		JOHNEN & CIA LTDA	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
73		CHINAGLIA, CHINAGLIA & CIA LTDA	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
74		CHOIZA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	Fabricação de móveis com predominância de madeira
75		MAXMILA INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA	Fabricação de móveis com predominância de metal
76		S&G - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
77		CONSTRUCERTO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
78		INQUIMA LTDA	Fabricação de adubos e fertilizantes
79		M G L MECANICA DE PRECISAO EIRELI	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente
80		PIZARRO & MENDES LTDA	Fabricação de móveis com predominância de madeira

81		NEUSA FERRACIOLI MARTINS	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material
82		HYDRONORTH S/A	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
83	2000	ACORDIO PRODUTOS PARA ACOUGUE LTDA	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios
84		ROCHA & BIDOIA LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
85		WITTUR LTDA	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios
86		VALDECIR GONGORA MOVEIS - ME	Reparação de artigos do mobiliário
87		HYDRONORTH S/A	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
88		E MOSCARDINI PIZZARIA	Cantinas - serviços de alimentação privativos
89		RAMANY IND. E COM. DE CONFECÇOES LTDA	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico
90		XAVANTES ALUMINIOS LTDA	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal
91		TEREZINHA ALEXANDRINO DOS SANTOS PNEUS	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
92		GWR INDUSTRIA E COMERCIO DE ETIQ.METAL.E ADES.LTDA - EPP	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
93		PAIAO & CIA LTDA	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
94		M J S ARRUDA METALURGICA	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente
95		RED LUMINIX LUMINOSOS E TOLDOS LTDA	Fabricação de esquadrias de metal
96		CAMBEFRIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Frigorífico - abate de bovinos
97	2001	PERFIL 2001 IND E COM DE PLASTICOS LTDA	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais
98		DALI PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	Agências de publicidade
99		LEONILDA MAZEI VIUDES	Fabricação de massas alimentícias
100		JOSE CARLOS CIBINELLO CONFECÇOES	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
101		MADEIREIRA CHAVANTES LTDA - ME	Comércio varejista de madeira e artefatos
102		METALURGICA SIME LTDA	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente

103		C & B COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	Comercio varejista de artigos de armarinho
104		CLAUDIA MESSIAS GALVAO CONFECÇOES	Confecção de roupas íntimas
105		SANTA RITA MONTAGENS S/C LTDA	Montagem de estruturas metálicas
106		LEOGUITAL CONFECÇOES LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
107		GSA METALURGICA E FERRAMENTARIA LTDA	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
108		NELSON FRANCISCO DEL CARMIS GARCIA	Fabricação de produtos de carne
109		BRUVAL COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
110		OSWALDO CEZAR CHIARELLI	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
111		SIZUO FUKUDA	Produção de ovos
112		FERNANDES IND. E COM. DE REBOQUES LTDA - ME	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus
113		LUZ & ALMEIDA LTDA	Carga e descarga
114		GUILLEMO HORACIO ALBERTONI - ME	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
115		ELAINE R DA SILVA PIMENTEL CAMBE	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão
116		CAFE TOLOMEU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel
117		ZILDA JARIA	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos
118		R J DE SOUZA METALURGICA	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente
119		2ª IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL O BRASIL PARA CRISTO	Atividades de organizações religiosas ou filosóficas
120	2002	VIA UNICA IND E COM DE CONFECÇOES LTDA	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
121		IMCOPA IMPORTACAO, EXPORTACAO E INDUSTRIA DE OLEOS S/A	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente
122		OLIVEIRA & BELTRANE LTDA	Fabricação de esquadrias de metal
123		NEVES, AGONILHA & CIA LTDA	Confecção de roupas íntimas
124		VICENTE & FONZAR LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
125		FACHINETTI COMERCIO DE CONFECÇOES	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

		LTDA - ME	
126		RITA DE CACIA DA SILVA CAMBE	Fabricação de móveis com predominância de madeira
127		AEP INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	Fabricação de móveis com predominância de madeira
128		ROLDPLAST IND.E COM.DE ACES.PLASTICOS LT	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
129		ALEXANDRE RIBEIRO DOS SANTOS POLIMENTO	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
130		PAULO AUGUSTO DA SILVA & CIA LTDA - ME	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente
131		MAURO PEREIRA DOS REIS	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas
132		LIGNE NATUREL COSMETICOS E PERFUMES LTDA	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
133		ALZIRA MASIERO	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
134		FREE LINGERIE LTDA	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
135		INAQUA IND E COM DE PRODUTOS P/ PISCINAS LTDA	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação
136		INCOLUX IND. E COM. DE LUMINARIAS LTDA	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação
137		M E P INOCENTE JARDINAGEM	Comércio varejista de plantas e flores naturais
138		ASSOCIACAO CORAL ESPIRITA HUGO GONCALVES DE CAMBE	Produção musical
139		ILDEU FIGUEIREDO CORDEIRO	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas
140		HYDRONORTH S/A	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal
141	2003	CALDERARIA CHAVEPINO IMPERATRIZ LTDA	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
142		RJ VASCONCELOS & VASCONCELOS LTDA	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
143		RLZ INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
144		M A GOES EMBALAGENS - EPP	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado
145		D VIME MOVEIS ARTESANAIS LTDA	Fabricação de móveis com predominância de metal

146		COSTA RICA MALHAS E CONFECÇOES LTDA	Fabricação de tecidos de malha
147		MCRJ CARGA E DESCARGA LTDA	Carga e descarga
148		PHD EMBALAGENS E TRANSPORTES LTDA	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
149		CONCRETOL COMERCIO DE CONCRETO LTDA	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
150		CIPART IND.E COM.DE ARTEF.DE CIMENTO LTD	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
151		BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGRIC LTDA	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente
152		AGUA MINERAL ALETEIA LTDA	Fabricação de águas envasadas
153		RUFFO CONFECÇOES LTDA -EPP	Confecção de roupas íntimas
154		NATURE DO BRASIL - DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA - ME	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
155		INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE MOLDADOS NORTE DO PARANA LTDA	Comércio atacadista de materiais de construção em geral
156		FABRICA DE VELAS NOSSA SRA.APARECIDA LTD	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
157	2004	STUDIO TEGHE FOTOGRAFIA E DESIGN LTDA	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
158		JOSE GARCIA ZABINI - ME	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
159		C A PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico
160		REPUBLICA TEEN CONFECÇOES LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
161		GUIMARAES & GUIMARAES TRANSPORTADORA LTD	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
162		VALDEMIR A NEVES EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente
163		SIMOES & SILVA IND E COM DE CONFECÇOES LTDA	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
164		ANAMI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME	Fabricação de móveis com predominância de metal

165		VALTER LUIS COSTA & CIA LTDA	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
166		GOD S LIFE IND. E COM. DE BOLSAS LTDA	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico
167		TAC INDUSTRIA E COM. DE MAQUINAS LTDA	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios
168		AG MONTAGENS INDUSTRIAL LTDA	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
169		INDUSTRIA E COMERCIO DE TOLDOS CAMBE LTDA	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos
170	2005	FAZAN & CIA LTDA	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos
171		TOZONI & SAMBUGARI LTDA-ME	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
172		FRANCISCO JOSE PADIAL & CIA LTDA	Fabricação de estruturas metálicas
173		F G ALENCAR & CIA LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
174		JF INDUSTRIA DE CILINDROS PARA EMBALAGENS LTDA - EPP	Serviços de pré-impressão
175		SEVEMLOOK CONFECÇOES LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
176	2006	AGRO INDUSTRIAL HIKARI LTDA	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
177		F O SOUZA CONFECÇOES	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
178		BRASWEY S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
179		IND E COM DE GEN ALIMENT E EMPACOT JUCIL LTDA	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
180		J L PISSINATI	Fabricação de embalagens de material plástico
181		MOURA & PERES LTDA	Fabricação de móveis com predominância de madeira
182		SAMUEL JUNIOR FERREIRA - ME	Fabricação de estruturas metálicas
183	2007	EDINEUSA MEDEIROS FIXINA KUTLAK - CONFECÇOES - ME	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
184		PALETEC LTDA - ME	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira

185		BOTELHO & MANDUCA LTDA	Fabricação de estruturas metálicas
186		AMEI AMERICA METALURGICA E EQUIP. INDUSTRIAIS LTDA	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal
187		BARRICAS PARANA INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA - EPP	Fabricação de embalagens de material plástico
188		AJT INDUSTRIAL LTDA	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal
189		VISIOL INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA	Fabricação de produtos de panificação industrial
190		PATROCINIO DE JESUS GIRALDINO	Fabricação de alimentos e pratos prontos
191		COPETROL INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - EPP	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
192		FLAVIO FONTANA	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos
193		MARCO AURELIO COGO & CIA LTDA	Fabricação de embalagens de material plástico
194	2008	GERMANY INDUSTRIA E COM DE MAQ PARA SORVERTES LTDA - EPP	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios
195		M A G OLIVEIRA & CIA LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de metal
196		M I TONELI ACESSORIOS PARA MOTOS - ME	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
197		A C NOGUEIRA IND. E COM. DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
198		CARA METADE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
199		A M R SANTOS	Fabricação de móveis com predominância de metal
200		COMERCIO DE CONFECCOES JOHNEN LTDA - ME	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
201		I S MAMEDE CONFECCOES	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
202	2009	TATIANE APARECIDA FERNANDES	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
203		CROWNER DO BRASIL LTDA - ME	Fabricação de ferramentas
204		F P COMERCIO DE DOCES LTDA	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
205		TEMPERBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS LTDA	Fabricação de vidro plano e de segurança
206		CORPO E PIMENTA INDUSTRIA E COMERCIO	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas

		DE CONFECÇOES	sob medida
207		LONFIBRAS AGRO INDUSTRIAL LTDA	Cultivo de soja
208		VALERIA C CARRERO ALVES MAQUINAS INDUSTRIAIS	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta
209		S F MORAIS & MORAIS LTDA	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
210		SEVENTY ONE CONFECÇOES LTDA	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção
211		REFRIKO INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	Fabricação de refrigerantes
212		ARTES & FIBRAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA	Comércio varejista de móveis
213		IZUHARA & SANTANA LTDA	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
214		BIAGRO DO BRASIL LTDA - ME	Fabricação de adubos e fertilizantes
215		E S FLUMIGNAN IND.E COM.DE PRODUTOS LAMINADOS	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
216		DIGIPLACAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ETIQUETAS METALICAS LTDA	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
217		HOSPI BIO IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES EIRELI - EPP	Fabricação de móveis com predominância de metal
218		AST IND E COM DE ARTEFATOS DE BORRACHAS EIRELI - ME	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente
219		E.G.Z. TECNOLOGIA EM FERRAMENTAS LTDA - ME	Fabricação de ferramentas
220	2010	IPERBRAS - IND E COM DE ALUMINIOS - EIRELI - EPP	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
221		W RODRIGUES EMBALAGENS LTDA - EPP	Fabricação de embalagens de material plástico
222		NIDERA SEMENTES LTDA	Comércio atacadista de soja
223		SILOS-ROMA INDUSTRIA E COM DE EQUIP AGRICOLAS LTDA	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
224		FORMA INDUSTRIA E COM DE FIBRAS SINTETICAS LTDA	Fiação de fibras artificiais e sintéticas
225		TENDENCIA MOVEIS PLANEJADOS LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira

226		A S DOS SANTOS FEITOSA INDUSTRIA E COM DE MADEIRAS	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
227		NOVAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	Fabricação de embalagens de material plástico
228		WALLE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores
229		BM CALHAS LTDA - ME	Produção de artefatos estampados de metal
230		VANUSA DE OLIVEIRA IND. E COM. DE MOVEIS DE ALUMINIO - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
231		LONDRES COLOR INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas
232		MIRAFORM INDUSTRIA E COMERCIO DE DESCARTAVEIS LTDA	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
233		MEGA-X ALUMINIOS LTDA	Produção de laminados de alumínio
234	2011	CONSTRUPAVER - ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA - ME	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
235		LUIZ CARLOS FERREIRA DE SOUZA EIRELI - ME	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
236		ART DESIGN MOBILIA LTDA ME	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
237		R BARROS DA CRUZ PERFIS DE ALUMINIO	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
238		ERUUS FRAGRANCIAS LTDA - ME	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
239		WILANA EMBALAGENS LTDA - ME	Fabricação de embalagens de material plástico
240		ICTUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
241		AGUINALDO ALVES DE SOUZA - ME	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
242		CONCREBEL IND E COM DE ARTEF DE CONCRETO LTDA - ME	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
243		INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTOFADOS MASSA LTDA	Fabricação de móveis com predominância de madeira
244		E F CARVALHO & A L NEVES LTDA	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados
245		J DOS SANTOS DIAS PALETES DE MADEIRA - ME	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
246		MG MOVEIS PLANEJADOS EIRELI - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira

247		J T B DE CARVALHO MOVEIS VIME ME	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
248		CASA NA ARVORE INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente
249		A R SALVIATTO - ME	Fabricação de móveis com predominância de metal
250		MPR INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
251		FORTLAJES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
252		GS EMBALAGENS LTDA - ME	Fabricação de embalagens de material plástico
253	2012	FORTPLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PVC LTDA - EPP	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios"
254		DECORE PE PARA MOVEIS EIRELI - ME	Fabricação de móveis com predominância de metal
255		MONFEPAR COMERCIO E MONTAGEM DE FERRAGENS PARANA LTDA - ME	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
256		PRODUNOX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	Comércio varejista de ferragens e ferramentas
257		ELIZABETH DE OLIVEIRA CONSTANCIO - MEI	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
258		CANDIDO & BASSO LTDA - ME	Fabricação de artigos de vidro
259		PLANUS MOVEIS PLANEJADOS LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
260		MANOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA 27702448920	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
261		EMERSON LUCAS SARRI - ME	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
262		MARACAJU COMÉRCIO DE CARNES LTDA	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
263		W J VERNILLO DESCARTAVEIS - ME	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
264		MONTEIRO ALIMENTOS EIRELI - ME	Fabricação de produtos de carne
265		MARCIO ROGERIO FURUMIZO 02331212937	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
266		INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente
267	2013	HIDROCONFORT INDUSTRIA E COMERCIO DE AQUECEDORES LTDA - ME	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios

268		HIDROCONFORT INDUSTRIA LTDA - ME	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios
269		DAYANE MARIA DA SILVA DE LIMA - MEI	Impressão de material para outros usos
270		NORFRIG INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Fabricação de produtos de carne
271		M S SOUZA OLIVEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS - ME	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
272		MACDERMID OFFSHORE DO BRASIL INDUSTRIA DE FLUIDOS LTDA	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
273		GRAFILON INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas
274		V S CASTRO NUTRICAÇÃO ANIMAL - ME	Fabricação de alimentos para animais
275		TORMENA MOVELARIA LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
276		J P DA SILVA CAMBE - ME	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente
277		MILTON C MEDEIROS MOVELARIA - ME	Comércio varejista de móveis
278		INJETA SERVICOS E TERCEIRIZACOES LTDA - ME	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico
279		NINAPLAST - IND E COM DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA - ME	Fabricação de embalagens de material plástico
280		SMER IND E MONTAGENS DE EQUIP RODOV E PAVIMENTACAO LTDA EPP	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões
281		H VILHARQUIDE LUMINOSOS - EPP	Fabricação de painéis e letreiros luminosos
282		PAULO RICARDO R L KUWADA MOVEIS - ME	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
283		P H SANTOS FABRICACAO E MONTAGENS DE STANDS - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
284		MOVEIS NOBRE MOVEIS EM ALUMINIO LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de metal
285		GALINDO & FERNANDES LTDA - ME	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material
286		LONDRIBIO BIOTECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	Fabricação de medicamentos para uso veterinário
287		MOVEIS LONDON LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira

288		WICKBOLD & NOSSO PAO INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LTDA	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares
289	2014	ARAMADOS CAMBE LTDA - ME	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados
290		PAJU COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME	Fabricação de embalagens de material plástico
291		CHIARELLA INDUSTRIA & COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira
292		CAPELLARI VELOCIMETROS E TACOGRAFOS LTDA - ME	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
293		LUIS ENRIQUE FREGONEZE - ME	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão

Fonte: Cadastro Imobiliário – Cambé (2017)

Org. Cássia Marques da Rocha (2017)

ANEXO B

LEI Nº. 2.326, de 22 de dezembro de 2009.

**Prefeitura Municipal de Cambé**

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

(Fls. 2 da Lei Nº. 2.326/2009)

LEI Nº. 2.326, de 22 de dezembro de 2009.

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de incentivos às atividades econômicas no município de Cambé, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE,

LEI:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal poderá conceder incentivos fiscais, econômicos e estruturais às empresas de quaisquer porte e atividades econômicas que estabeleçam suas atividades no município de Cambé, bem como às empresas já existentes que ampliem a sua capacidade de produção.

Parágrafo 1º Os incentivos serão quantificados e concedidos, mediante avaliação dos projetos dos empreendimentos, principalmente no que se referem às metas projetadas para serem atingidas, notadamente, quanto ao retorno sócio-econômico e o financeiro medidos através do incremento das receitas de ICMS ou do ISSQN.

Parágrafo 2º Considera-se ICMS incremental, o valor da arrecadação de ICMS proporcionado pelo funcionamento da empresa, apurado na sua representatividade no critério Valor Adicionado, que é utilizado na formação do índice de participação do município no ICMS.

Parágrafo 3º Considera-se ISSQN incremental, a arrecadação proporcionada aplicando-se a alíquota devida do tributo sobre a base de cálculo da empresa.

Art. 2º Os incentivos de que trata a presente Lei, constituir-se-ão de:

I - anualmente e por um período máximo de 10 (dez) anos, o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), poderá sofrer desconto até a isenção, caso o incremento de receita através do ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços), ou do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), proporcionado pelo empreendimento, seja pelo menos o dobro do valor do IPTU do exercício considerado;



Prefeitura Municipal de Cambé

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

(Fls. 1 da Lei Nº. 2.326/2009)

I - mediante licitação nos termos da alienação de imóvel público como incentivo ao desenvolvimento econômico do município, que poderá ter desconto de até 90% (noventa por cento) e condições de pagamento em até 12 (doze) parcelas;

II - instalação de água, energia elétrica, iluminação pública, telefone e acesso;

IV - movimentação de terra e serviços de terraplenagem;

V - ressarcimento de aluguel pago a terceiro por período não superior a 12 meses, desde que o incremento de receita proporcionado pela empresa seja no mínimo o dobro do valor do aluguel considerado.

Parágrafo 1º Aplica-se ao processo licitatório, as disposições expressas na Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo 2º Quando as empresas, por qualquer motivo, não proporcionarem o retorno compromissado com o Município nos campos social, econômico e financeiro, o Executivo Municipal, deverá:

I - exigir o ressarcimento do montante corrigido das despesas com os serviços executados de que tratam os incentivos previstos nos incisos IV, V e VI, do artigo 2º;

II - realizar a revisão e/ou exigir a devolução dos incentivos financeiros de que trata o inciso II e III, do artigo 2º;

III - a reversão do imóvel para domínio público no caso de não concretização da finalidade projetada para o empreendimento.

Parágrafo 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, manterá um serviço de acompanhamento do desempenho de todas as empresas beneficiadas por incentivos do município, visando garantir o cumprimento das metas projetadas e o consequente retorno de receita almejado.

Art. 3º O Executivo Municipal elaborará para todos os casos, Compromisso por Escritura Pública com todas as cláusulas disciplinadoras da transação, constando, dependendo do caso, os seguintes requisitos:

I - o prazo de início de obras, nunca superior a 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura do instrumento, com direito a prorrogar por um igual período;

II - a descrição dos incentivos a serem realizados pelo Município;

III - descrição do imóvel e a sua vinculação à finalidade proposta inicialmente;

IV - anteprojeto de arquitetura das edificações a serem construídas;

V - número de empregos gerados em cada fase do empreendimento, com suas quantificações;

VI - prazo de 02 (dois) anos para término do empreendimento e início do funcionamento da empresa

VII - o preço e as formas de pagamento;

VIII - demais direitos e obrigações que houver sem prejuízo para o ente público;



Prefeitura Municipal de Cambé

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

(Fls. 3 da Lei Nº. 2.326/2009)

IX - o não cumprimento das condições estabelecidas na Escritura Pública, implicará em cláusula de revisão dos incentivos concedidos, ou reversão pura e simples do imóvel, constando ser independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial, bem como, de pagamento ou indenização, na hipótese de inadimplemento dos encargos, sendo que, neste caso, o imóvel se reincorporará ao patrimônio do Município de Cambé.

Art. 4º A escritura definitiva do imóvel somente será outorgada obedecendo aos seguintes critérios:

I - efetivo funcionamento do empreendimento pelo prazo mínimo de 7 (sete) anos, a contar da data do início das atividades do empreendimento, e desde que estejam cumpridas as metas sociais, econômicas e financeiras pactuadas;

II - apresentação da relação de empregados, gerada pelo CAGED/MT, referente aos 12 (doze) meses anteriores ao pedido de liberação do imóvel;

III - averbação do "Habite-se" das construções existentes no(s) bem(s) junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambé;

IV - Confirmação por fotocópias autenticadas da quitação do valor atribuído ao empresário no ato da concessão do incentivo;

V - Quitação de eventual diferença residual entre o valor do imóvel no ato da sua licitação e o percentual descrito para a aquisição subsidiada.

Parágrafo Único. Enquanto não satisfeitos todos os encargos constantes dessa Lei, o imóvel permanecerá clausurado, não podendo o adquirente dele dispor livremente, além do que, será o mesmo inalienável, impenhorável e intransferível, isento de qualquer ônus decorrente de hipoteca, penhor e outros estabelecidos em lei.

Art. 5º Nos casos de investimentos que necessitem de financiamentos destinados à construção e instalação das empresas beneficiadas por esta Lei, o Poder Executivo poderá outorgar escritura definitiva, independente do pagamento integral do preço da transação ou do cumprimento dos encargos assumidos, desde que a empresa ofereça garantia real e fidejussória do valor do imóvel, de livre escolha do Poder Executivo, podendo ser caução em dinheiro, fiança bancária, hipoteca, anticrese, penhor, nos termos da lei civil.

Parágrafo Único. A empresa que nos termos do parágrafo anterior, tiver a escritura definitiva antecipada, deverá cumprir em sua totalidade o projeto proposto inicialmente, sob pena de incorrer em multa no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor integral do imóvel recebido em doação.

Art. 6º As atividades das empresas beneficiárias desta Lei, deverão obrigatoriamente ter início em 90 (noventa) dias após o término do cronograma físico de realização da obra.



Prefeitura Municipal de Cambé

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

(Fls. 4 da Lei Nº. 2.326/2009)

Art. 7º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a instituir, por decreto e anualmente, a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, com caráter consultivo e de aconselhamento, composta por 05 (cinco) membros, sendo representado pelas Secretarias de Planejamento, Fazenda, Jurídica e dois membros da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que apreciará os projetos e pedidos de incentivos das empresas interessadas, pedidos estes previamente analisados e aceitos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo 1º A CMDE, presidida pelo membro oriundo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, reunir-se-á sempre que for necessário e transmitirá ao Chefe do Poder Executivo os resultados de suas decisões, a quem cabe o despacho final sobre os assuntos deliberados.

Parágrafo 2º As deliberações da CMDE, de que trata o parágrafo anterior, serão tomadas com a aprovação da maioria simples dos membros presentes, estes no mínimo de 03 (três), tudo consignado em ata.

Parágrafo 3º A CMDE fornecerá certidão com o resultado da análise, em substituição aos documentos previamente avaliados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para fins de habilitação nos processos de licitação, obedecendo aos seguintes critérios:

- I - análise dos preceitos aplicados no artigo 8º, da presente lei.
- II - apresentação de contrato social e alterações, registrada na Junta Comercial;
- III - apresentação de Certidão Negativa de Débitos Junto a Seguridade Social;
- IV - certidão negativa de débitos das esferas federais, estaduais e municipais do domicílio da empresa;
- IV - apresentação de Certidão Negativa de Protestos e de ações cíveis das Justiças Comum e Federal, em nome da pessoa jurídica e dos respectivos sócios e/ou procuradores;
- V - apresentação de identidade e CPF dos representantes da empresa.

Parágrafo 4º Incide em crime de responsabilidade a emissão da Certidão da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE), sem a comprovação dos documentos de que trata o parágrafo anterior.

Art. 8º Os projetos devidamente protocolados serão analisados pelo Poder Executivo, obedecendo necessariamente os seguintes critérios:

- I - os objetivos da empresa, incluindo repercussões econômico-sociais para a economia local;
- II - a relação entre a área construída e a área total do terreno;
- III - o número de empregados direta e indiretamente;
- IV - a relação entre o número de empregos direto e a área total do terreno;



Prefeitura Municipal de Cambé

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

(Fls. 1 da Lei Nº. 2.326/2009)

V- a situação econômica e financeira da empresa e seus titulares legais;

VI - o valor do agregado da empresa;

VII - o Faturamento da empresa;

VIII - a relação entre o valor agregado e o faturamento da empresa;

IX - os impactos causados no meio ambiente em decorrência da implantação da unidade industrial, com elaboração do EIV – RIV (Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança) nos termos do decreto nº. 344/2008, bem como o EIA (Estudo de Impacto Ambiental), nos termos da Lei Complementar nº. 14/2008.

Art. 9º O não cumprimento do disposto nesta Lei, por parte da empresa beneficiada, implicará na reversão do lote ao patrimônio do Município de Cambé, sem prévio aviso, notificação, interpeação judicial ou indenização por benfeitorias nele existente.

Parágrafo Único. Cumprida as condições e os encargos constantes desta Lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal, passará a área para domínio pleno da empresa que dela poderá dispor livremente, contudo não poderá alterar a finalidade do imóvel que se destina única e exclusivamente para o desenvolvimento econômico do município, anteriormente estabelecido.

Art. 10. Para cada alienação, permuta ou locação de imóveis pertencentes ao patrimônio público do Município, para fins do desenvolvimento econômico municipal, o Poder Executivo solicitará autorização Legislativa, devendo encaminhar projeto de lei, fotocópia de matrícula expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cambé, sem quaisquer ônus ou restrições; laudo de avaliação do imóvel a ser destinado, mapa de localização do imóvel e exposição de motivos.

Parágrafo Único. O laudo de avaliação deverá ser elaborado por uma Comissão Municipal de Avaliação designada para esse fim.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 1586/2002.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMBÉ, aos 22 de dezembro de 2009.

João Dalmacio Pavinato
Prefeito Municipal

<p>PUBLICADO NO JORNAL Cambé Notícias Nº _____ de ____ / ____ / 2009</p>
--

ANEXO C

LEI Nº. 2.398, de 30 de novembro de 2010.

**Prefeitura Municipal de Cambé**

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

LEI Nº. 2.398, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre os incentivos fiscais para as empresas prestadoras de serviços no Município de Cambé e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE,

LEI:

Art. 1º No ano-calendário de 2010 e anos-calendário subseqüentes os incentivos fiscais serão concedidos às empresas prestadoras de serviços referidos nos subitens da lista anexa à Lei nº. 1.723, de 31 de dezembro de 2003 ou legislação subseqüente por meio de redução ou aplicação das alíquotas mínimas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, dependendo da geração de empregos diretos ou faturamento da receita bruta no ano-calendário de 2009 e anos-calendário subseqüentes.

§ 1º Nos casos das empresas prestadoras de serviços, a pessoa jurídica ou aquela equiparada para fins do disposto neste artigo as alíquotas serão reduzidas com os seguintes percentuais e limites de condições:

- I- 20% (vinte por cento) entre 20 (vinte) e 30 (trinta) empregos diretos gerados;
- II- 25% (vinte e cinco por cento) entre 31 (trinta e um) e 50 (cinquenta) empregos diretos gerados;
- III- 50% (cinquenta por cento) acima de 50 (cinquenta) empregos diretos gerados.

§ 2º Para efeitos de redução nas alíquotas conforme o previsto no parágrafo anterior os empregos diretos gerados serão estabelecidos como critério as admissões e demissões, observado o saldo de empregados mantido no ano-calendário anterior com a prévia comprovação dos seguintes documentos:

- I- Livro de Registro dos Empregados;
- II- Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- III- Documentos substitutos no que couber.



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

(Fls. 02 da Lei Nº. 2.398/2010)

Art. 2º Os incentivos fiscais serão concedidos às empresas prestadoras de serviços referidos no artigo anterior, a pessoa jurídica ou aquela equiparada cuja receita bruta igual ou superior a R\$ 750.411,34 (setecentos e cinquenta mil, quatrocentos e onze reais e trinta e quatro centavos) que tenha auferido individualmente no ano-calendário anterior e anos-calendário subsequentes, independentemente do número de empregos diretos gerados.

§ 1º Com o início da atividade no próprio ano-calendário a receita bruta referida neste artigo será proporcional ao número de meses em que a empresa houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 2º A receita bruta no limite estabelecido na condição referida neste artigo será atualizada monetariamente no 1º dia de cada ano-calendário, na forma do índice definido na legislação tributária em vigor, podendo ser alterada sempre que houver a necessidade de sua exigência.

Art. 3º Os incentivos fiscais serão concedidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano-calendário no prazo de 4 (quatro) anos-calendário improrrogável, observado o cumprimento a qualquer dos incisos seguintes:

I- redução gradual das alíquotas do imposto com os empregos diretos gerados nos termos do art. 1º, § 2º;

II- aplicação das alíquotas mínimas de 2% (dois por cento) do imposto com a crescente receita bruta auferida no segundo ano-calendário anterior, comparado com o primeiro ano-calendário anterior nos termos do art. 2º.

§ 1º Com a redução do número de empregados cujo saldo seja inferior a 20 (vinte) empregos diretos gerados, ou considerada a decrescente receita bruta auferida o prazo referido neste artigo será interrompido, excluídas as alíquotas provenientes dos incentivos fiscais restabelecendo aquelas correspondentes da lista de serviços referidos no art. 1º.

§ 2º Os incentivos fiscais retornarão no ano-calendário subsequente com a recuperação da crescente receita bruta auferida ou que o número de empregados cujo saldo seja, em pelo menos, 20 (vinte) empregos diretos gerados no ano-calendário anterior até completar o prazo remanescente referido neste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica à concessão de incentivos fiscais quando decorrente de parcelamento ou quitado o imposto originado das alíquotas constantes da lista de serviços referidos no art. 1º.

Rua Otto Gaertner, 65 | Centro | Cambé-PR | CEP 86181-900 | Fone: (43) 3174-2601
e-mail: administracao@cambe.pr.gov.br | site: www.cambe.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Cambé

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

(Fls. 03 da Lei Nº. 2.398/2010)

Art. 4º Os incentivos fiscais concedidos por prazo menor de 4 (quatro) anos-calendário nos termos da legislação então vigente ou se houver sucessão à beneficiária mediante incorporação, cisão, fusão ou qualquer alteração societária, a sucessora poderá requerer, à autoridade administrativa, sua continuidade pelo período que faltar, completando o tempo concedido inicialmente, obedecido o cumprimento dos requisitos legais.

Art. 5º Os incentivos fiscais poderão ser requeridos, à autoridade administrativa, até 31 de dezembro de cada ano-calendário mesmo que o imposto referido no art. 3º esteja vencido ou vincendo, através de requerimento fundamentado e protocolado na repartição competente, por cada empresa interessada, acompanhado dos seguintes documentos:

I- da qualificação do signatário:

- a) cópia do RG e CPF;
- b) original ou cópia autenticada de procuração com a outorga expressa de poderes ao procurador para que represente os interesses da requerente junto à administração pública;
- c) cópia do RG e CPF do outorgante se for o caso.

§ 1º O requerimento não poderá ser protocolado na repartição competente por falta de documentos mencionados neste artigo, inclusive enquanto existirem a opção de qualquer outro benefício fiscal e as demais pendências com base nas condições definidas no artigo seguinte.

§ 2º O imposto não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis nos termos da legislação aplicável.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas jurídicas ou aquelas equiparadas não serão anualmente beneficiadas dos incentivos fiscais nos casos:

I- de registros como optantes do Simples Municipal, Nacional ou que tenham sido favorecidas em qualquer outra situação fiscal junto aos órgãos competentes;

II- de falta dos licenciamentos de veículos vinculados ao ativo permanente para fins de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores junto ao órgão competente;

III- de ausência da escrituração integral por meio manual ou eletrônico das Notas Fiscais de Serviços, documentos fiscais substitutos ou complementares aprovados pela Fazenda Municipal;

Rua Otto Gaertner, 65 | Centro | Cambé-PR | CEP 86181-900 | Fone: (43) 3174-2601
e-mail: administracao@cambe.pr.gov.br | site: www.cambe.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

(Fls. 04 da Lei Nº. 2.398/2010)

IV- de pendências quanto ao exercício de quaisquer atividades econômicas dependente da comprovação dos Alvarás de Licença ou Certificados de Regularidades emitidos pela Fazenda Municipal;

V- de pendências quanto à regularização fiscal dependente de comprovação das certidões negativas de débitos emitidas pela Fazenda Municipal.

Parágrafo único. As empresas continuarão obrigadas nos termos deste artigo, sem prejuízo do disposto nos arts. 12 e 13 da Lei Nº. 1.723, de 31 de dezembro de 2003 ou legislação subsequente, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito previstas na legislação tributária que a Fazenda Municipal poderá exigir, em cada caso, a comprovação da certidão positiva com efeito de negativa.

Art. 7º O disposto nos arts. 1º e 2º não se aplica às empresas prestadoras de serviços referidos nos subitens: 4.03; 4.22; 4.23; 5.02; 7.02; 7.05; 13.05, 15.01; 15.02; 15.03; 15.04; 15.05; 15.06; 15.07; 15.08; 15.09; 15.10; 15.11; 15.12; 15.13; 15.14; 15.15; 15.16; 15.17; 15.18; 21.01; 22.01 e 26.01 da lista anexa à Lei nº. 1.723, de 31 de dezembro de 2003 ou legislação subsequente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2010.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
CAMBÉ, aos 30 de novembro de 2010.

João Dalmacio Pavinato
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL Oficial do Município de Cambé Nº <u>46</u> de <u>30.11.2010</u>

Rua Otto Gaertner, 65 | Centro | Cambé-PR | CEP 86181-900 | Fone: (43) 3174-2601
e-mail: administracao@cambe.pr.gov.br | site: www.cambe.pr.gov.br